



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE –UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

**EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DO AGROAMIGO: Uma
Estratégia de Fortalecimento da Agricultura Familiar no estado
de Sergipe**

VOLNANDY DE ARAGÃO BRITO

**São Cristóvão – SE
2017**

VOLNANDY DE ARAGÃO BRITO

**EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DO AGROAMIGO: Uma
Estratégia de Fortalecimento da Agricultura Familiar no estado
de Sergipe**

Tese apresentada à Universidade Federal de Sergipe, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Profº Dr. José Eloízio da Costa

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
MARÇO DE 2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Brito, Volnandy de Aragão
B862e Efeitos socioeconômicos do Agroamigo : uma
estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no
estado de Sergipe / Volnandy de Aragão Brito ;
orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão,
2017.

201 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2017.

1. Geografia agrícola. 2. Microfinanças. 3. Agricultura
familiar – Sergipe. 4. Desenvolvimento rural. 5.
Agroamigo (Programa). 6. Programa Nacional de
Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). I. Costa,
José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

Ao meu pai (in memoriam), exemplo de ética e determinação.

A minha querida mãe (in memoriam), que pela graça de Deus me deu a vida e me conduziu pelo lado da ética, simplicidade, humildade, moralidade e do bem, através de sua religiosidade.

À minha querida esposa Ana Angélica (Aninha), pela Graça de Deus e o Divino Pai Eterno, me incentivou nessa nova caminhada, estreitando cada vez mais o amor que sentimos um pelo outro.

À Thaisa e Volnandy, meus filhos amados, fruto de um grande amor.

A Lucca e Volnandy, meus netos queridos, foi uma benção de Deus, que veio encher a casa de alegria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por estar sempre presente em todas as conquistas realizadas por mim, em especial ao Doutorado na Universidade Federal de Sergipe.

É uma emoção muito grande poder escrever esse agradecimento depois de mais de cinco anos de muita luta, dedicação, amor e carinho, à família, aos colegas e ao homem do campo.

Ao meu ilustre orientador, professor Dr. José Eloizio da Costa, agradeço pela sua paciência, confiança e valiosa orientação, sempre indicando caminhos a serem trilhados no sentido do aperfeiçoamento da tese. Agradeço a você, Eloizio, pelos seus conselhos e ensinamentos imprescindíveis para meu crescimento profissional e acadêmico.

Deixo meu voto de grande estima e meus sinceros agradecimentos à Dra. Diana Mendonça de Carvalho, que contribui muito para o delineamento e conclusão desta tese, pela sua experiência, conhecimento, orientação, dedicação e amor ao que faz. Desculpe-me pelos tantos momentos de cobrança.

Ao compadre, colega e amigo Dr. Saumineo, meus sinceros agradecimentos, pela humildade, conhecimento e incentivo sempre renovado, essencial à execução desta tese.

Ao meu amigo e colega Lúcio, pela paciência, compreensão e valiosa colaboração na organização da tese

Ao companheirinho Everton, secretário do PPGEIO, pela inesgotável paciência, dedicação, amizade e disponibilidade para com todos os doutorandos.

Aos funcionários do PPGEIO: Francis e os estagiários Matheus e Gil, que estiveram presentes nessa caminhada e luta.

Agradeço de coração aos agentes de microcréditos do Agroamigo, Gerentes e Coordenadores, pelo excelente apoio e contribuição importantes na pesquisa de campo, que foi de fundamental importância na elaboração da tese.

Aos meus nobres colegas, bolsistas e contratados que fazem parte da Superintendência Estadual de Sergipe, Gerência do Agroamigo, Central do Pronaf e Central de Varejo, técnicos de campos, o meu muito obrigado pelo apoio e incentivo na conclusão da tese.

Aos professores da Pós-Graduação de Geografia da UFS, que tanto contribuíram para esclarecer e aprofundar o meu saber científico, e acima de tudo por serem eternos educadores.

Aos meus amigos e colegas de Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU), pelo excelente apoio e contribuições importantes desta tese, pela demonstração de amizade e colaboração, sem os quais não seria possível a execução deste estudo.

Aos agricultores familiares, especialmente do Pronaf B – Agroamigo Crescer e Mais, Sindicato, Técnicos da Emdagro, Incra, Pronese, Cfac e Seagri, pela confiança e contribuição que tanto me auxiliaram na elaboração da tese.

Ao meu sogro e minha sogra (Paulo e Terezinha) e à minha família pela paciência, amor e compreensão demonstrada pela ausência nos momentos de lazer.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização desse sonho. Muito Obrigado e Contem Comigo.

RESUMO

O Agroamigo é um programa de microcrédito rural inserido no contexto metodológico do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). É Operacionalizado no Banco do Nordeste do Brasil nos Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo através de parceria com o Instituto Nordeste Cidadania. Sua missão é promover o desenvolvimento rural através da concessão de pequenos financiamentos (visão quantitativa) para investimentos e custeio, em atividades agropecuárias e não agropecuárias, de forma rotativa ou não, bem como orientação creditícia e acompanhamento técnico (visão qualitativa) no decurso do prazo do financiamento. Como crédito rural produtivo e orientado, o Agroamigo, transcende à mera concessão de crédito bancário e figura como instrumento de uma política de desenvolvimento local e regional, que deverá estar integrado às outras políticas de desenvolvimento regional como o PAA, o PGPAF, o Proagro, o Bolsa Família, o Luz Para Todos, etc, de forma a maximizar seus efeitos sociais e econômicos. Esta pesquisa tem como objetivo explicitar quais efeitos na perspectiva individual e na perspectiva loco-regional vem trazendo o Agroamigo, considerando o crescimento vertiginoso e ascendente no quantitativo de operações contratadas nessa metodologia. Investiga se esse crescimento quantitativo vem sendo acompanhado de mudanças sociais e financeiras nos tomadores de crédito e suas externalidades socioeconômicas nos municípios, ao induzir maior fluxo de capital e circulação de bens e serviços. O espaço regional analisado são os principais municípios “tomadores de crédito” no Estado de Sergipe, tendo sido definido a linha de tempo de 2005 a 2015. Inicia-se com uma abordagem conceitual e histórico-factual sobre o PRONAF, o surgimento do Agroamigo e sua inserção na metodologia PNMPO. Prossegue com a apresentação dos dados coletados, a pesquisa de campo realizada, os resultados esperados. Por fim discute os dados e informações à luz da tese levantada dos efeitos do Agroamigo no desenvolvimento regional. A análise dos dados ratificou os impactos positivo do Agroamigo na geração de renda e seus efeitos na economia local, o que justifica a escolha do tema como problemática relevante no âmbito da política de desenvolvimento regional e no processo de organização do espaço rural.

Palavras-chave: microfinanças; microcrédito produtivo orientado; PRONAF, AGROAMIGO, impacto; geração de renda; redução de pobreza.

ABSTRACT

Agroamigo is a program of rural microcredit inserted in the Methodology of the National Program for Strengthening Family Agriculture and National Program for Oriented Productive Microcredit (PNMPO). IT IS Operated at Banco do Nordeste do Brasil in the Northeastern and Northern States of Minas Gerais and Espirito Santo through partnership with Instituto Nordeste Cidadania. Its mission is to promote rural development through the granting of small financing (quantitative vision) for investments and costing in agricultural and non-agricultural activities, whether or not rotating, as well as credit counseling and technical monitoring (qualitative vision) over the term Of the financing. As a productive and oriented rural credit, Agroamigo transcends the mere granting of bank credit and is an instrument of a local and regional development policy, which should be integrated with other regional development policies such as PAA, PGPAF, Proagro, The Family Grant, the Light for All, etc. in order to maximize its social and economic effects. The objective of this work is to explain the effects of the individual perspective and the loco-regional perspective, with Agroamigo, considering the vertiginous and ascending growth in the quantitative of contracted operations in this methodology. It investigates whether this quantitative growth has been accompanied by social and financial changes in the borrowers and their socioeconomic externalities in the municipalities, by inducing a greater flow of capital and circulation of goods and services. The regional area analyzed is the main municipalities "borrowers" in the State of Sergipe, having defined the timeline from 2005 to 2015. It begins with a conceptual and historical-factual approach on PRONAF, the emergence of Agroamigo and Their inclusion in the PNMPO methodology. It proceeds with the presentation of the data collected, the field research performed, the expected results. Finally, it discusses the data and information in light of the thesis raised of the effects of Agroamigo in the regional development. The analysis of the data ratified the positive impacts of Agroamigo on income generation and its effects on the local economy, which justifies the choice of the theme as a relevant issue within the framework of regional development policy and in the process of organizing the rural area.

Key-words: Microfinance; Oriented microcredit; PRONAF, AGROAMIGO, impact; Income generation; Poverty reduction..

LISTA DE SIGLAS

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos
APA – Área de Preservação Ambiental
APIS – Apicultura Integrada Sustentável
ASCO – Associação Sergipana dos Criadores de Caprinos e Ovinos
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assistência Técnica Social
BACEN – Banco Central do Brasil
BASA – Banco da Amazônia
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF – Carteira da Agricultura Familiar
CFAC – Centro Comunitário de Formação em Agropecuária “Dom José Brandão de Castro”
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA – Centro Tecnológico de Apicultura
CODEVASF – Companhia Vale do São Francisco
DAP – Declaração de Aptidão
DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNTR\CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais\Central Única dos Trabalhadores

DOU – Diário Oficial da União

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional do Norte

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento para Educação Fundamental

FUNTEC – Fundo Tecnológico

GEPRU – Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural

GERA – Grupo Estadual de Reforma Agrária

GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IATEC – Instituto de Ação para Organização de Produtores e Assistência às Comunidades Rurais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra a Seca

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural

INEC - Instituto Nordeste Cidadania

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializado

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial

MAPA – Ministério da Agricultura da Pecuária e do Abastecimento

MCR – Manual de Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio

OGU – Orçamento Geral da União

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Política Agrícola Comum

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PCPR – Plano de Combate à Pobreza Rural

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDRI - Plano de Desenvolvimento Rural Integrado

PDSA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Integração Nacional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Índice de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROHIDRO – Programa Emergência e Aproveitamento dos Recursos Hídricos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

PRÓ-SERTÃO – Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida de Sergipe

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Incentivo à Agricultura Familiar

PROVALE – Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe

SEINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento

SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UFCE – Universidade Federal do Ceará

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Municípios de Sergipe que tiveram maior número de contratos do Agroamigo em 2014.....	24
Figura 02 –	Arranjo institucional do Agroamigo.....	97
Figura 03 –	Evolução dos Números de Contratos do Agroamigo no Nordeste (2005-2014).....	102
Figura 04 –	Evolução dos Números de Recurso Liberado pelo Agroamigo no Nordeste (2005-2014)	103
Figura 05 –	Nordeste: Espacialização dos contratos do Agroamigo, 2005-2014..	105
Figura 06 –	Nordeste: Espacialização dos contratos do Agroamigo. 2005-2014..	106
Figura 07 –	Nordeste: Variação Contratual do Agroamigo, 2005-2014.....	107
Figura 08 –	Nordeste: Variação de Recursos do Agroamigo, 2005-2014.....	108
Figura 09 –	Agroamigo – Quantidade Operações por Setor de Atividade.....	109
Figura 10 –	Agroamigo – Contratações por Faixa de Prazo de Pagamento.....	110
Figura 11 –	Sergipe: Evolução contratual do Agroamigo, 2005-2014.....	112
Figura 12 –	Sergipe: Evolução em termos de recursos disponibilizados do Agroamigo, 2005-2014.....	113
Figura 13 –	Sergipe: Número de contratos do AGROAMIGO.....	116
Figura 14 –	Sergipe: Variação do Número de contratos do AGROAMIGO, 2005-2014.....	117
Figura 15 –	Unidade Familiar especializada na produção Citricultora.....	118
Figura 16 –	Sergipe: Valores Liberados pelo AGROAMIGO.....	119
Figura 17 –	Sergipe: Variação do Número de contratos do AGROAMIGO, 2005-2014.....	121
Figura 18 –	Direcionamento de Contratos por atividades (2005-2014).....	122
Figura 19 –	Direcionamento de Contratos por atividades (2014).....	123
Figura 20 –	Atividade financiada pelo Agroamigo em Sergipe.....	128
Figura 21 –	Estado Civil dos constituintes familiares das unidades beneficiadas com o Agroamigo.....	129
Figura 22 –	Grau de parentesco entre os constituintes familiares.....	130
Figura 23 –	Grau de instrução dos beneficiários do Agroamigo.....	131

Figura 24 –	Ocupação Principal entre beneficiários do Agroamigo.....	132
Figura 25 –	Condição da unidade familiar.....	132
Figura 26 –	Trações utilizadas nas unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo.....	133
Figura 27 –	Equipamentos disponíveis e utilizados nas unidades familiares.....	134
Figura 28 –	Benfeitorias existentes nas unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo.....	135
Figura 29 –	Formas como o Agricultor tomou conhecimento sobre o Agroamigo.	136
Figura 30 –	Sentimento em relação à chegada na agência bancária.....	137
Figura 31 –	Documentos exigidos aos beneficiários do Agroamigo.....	139
Figura 32 –	Orientações prestadas às unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo.....	140
Figura 33 –	De quem recebe assistência Técnica?	141
Figura 34 –	Número de pessoas que trabalham nas unidades beneficiadas com o Agroamigo.....	143
Figura 35 –	Produção Pecuária juntamente a produção de palma e silo em Nossa Senhora da Glória/SE.....	144
Figura 36 –	Produção agrícola e criação no município de Itabaianinha/SE.....	145
Figura 37 –	Evolução do número de Cômodos nas unidades familiares beneficiárias do Agroamigo.....	146
Figura 38 –	Grau de satisfação quanto ao antes e depois do acesso ao Agroamigo por parte do agricultor.....	148
Figura 39 –	Percentual da renda produtiva destinada ao consumo da família?....	149
Figura 40 –	Pretensão dos filhos em darem continuidade à atividade agrícola....	151
Figura 41 –	Beneficiário do Agroamigo impulsionando a atividade artística.....	152
Figura 42 –	Experiência feminina de sucesso com o Agroamigo.....	154
Figura 43 –	Agricultores Familiares de Itabaianinha beneficiários com o Agroamigo.....	155
Figura 44 –	Beneficiária do Agroamigo fabricando e comercializando doces.....	156
Figura 45 –	Beneneficiário do Agroamigo com sucesso na avicultura.....	157

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Diferenças entre Agricultura Patronal e Agricultura Familiar.....	43
Quadro 02 - Processo de Produção Agrícola: modernização versus desenvolvimento rural.....	73
Quadro 03 - Alternativa Estratégica para o Desenvolvimento Rural Brasileiro..	74
Tabela 01 – Brasil: Participação dos fundos do Tesouro Nacional (TN) em relação ao financiamento total da agricultura de 1985-2011 (em %).	61
Tabela 02 – Distribuição dos estabelecimentos rurais por estratos de renda bruta (sal. míni) e distribuição da renda bruta apropriada.....	62
Tabela 03 – Brasil: Participação relativa dos estabelecimentos do Grupo B do PRONAF no interior da agricultura familiar por região (2006).....	63
Tabela 04 – Brasil: Gasto Público total do Orçamento Público destinado à agricultura, inclusive o crédito rural (em relação ao total).....	64
Tabela 05 – Brasil: Crédito Rural concedido segundo fontes – anos de 2000, 2008 e 2010 (em %)	67
Tabela 06 – Número de Assessores de Crédito do Programa Agroamigo por Estados do Nordeste, 005/10/2014.....	79
Tabela 07 – Montante dos Contratos e dos Valores aplicados pelo Agroamigo por estados do Nordeste, 2005/2014.....	80
Tabela 08 – Quantitativo de contratos efetivados e recursos liberados pelo Agroamigo no Nordeste (2005-2015)	101

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 01 -ESPAÇO E TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	28
1.1 O ESPAÇO e TERRITÓRIO: substratos para entender o mundo rural.....	29
1.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES e sua relação com o Espaço.....	40
1.3 RETOMANDO A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: FUGINDO DO ÓBVIO.....	48
CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO DAS MICROFINANÇAS RURAIS E OS NOVOS CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	54
2.1 UMA NOVA ABORDAGEM SOBRE O MUNDO RURAL E A QUESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE.....	56
2.2 SOBRE A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA: CONTROVÉRSIAS.....	64
2.3 A MITOLOGIA DA INCAPACIDADE SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	69
2.4 ASPECTOS EM RELAÇÃO AOS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO PRONAF E DO AGROAMIGO NO NORDESTE.....	77

CAPÍTULO 3 – AGROAMIGO E ENTIDADES INSTITUCIONAIS.....	85
3.1 O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	87
3.1.1 Modalidades de Financiamento.....	90
3.2 O AGROAMIGO E O ARRANJO INSTITUCIONAL.....	92
3.3 A ESPACIALIZAÇÃO DO AGROAMIGO NO NORDESTE.....	100
3.4 A ESPACIALIZAÇÃO DO AGROAMIGO NO ESTADO DE SERGIPE.....	111
3.5 DIRECIONAMENTO PRODUTIVO DO AGROAMIGO.....	122
CAPÍTULO 4 - IMPACTOS DO AGROAMIGO NAS UNIDADES FAMILIARES DE SERGIPE.....	124
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO SÓCIO-ECONOMICA DAS UNIDADES FAMILIARES BENEFICIADAS COM O AGROAMIGO.....	128
4.2 CONHECIMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSERÇÃO TECNOLÓGICA NAS UNIDADES BENEFICIADAS COM O AGROAMIGO.....	135
4.3 DO TRABALHO À PRODUÇÃO	142
4.4 CONDIÇÕES SÓCIOECONOMICAS DO BENEFICIÁRIO DO AGROAMIGO.....	146
4.5 EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO BANCO DO NORDESTE COM O AGROAMIGO E CONSIDERAÇÕES.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	166
ANEXOS.....	187

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro tem passado por transformações nas últimas décadas (valorização da agricultura familiar, tecnologia e modernização, expansão do crédito). Essa dinâmica vem estimulando o debate e estudos em torno da relação Estado/Espaço/Território e Desenvolvimento Rural, proporcionando novas formas de se pensar e analisar face ao desenvolvimento do capitalismo no campo, refletidos também às recentes políticas públicas implantadas sob o enfoque na agricultura familiar. Esse segmento historicamente sempre foi excluído da modernização da agricultura brasileira ao longo dos últimos cinquenta anos, o que a tornou, dentro da dimensão capitalista, uma modalidade considerada atrasada e pouco produtiva e incapaz de mercado competitivo dos produtos agrícolas.

Segundo Schneider (2001), o debate sobre a agricultura familiar, provém de dois momentos ímpares. O primeiro diz respeito à adoção da expressão “agricultura familiar” no conjunto das políticas públicas e da participação dos movimentos sociais no campo e das organizações rurais, como as federações e os sindicatos de trabalhadores rurais. A maior conquista em termos de ação do Estado destinada aos agricultores familiares se deu a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, se configurando uma afirmação dessa nova categoria no cenário social.

Até 1994, não havia crédito voltado ao financiamento da agricultura familiar no Brasil. Essa categoria social estava inserida como “categoria institucional” e que representaria expressões mais tradicionais como “pequeno produtor”, “camponês”, “lavrador”. Até esta data, o produtor familiar disputava crédito com os demais produtores, enfrentando as mesmas rotinas administrativo-bancárias, seguindo os mesmos procedimentos, aplicando-se a legislação exigida para obter os financiamentos, o que geraria assimetrias operacionais.

Assim, em 1995, é que emerge o PRONAF, como programa agrícola destinado aos agricultores familiares. Essa política voltada a esse segmento tem dentre os seus objetivos o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Após 21 anos de execução, não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, tanto em

volume de contratos, como de crédito, como também na diversificação desse crédito, agora destinado a determinado público do meio rural, como crédito para jovens, mulheres, agroecologia, semiárido, etc.

Somam-se também as políticas de Governo voltadas para a agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento rural com abordagem territorial e que tomaria impulso no país a partir de 2003. Essa política foi reforçada através da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vem implantando no País um novo paradigma para o desenvolvimento, agora com viés territorial.

Desse modo, o MDA propõe, no âmbito do projeto de Governo Lula (2003), a implantação das seguintes normativas institucionais: 1) Ampliação e Fortalecimento da Agricultura Familiar; 2) Reforma e Reordenamento Agrário; 3) Inclusão Social; 4) Combate à Pobreza Rural e 5) Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (MDA, Documento 01, 2005). Além disso, o termo agricultura familiar ganha sustentação nas formulações conceituais de agências multilaterais, como Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (IICA) e Banco Mundial.

Em 2005, após a realização de diagnóstico do segmento do Pronaf realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, observou-se a existência de características e necessidades especiais para o agricultor familiar. Tal diagnóstico evidenciou os impactos da modalidade mais universalizada do sistema Pronaf, a modalidade B, e com ele da criação de uma metodologia que pudesse ter maior capilaridade no espaço rural nordestino por envolver características bem distintas em relação às outras modalidades, em função da amplitude social, onde praticamente qualquer agricultor de base familiar que tenha renda anual de até R\$ 20 mil reais, poderia ter acesso ao financiamento de atividades agropecuárias.

Daí surge o Agroamigo no ano de 2005 como metodologia do financiamento do Pronaf, agora para os mais pobres, em duas modalidades. A primeira de até R\$ 4,0 mil por operação através do Agroamigo Crescer, (Pronaf B) que é de R\$ 2,5 mil sem a aplicação da metodologia do Agroamigo, voltada exclusivamente para investimentos, com período de até dois anos e até um ano de carência, com baixíssimas taxas de juros (0,5% a, a), além da aplicação do deságio do financiamento até o vencimento, e que se refere a um bônus de 25% sobre cada parcela paga em dia fora do semiárido e 40% aplicado sobre cada parcela paga em

dia, na região do semiárido. E o outro pelo Agroamigo Mais com financiamento máximo de até R\$ 15 mil, e que o agricultor familiar tenha renda anual de até R\$ 360 mil, podendo ter acesso ao financiamento exclusivamente para investimentos nas atividades agrícolas e não agrícolas, com período de até 10 anos para pagamento, incluídos até 3 anos de carência, com taxas de juros (2,5% a.a), (Ambiente de Microfinanças do Banco do Nordeste).

Em Sergipe, já são mais de 10 anos de atuação do Agroamigo, voltados para o desenvolvimento sócio-econômico de milhares de agricultores familiares, residentes nos 75 municípios que formam o estado. E seus resultados merecem ser estudados face aos efeitos visíveis sociais e econômicos..

Destarte, os estudos dos impactos do Pronaf, principalmente os da modalidade B (Agroamigo), apresentam um conjunto diverso de interpretações científicas. MATTEI (2006) analisa a importância desses estudos, quando reúne as principais contribuições científicas geradas a partir dos resultados do programa em todo o Brasil, agregando teses, dissertações, artigos, científicos, livros e capítulos de livros, além de dezenas de relatórios de pesquisa. O Pronaf, sendo o tema mais estudado no segmento do desenvolvimento rural no Brasil.

Essa referência é de grande importância para o aprofundamento dos estudos sobre os impactos econômicos e socioterritoriais mais recente, na medida em que propõe um conjunto de abordagens dentro da temática que ora apresentamos na presente proposta de tese, como a questão do ambiente institucional (BASTOS; 2006), da participação e gestão social, da infraestrutura e serviços e das avaliações do programa.

Na mesma esteira, são as abordagens de Bittencourt e Abramovay (2001) onde os autores analisam os processos de inovação institucional aplicados no financiamento da agricultura familiar a partir de estudos de caso. Reforça-se também a contribuição de Abramovay (2001) em relação às “finanças de proximidade” e de sua inserção nos territórios mais pobres do semiárido nordestino. Sobre os impactos do Pronaf B(Agroamigo) no meio rural na região Nordeste, é pertinente o relatório de pesquisa realizado por Silva e outros (2007) constituído pelo arranjo institucional observado em dois estados do Nordeste, bem como da percepção dos tomadores de crédito e dos fatores positivos e negativos relacionados a essa modalidade de financiamento.

Desse modo, em nossos dias torna-se necessário o detalhamento desses impactos face à universalização do financiamento da modalidade Agroamigo (Crescer e Mais), em especial para a região Nordeste e seu reatamento na organização econômica e socioterritorial da agricultura familiar.

Nesse aspecto, a questão central é entender esses reatamentos entre os agricultores familiares do estado de Sergipe que tomaram empréstimos do Agroamigo (Crescer e Mais), com objetivo de entender sua importância na organização da pequena produção familiar, com intuito de constituir preliminarmente esses processos perante esses atores sociais do meio rural, em especial na percepção individual desses sujeitos e da melhoria (ou não) de suas condições de vida e de seus efeitos sobre as economias locais.

A partir dessa questão, agregamos alguns fatores que distingue a nossa abordagem em relação aos trabalhos anteriores.

O primeiro por ser uma proposta geográfica e com ele agendar uma temática relevante, fazendo uma leitura singular em relação às áreas afins como a sociologia econômica e a nova economia institucional, onde temas dessa natureza são mais desenvolvidos. É geográfica por envolver aspectos espaciais ligados à unidade de produção familiar, fortalecido com a melhoria das condições de vida e da possibilidade de renovar os contratos de financiamento.

Outro aspecto relaciona-se com os arranjos instituídos e suas recentes mudanças face à aplicação da metodologia do Agroamigo, o que poderá rebater naturalmente na melhor organização material e territorial da agricultura familiar no Nordeste.

Os agricultores familiares brasileiros têm forte inserção no número de estabelecimentos rurais no país. Pelos dados do Censo Agropecuário 2006, o número total de estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil é de 4.367.902, correspondente a 84,4% do total dos estabelecimentos rurais. O Nordeste é a região que apresenta o maior número de unidades familiares: 2.187.295 (50,1%); nas demais regiões do país, a distribuição das unidades é a seguinte: Sul 849.997 (19,5%), Sudeste 699.878 (16%), Norte 413.101 (9,5%) e Centro-Oeste 217.531 (5,%) (CARVALHO, 2016).

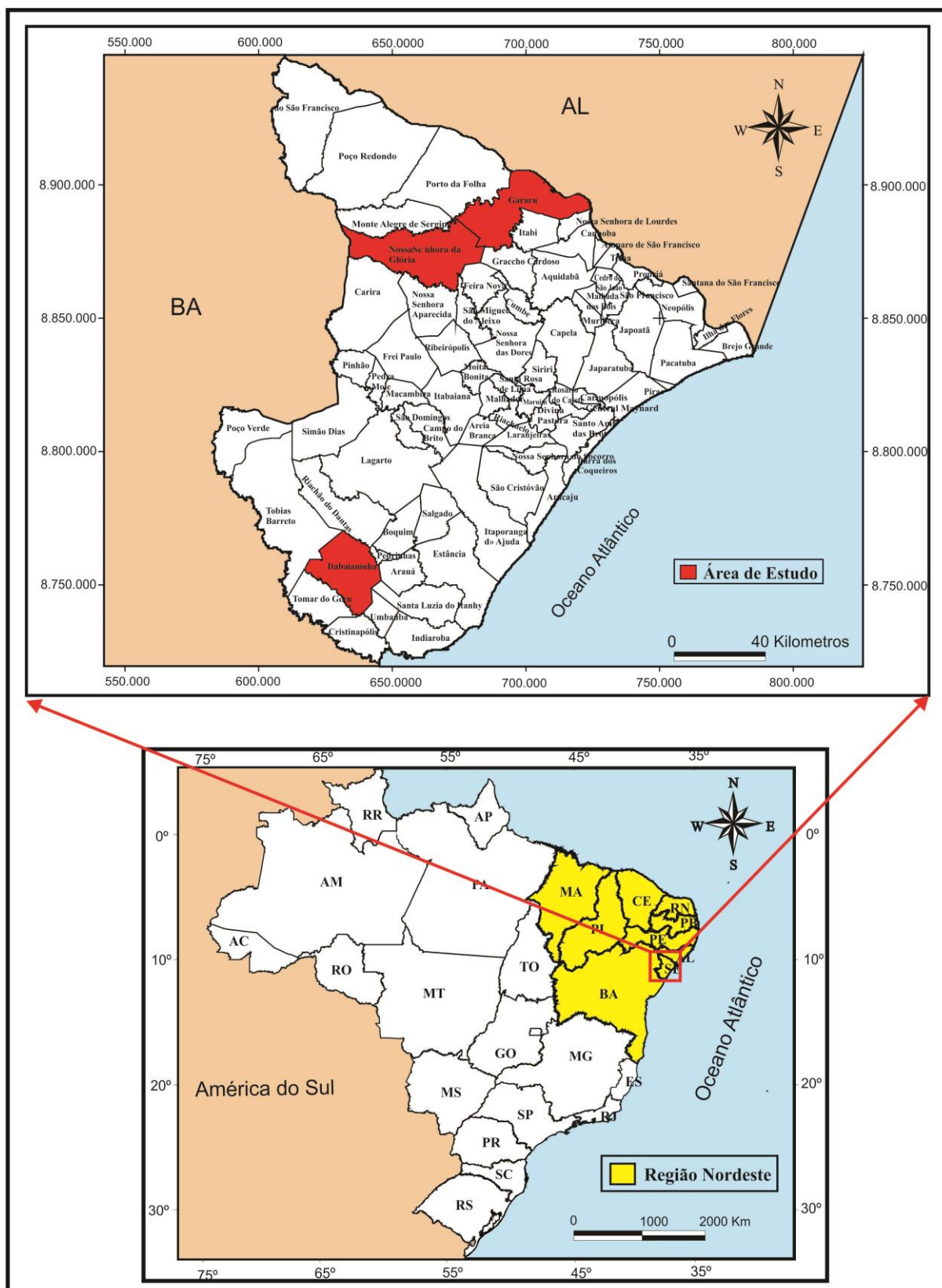
Entretanto, os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que cinco hectares. Por outro lado, a região Nordeste é a que apresenta maior número de minifúndios, com 58,8% de unidades familiares no

estrato inferior a 5 hectares, enquanto no Brasil, esse percentual é de 39,8%. (BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2000). No que se refere à área das unidades da agricultura familiar, com base no Censo Agropecuário 2006, verifica-se forte concentração na estrutura agrária brasileira, já que apenas 24,3% da área são ocupados por agricultores familiares. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014).

Nesse aspecto, o recorte da tese está definido no menor estado da Federação do Brasil – Sergipe - constituído por uma área de 21.915,11Km² (IBGE,2010), correspondente à cerca de 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste (Figura 01). Situa-se em “terras encrustadas entre o Rio São Francisco e o Rio Real [...]” SILVEIRA,1991, p.16), sendo constituído por 75 municípios. Limita-se com os estados da Bahia, ao sul e ao oeste, com o estado de Alagoas a norte e com o Oceano Atlântico, a leste. Nesse espaço, para efeito de estudo, demarcamos três municípios, por amostra, que tiveram, em 2005 a 2014, o maior número de contratos do Agroamigo – Crescer e Mais, que foram: Itabaianinha, Gararu e Nossa Senhora da Glória. Os mesmos estão servindo de base para refletir a realidade desse programa no meio rural sergipano.

A tese desenvolvida parte da hipótese que o Agroamigo, como política pública voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar contribuiu para implementação de mudanças no espaço rural do estado de Sergipe, através da geração de renda e trabalho, disponibilidade de crédito para o agricultor familiar, apoio técnico apropriado aos projetos a serem desenvolvidos, melhoria da qualidade de vida, valorização da produção familiar na comercialização dos seus produtos e maior interdependência entre o rural e o urbano.

Figura 01 – Municípios de Sergipe que tiveram maior número de contratos do Agroamigo em 2014.



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004.
Organização: Carvalho, 2015.

Embora as atividades agropecuárias do meio rural tenham riscos inerentes gerados por fatores climáticos e/ou de doenças/pragas típicas, é possível a capitalização do crédito rural aos agricultores familiares. O alto índice de inadimplência só poderia ser justificado por uma utilização do crédito de maneira indevida. Neste ponto, várias políticas podem contribuir para a reversão deste quadro. Políticas mais criteriosas de seleção e acompanhamento de beneficiários, e políticas de transferência de renda e posse da terra podem ser fatores que contribuem para a redução da inadimplência dos agricultores familiares. A tese realiza uma investigação empírico-analítica desta possibilidade, tendo com referência de política de acompanhamento o Programa Agroamigo, que foi importante na redução da inadimplência do PRONAF B (Crescer), no estado de Sergipe, como também, no Nordeste e Norte de Minas Gerais, através da instituição oficial que opera essa modalidade: o Banco do Nordeste do Brasil.

Sabemos que o clima é uma fonte importante para a produção agrícola e, em sequência para a organização do espaço agrário, e elementos como temperatura, radiação solar, umidade do ar e pluviosidade ainda rebatem nesse processo de desenvolvimento da agricultura. Nas áreas semiáridas a importância das chuvas é seminal como variável climática, apesar de todo o desenvolvimento da tecnologia, transposição de água, irrigação, dessalinização de água, trabalho e principalmente capital. É na chuva que reside a maior confiança e fé do homem sertanejo. A sua chegada é motivo de comemorações e sua escassez ou ausência, desespero e fome. Mas, entendemos que a inserção do crédito, respeitando as singularidades socioeconômicas dos agricultores, poderá contribuir para amenizar esses processos, e isso já existe, como a questão do seguro-safra. Essa combinação é de grande relevância para a vida dos agricultores familiares.

Segundo SZMRECSÁNYI,(1977), há unanimidade entre os o autores em afirmar que o crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Brasil para promover a chamada modernização de nossas atividades agrícolas. No entanto, já foi também, devidamente enfatizado que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora.

Foi realizado um levantamento das obras (livros, artigos e dissertações) que versaram sobre o assunto com a finalidade de colocar o pesquisador em contato

com o que se produziu a respeito do tema. A coleta ocorreu no Banco do Nordeste do Brasil, na pesquisa de campo, nas repartições públicas federais, estaduais e municipais e bibliotecas.

Outras fontes importantes de pesquisa foram os relatórios de atividade do BNB –Banco do Nordeste do Brasil S.A, INEC – Instituto Nordeste Cidadania, como também, as entidades como a EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, SECRETÁRIA DA AGRICULTURA DOS MUNICÍPIOS, STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado de Sergipe, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A partir disso, definiu-se a pesquisa de base qualitativa e quantitativa, seguindo os seguintes procedimentos.

Para obtenção dos dados primários, realizou-se trabalho de campo com 200 produtores e produtoras contemplado com o crédito Agroamigo (Crescer e Mais). A coleta de informações foi realizado com os Agentes de Microcrédito do INEC e Colegas do Gepru da Universidade Federal de Sergipe.

Após a aplicação dos questionários, tabulou-se os mesmos de modo a possibilitar a confecção de figuras e tabelas que demonstram a promoção da questão socioeconômica entre os agricultores familiares beneficiados com o Agroamigo.

Foi realizado também o mapeamento dos dados disponibilizados pelo Banco do Nordeste (2005-2014), assim como dos 75 municípios de Sergipe, considerando dados de 2005, 2010, 2012 e 2014, que contribuíram para visualização espacial da repartição de contratos e recursos pelos municípios sergipanos.

Essa conjuntura possibilitou a organização da tese em 04 capítulos, além da introdução e considerações finais.

No primeiro capítulo abordamos aspectos conceituais que nortearam o trabalho, a partir da percepção do pesquisador à luz da literatura existente. Assim, escolhemos a abordagem do espaço e do território como categorias centrais de análise e sua aplicação na organização e produção do espaço rural e agrário dos agricultores familiares. Em seguida, foi abordada a importância do debate sobre a agricultura familiar e das particularidades dessa categoria no Nordeste, onde

questões climáticas são determinantes para a reprodução da pequena produção familiar.

No segundo, aborda uma proposta de debate para entender a conjuntura do Agroamigo com base no ecletismo dos estudos e abordagens que envolvem a questão dos estudos rurais do Brasil na atualidade. A questão das sete teses de Zander Navarro sobre o novo mundo rural e sua aplicação à realidade que estuda, financiamento, tecnologia, etc. e principalmente da tese da incapacidade socioeconômica dos agricultores familiares nordestinos em sobreviverem ao “mundo competitivo” dos mercados agrícolas. Para isso, agregamos diversos autores para desenvolver tal abordagem.

O terceiro capítulo trabalha o Agroamigo, desde sua criação a composição de seu arranjo institucional no nordeste e no estado de Sergipe, considerando a espacialização dos valores contratuais e de recursos disponibilizados junto ao BNB. Nesse momento, considerou-se os dados e os cálculos de variação contratual e de recursos, para validar a evolução do microcrédito por estado nordestino e por município de Sergipe. Além disso, foi analisado o direcionamento, mediante demarcação contratual, de qual seria o direcionamento do Agroamigo.

O quarto capítulo, *Impactos do Agroamigo nas Unidades Familiares de Sergipe*, aborda o contexto socioeconômico dos agricultores familiares beneficiados com o Agroamigo. Além disso, explana sobre a relação dos agricultores com o institucionalismo desse microcrédito; do trabalho a questão produtiva; e demonstra as condições socioeconômicas dos beneficiários do Agroamigo, fechando o capítulo com as experiências institucionalizadas.

Por tudo isso, o referido trabalho configura-se como um retrato das ações institucionalizadas e desenvolvidas a partir do Agroamigo na vida de centenas de Agricultores familiares, não só em Sergipe, mas no Nordeste. Isso porque, o que ocorre em Sergipe não é uma exclusividade, apesar de haver variações. Sendo assim, a importância em se trabalhar um tema tão atual, que mesmo com problemáticas ainda inerentes ao contexto das políticas públicas brasileiras, impõe impactos socioeconômicos e espaciais no meio rural sergipano. Disso, sobressaí as considerações finais, no que remete ao espaço rural como local de vivência, de multifunções e de crescimento produtivo.

Primeiro Capítulo

CAPÍTULO I – ESPAÇO e TERRITÓRIO na perspectiva do DESENVOLVIMENTO RURAL

Para iniciarmos a abordagem no presente estudo, na linha das abordagens geográficas, é fundamental realizar a opção categorial para daí montar o construto desenvolvido na tese – a questão dos efeitos do Programa Agroamigo em Sergipe – na medida em que existem linhas analíticas que podem estabelecer armadilhas, onde muitas vezes fazem mais sociologia ou economia, do que geografia. Esse é um dilema que sempre enfrentar em nossa trajetória acadêmica e profissional, e ainda nos persegue para definir o campo de estudo a partir de um recorte epistemológico ou empírico.

A opção da categoria Espaço e Território permite alargar os pilares da abordagem quando a categoria interdisciplinar – desenvolvimento rural – é o foco, na qual envolve um conjunto de elementos, fatores, variáveis e principalmente efeitos sob o meio rural, em especial entre os agricultores familiares mais pobres. E pode elencar um conjunto de autores que trabalham exaustivamente nessa abordagem, para em seguida estabelecer a ponte com a categoria interdisciplinar escolhida.

1.1 O ESPAÇO e TERRITÓRIO: substratos para entender o mundo rural

A categoria universal abstrata na Geografia é o Espaço. Essa categoria é abordada criticamente por Santos (2002, p.40),

[...] como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica de instalação das coisas e da relação das ações se confunde com a lógica histórica, a qual o espaço assegura a continuidade.

A mesma se remete ao processo de justaposição entre objetos e a lógica produtiva histórica, sendo formada “[...] por um conjunto indissociável, solidário e

também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2002, p. 63).

É pertinente observar que a expressão “sistema” denota um conjunto de elementos que compõem esse espaço, integrados, articulados ou colocados em escalas para definir a “síntese espacial”, através de coisas físicas (os objetos) e coisas móveis (as ações). Como o autor foca, é um processo inexorável, por ser histórico, operando como processo solidário, mas também como processo contraditório. Porém, como processo que se alonga no tempo, a “produção espacial” ou sua reprodução, em especial dentro da orbita do sistema do capital, estar em permanente mudança. Ou seja, os objetos mudam, como os objetos técnicos (fábricas, prédios públicos, estradas, etc.); como também as ações mudam, na quantidade e na qualidade, como ações humanas (trabalho), ou ações técnicas (tecnologia e inovação), sempre para alcançar a produtividade, e claro, a realização da acumulação de capital.

Ainda para esse autor, o espaço é histórico, pois agrega processos técnicos e culturais, mas intermediados pelos processos econômicos, ou em uma linguagem crítica, definidos pela formação histórico-espacial. Esse aspecto também é abordado por Carlos (2001, p.16) que analisa o espaço como:

[...] ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens. [...] o homem transforma a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo.

A ação humana é um processo, onde se articulam energias físicas e/ou cerebrais para realizar determinadas transformações, materiais ou imateriais, onde a intermediação é processada pelo trabalho humano. Na relação com a natureza, o processo é mais dinâmico, pois as transformações são mais impactantes, e muitas trazendo efeitos negativos, como a agressão ao meio ambiente.

Ainda na questão do dinamismo tendo como substrato o espaço enquanto produto do trabalho humano, HARVEY (2006, p. 49) aborda através de um recorte empírico, a questão da circulação do capital e sua materialidade no espaço, no que se refere as relações de transporte e da “anulação do espaço pelo tempo” e sua relação com a tese marxista como gerador de valor e da inserção dos custos de

transporte, inclusive para a realização do capital na fase de circulação. O mesmo coloca nos seguintes termos:

A circulação possui dois aspectos: o movimento real das mercadorias do lugar da produção ao lugar de consumo, e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e às mediações sociais (a cadeia de atacadistas, varejistas, operações bancárias, etc.) necessárias para que a mercadoria produzida encontre seu usuário final. Marx considera o primeiro aspecto como integrante do processo produtivo e, portanto, gerador de valor. O segundo aspecto é considerado como custo necessário de circulação, não sendo gerador de valor; portanto deve ser considerado dedução necessária do excedente, pois o capitalista precisa pagar por isso.

A anulação do espaço se materializaria no desenvolvimento das forças produtivas, ou da importância do componente tecnológico, envolvendo objetos técnicos e do conjunto de ações mais “eficientes”, racionalizando o uso do espaço no menor tempo possível, claro, realizando o processo de acumulação de capital.

Por outro lado, para Santos (2002), ele entende que a expressão “espaço” abarca uma situação “particular”, como por exemplo, se compararmos com a categoria paisagem, na qual incorpora um aspecto mais amplo e complexo. A paisagem é mais presente e de leitura instantânea, além de vislumbrar uma percepção mais estética do que racional. Ainda assim, existem semelhanças e particularidades dessas duas categorias.

Uma das semelhanças seria a dimensão espacial construída na paisagem. Mesmo tendo uma leitura estática, a paisagem permite operar pelo princípio da extensão (com base na Nova Geografia), dimensionando o espaço, que sintetiza elementos que compõe o “mosaico paisagístico”, por relações e interações (como o princípio da conexão, preconizada por CHOLEY, (1965).

Por outro lado, uma das diferenças das duas categorias reside no fato de que enquanto a paisagem é transtemporal, incorporando objetos passados e presentes, o espaço é o presente, resultante da ação da sociedade (ou em outras palavras, produto do trabalho humano). Ademais, a paisagem constitui por formas criadas em momentos históricos diferentes, enquanto que no espaço “as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como respostas às necessidades de sociedade” (Ibid., p.104). Em outro estudo, anterior ao supracitado, Santos (1996) reafirma que o espaço:

[...] resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso paisagem e espaço são um par dialético. Completam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que se separem como categorias diferentes (p.72).

Outra abordagem estabelecida pelo eminente autor está na espacialização, espaço e paisagem. Santos entende que a paisagem é permanente, ao passo que a espacialização encarna o poder da mudança. A paisagem possui história passada e presente; a espacialização é história presente. O espaço é a soma da paisagem com a espacialização. (Ibid., p.73). Santos (2002, p. 109) afirma literalmente

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas – conteúdo [...]. A ação se dá sobre os objetos já agidos, isto é portador de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são desse modo dotados de uma presença humana e por ela qualificados.

Santos (2001, p. 28) distingue, também, formação social, modo de produção e espaço. Considera uma interdependência entre essas três categorias, apesar de que juntas, formam o modo de produção. E este só se concretiza “sobre uma base territorial historicamente determinada”. Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. No entanto, a relação desenvolvida no interior das sociedades só pode ser compreendida no nível da totalidade, ou seja,

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz se ele mesmo no interior da totalidade [...] mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso torna-se um componente fundamental da totalidade social (Ibid., p. 33).

Deste modo, Santos (2001) entende a totalidade como sendo a realidade em sua integridade, isto é, a totalidade é o todo sempre em renovação, o conjunto de todas as coisas. A totalidade permite entender processos históricos, contraditórios e principalmente transformadores, envolvendo também processos econômicos, sociais e políticos, como realidades concretas, onde esses processos estão articulados, por heterogeneidades e complexidades; bem típicos do sistema metabólico do capital (MÉSZAROS; 2004).

Ainda no pensamento de Santos (1978), a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos; onde os elementos fixos, fixados em cada lugar permitem ações que modificam o próprio lugar, os fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar, já os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações.

Ainda segundo Milton Santos (2002), a melhor definição de espaço pauta-se num conjunto indissociável de ações e objetos artificiais. Há um ponto de partida teórico na definição de Milton Santos (2002) sobre Espaço: o papel do conteúdo composto por ações, por objetos e pelas forças externas que representam o modo de produção capitalista. Destaca Santos (2002) que o espaço “sempre foi objeto de uma compartimentação [conteúdo]” (Op. Cit, p.80). Através dessa assertiva, o espaço ressurgue como fruto do conteúdo artificializado de novos objetos e de novas ações produtivas, ou seja como produto do trabalho humano.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente; mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2002, p.63a)

Dessa forma, trabalho é o elemento diferenciador entre o homem e os demais seres (ou semoventes). É pelo processo de trabalho que o homem produz e reproduz o espaço. Ainda para Santos (1977, p. 88): “Viver para o homem é produzir espaço”. O desloca para algo inusitado: o espaço também contribui para dar sentido à vida, o que lhe dar um caráter de subjetividade.

A partir disso, Corrêa (1998, p. 55) reflete que a organização espacial é um importante instrumento de reprodução do espaço geográfico, isto é, da própria sociedade. Para ele, o processo de produção é também um processo de reprodução. A organização espacial, vale dizer, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução).

O espaço e a reprodução social, agora, se processam mediante ações políticas através do controle sobre as técnicas e sobre o saber, que agem a serviço do capital. As atuais circunstâncias apontam para “intervenções espacializadas” pela ação do Estado, através da construção de infraestruturas, implantação de políticas

públicas, buscando manter a hegemonia política de alguns grupos e a reprodução ampliada do capital (LINS, 1997).

A referida quadra histórica demonstra, por exemplo, que o espaço rural brasileiro tem passado por várias transformações nas últimas décadas (modernização tecnológica, valorização da agricultura familiar), que estimulam forte debate no sentido de propor novas formas de se pensar o desenvolvimento rural sustentável, em especial com as mudanças nas políticas destinadas à agricultura familiar, que estiveram sempre excluída das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, ao longo dos anos, atualmente é de grande valia para o desenvolvimento socioeconômico da pequena produção.

O espaço é assim, produzido pelas relações sociais, subordinadas, por sua vez, ao modo de produção que subordina a sociedade. Dessa forma, é sob a égide do capitalismo que se concede o entendimento da organização do espaço, ou seja, através das relações desiguais e contraditórias inerentes a esse sistema. Essas relações são percebidas no movimento dialético do capital; empobrece/enriquece; constrói/destrói; que produz relações próprias (capitalistas) e não-capitalistas. É neste ponto que ganha sentido a “natureza contraditória do espaço expressa por Silva (2001), que coloca “o espaço capitalista na geografia [é] produzido pelas relações dialéticas entre os agentes diretos e indiretos do processo produtivo e a natureza [...]” (Op. Cit., 2001, p.17).

Na geografia, o espaço toma sentido através das relações nele estabelecidas entre os objetos. São essas relações que promovem a organização do espaço, determinadas pela tecnologia, pela cultura e pela organização social específica de cada população.

Sob o capitalismo, o espaço, na condição de terra/terreno passou a valer dinheiro, isto é, tornou-se mercadoria, pois passou a conter o duplo caráter desta: valor de uso e valor de troca. Entretanto, aí está a singularidade da terra – mercadoria: ela valoriza-se sem incorporar valor porque não é produzida pelo trabalho, é um atributo natural. SILVA (2001, p. 75), coloca que “a terra não se valoriza em si, a sua valorização é feita nos diversos ramos de produção, onde há geração de mais valor e parte dela flui para o mercado de terra”.

O preço pago pela terra capitalizada; quando se compra terra, transforma-se capital em renda. Mais tarde, o preço de venda da terra será maior que o preço de compra. A renda capitaliza-se com o tempo porque a terra se “valoriza”.

A renda fundiária é a realização econômica da propriedade privada da terra. É um tributo social, pago pela classe trabalhadora como um todo. É necessário que cada vez mais os operários produzam mais valia para remunerar os diversos capitalistas e os donos de terra. É a renda fundiária que valoriza a terra. No caso, verifica-se que a renda fundiária acentua o processo de concentração da terra à medida em que transforma a terra em reserva de valor (enquanto renda capitalizada).

A modernização da agricultura atingiu de forma desigual o espaço agrário, acentuando as desigualdades, sendo denominada por Silva (1999) de uma modernização conservadora. Resultantes desse processo podem ser percebidas, de acordo com esse autor, algumas características que evidenciam os desequilíbrios gerados por ele (1999b, p. 93-95 e 116-119):

- a) a modernização conservadora atingiu de forma diferenciada as regiões e os estabelecimentos;
- b) tem caráter parcial, no sentido de que não atinge todas as fases dos ciclos produtivos dos principais produtos agrícolas;
- c) agravou o problema da concentração fundiária;
- d) foi a principal responsável pelo êxodo rural a partir de 1960;
- e) é um importante instrumento de degradação do meio ambiente rural, pelo uso inadequado de máquinas e insumos;

Para Milton Santos (1988), a modernização do capital ao promover a articulação dos lugares e desenhar as ações que se recaem sobre o território provoca de certa forma uma nova regulamentação às ações do aparelho estatal, na medida em que muitas localidades, para fazerem valer a presença do grande capital, passam a tocar em curso mudanças em sua legislação. Deve-se perceber que esta legislação serve ora para atender as demandas vinculadas à infraestrutura; ora para tornar viável. A elaboração, por exemplo, de uma legislação ambiental, considerando as pressões dos organismos dentro e fora dos países, bem como o aparato jurídico destas legislações, tende a atender as exigências do capital.

Nesse sentido, o território emerge, então, como uma arena em que estas decisões e discussões são engendradas agora, considerando também a presença do aparato tecnológico à disposição ideológica de todos. A produção local é lançada no circuito do consumo mundial. Assim, a tecnologia pode ser também traduzida como um recurso em que todas as prerrogativas da acumulação em escala mundial

tornam-se obrigatoriamente exigência de uma política dos mercados financeiros globais na medida em que os fluxos e a velocidade da informação são elementos indispensáveis neste cenário.

Santos (2000,p. 38-39) ao se referir ao papel da informação assim a define:

Um dos traços marcantes do período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam das sociedades que habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares.

Por essa prerrogativa, o território analisado por Raffestin (1993) mostra-se visível numa dinamicidade latente, pois o controle é externo, ainda que estejam relacionados àqueles agentes locais diretamente vinculados aos agentes do capital. Para ele, Lefebvre (1978) mostrou de que forma o território é capturado com pretexto a ação dos grupos, que o controlam.

A passagem do espaço ao território é uma forma pela qual os agentes sociais hegemônicos demarcam seus interesses. Conforme o contexto pronaiano ou do microcrédito produtivo e orientado, como é caso do Programa Agroamigo, o território torna-se uma necessidade socioeconômica para se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, por exemplo, territorialize-se o espaço da produção, processada no âmbito da agricultura familiar, que poderá ser ampliada com a inserção de crédito.

Nesse aspecto, justifica ser o Pronaf-Agroamigo, objeto do nosso estudo, uma materialização das ações do capital com repercussão espacial, determinado por processos territoriais na medida em que os espaços e territórios produzidos pelos agricultores familiares repercutem na organização dessa produção e investimentos dessa natureza em um ambiente onde a lógica do capital é periférica, as mudanças são facilmente percebidas.

Nesse aspecto, podemos trabalhar a questão do espaço e do território enquanto categorias da Geografia e sua “aplicação” para entender aspectos relacionados ao desenvolvimento rural? Acreditamos que seria um desafio analítico, na medida em que o debate é de natureza interdisciplinar e envolve uma miríade de análises. Fundamental inserirmos essa questão no âmbito da Geografia.

Dessa maneira, a questão do “desenvolvimento rural” impôs como agenda emergente nos últimos vinte e cinco anos no Brasil. Nela, um conjunto de ações e intervenções no meio rural alterou substancialmente o desenho clássico do Brasil, pelo domínio do “latifúndio”, pela “monoexportação” e da dualidade campesinato e grande propriedade. As questões agora são outras e muitas mais complexas.

Por sinal, existe uma rica literatura, principalmente econômica e sociológica, para analisar essa complexidade e heterogeneidade do meio rural brasileiro. E na ótica espacial e territorial, esse processo ainda é mais desafiador, em destaque na questão da organização e produção vinculadas a agricultura familiar, do sistema de comercialização e claro, pela constituição da renda familiar. Agrega-se a questão da inserção de políticas públicas e programas sociais destinados ao meio rural mais pobre e seus rebatimentos ou de seus efeitos socioeconômicos com repercussão espacial e territorial.

SCHNEIDER (2010) aborda em “artigo de balanço” a questão do desenvolvimento rural no Brasil, seu contexto e as questões em debate a partir dos anos 90 do século XX. E nele realiza uma classificação a partir das tendências e temas abordados por diversos autores. Antecedendo por um período, que compreende até finais dos anos 1980, dominada por programas e políticas formatadas pela verticalidade das ações, com frágil impacto das esperadas mudanças da agricultura familiar (ou camponesa, ou ainda da pequena produção familiar) brasileira. Ou seja, da impossibilidade de inserir essa categoria social no processo de modernização da agricultura brasileira, agora demarcada pela setorialidade e pela desigualdade regional dessas atividades, isso já abordado por GRAZIANO (1980), quando analisa esse processo, especialmente da realidade agrícola e agrária no estado de São Paulo.

O que contribuiria na pouca atração de estudos sobre a importância desse segmento do mundo rural no Brasil, como bem coloca o pesquisador gaúcho (2010, p. 512):

Esta forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento, acabou afastando muitos pesquisadores e estudiosos deste tema, por considerá-lo excessivamente político e normativo. Isto fez com que os estudos rurais brasileiros, especialmente os acadêmicos, deixassem de lado o tema do desenvolvimento rural tout court que passou a ser identificado com políticas de intervenção no meio rural, especialmente em regiões pobres.

E justifica em seguida, da mudança na orientação de pesquisadores e estudiosos a partir dos anos 1990, onde:

A partir deste período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

O autor define quatro abordagens, após a leitura da quadra de conjuntura dos anos 90 com a ascensão das políticas públicas, em destaque para o Pronaf em meados dessa década e no final abre os novos desafios para o desenvolvimento rural nesse início do século XXI.

A primeira relaciona-se com a valoração das instituições, da sustentabilidade e da inovação, marcada pelos arranjos institucionais, podendo ser observado nas questões relacionadas ao desenvolvimento territorial. A segunda, sob o eufemismo do patrimonialismo, a força da propriedade fundiária e as relações contraditórias do mundo rural, bem como da reprodução das formas tradicionais de dominação patriarcal. A terceira emanada do desenho do mundo rural, de um processo inexorável de desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas. E finalmente, a última com a formação de cadeias agro-alimentares e do peso significativo do agronegócio. Essa última, segundo o autor, é a mais impensável, porém fundamental para superar a velha e inapropriada dualidade estrutural da agricultura brasileira.

Mais interessante dessa abordagem é a articulação com um número significativo de autores, como VEIGA, MARTINS, GRAZIANO DA SILVA, ABRAMOVAY, WILKINSON, GAZOLLA, NAVARRO. E com ele, do papel da agricultura familiar enquanto “ator coletivo” no liame do desenvolvimento rural. Dai a nossa opção em entender o desenvolvimento rural enquanto base para entender o papel socioprodutivo da agricultura familiar, sob a ótica do espaço e do território.

Espaço enquanto produto do trabalho do agricultor familiar, ele opera como um sistema de produção, na relação entre volume de trabalho e necessidade de

constituição da renda familiar, isso para reproduzir a força de trabalho da família. O espaço produzido é materializado por processos de trabalhos executados na unidade produtiva. O cotidiano das atividades, a divisão do trabalho, o plano de execução; o uso do trabalho “familiarmente” necessário em que são observadas nesse processo.

Completando-se com a organização social desses agricultores para o escoamento da produção e nisso conhecemos os gargalos, como o baixo nível organizacional, a força dos mediadores comerciais e o preço do produto no momento da venda. Na linha de GRAZIANO DA SILVA (1980), *o preço de mercado é menor que o preço da produção*, o que vincula ao espaço do agricultor familiar enquanto espaço onde aspectos capitalistas atuam “fora do lugar”. Ou externo ao sistema de produção, onde o processo de acumulação não se realiza. Simplesmente por não existir exploração do trabalho alheio.

A verdadeira realização da acumulação opera externamente, na fase de circulação do produto do trabalho do agricultor familiar, apropriada pelos mediadores comerciais. E o espaço da circulação que transforma o produto familiar em mercadoria, incorporando enquanto valor de troca, não mais alcançado pelo agricultor familiar.

O deduz que o *espaço do agricultor familiar é o espaço do antivalor* e que poderá ser metaforseado com a inserção de fatores externos como o crédito do Pronaf. Daí a nossa concepção que a presença do sistema de crédito no processo de produção do agricultor familiar muda substancialmente sua perspectiva socioeconômica. O antivalor é subordinado a esse novo desenho. O espaço da produção da agricultura familiar é alterado a partir de processos materializados em contratos de crédito, obrigações, etc.

O que na nossa interpretação a territorialização do agricultor familiar é observada a partir, não apenas da subordinação de seus produtos a comercialização dos mediadores, mas de fenômenos “externos” e necessários até mesmo para construir formas de ampliação da renda familiar. A inserção da tecnologia como meio de aceleração da produção, e principalmente da presença do crédito, são processos que estão alterando a vida desses agricultores. E quando coloca em nível da região do Nordeste, é evidente que ainda esta em seu nascedouro dos efeitos sociais e econômicos de crédito com base em metodologias operacionais – a

exemplo do Agroamigo – e seu alcance, quando percebe que existem contradições e limites.

Mas uma questão é certa: o desenvolvimento rural na linha do microcrédito opera como uma das políticas que mais cresceram nos últimos doze anos no Nordeste. E o presente estudo procura abordar a partir dos processos observados no estado de Sergipe.

1.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES e sua relação com o Espaço

A agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos no Brasil, além de representar 90% de ocupação da mão de obra rural e mais de 70% do total de estabelecimentos rurais. Decorrente disso, a justificativa em alicerçar uma política pública voltada para os agricultores familiares, seja em função do número significativo de estabelecimentos rurais, seja pelo volume de brasileiros que vivem nas áreas rurais ou mesmo pela importância da produção familiar em relação ao valor bruto da produção agropecuária nacional. É de fundamental importância entender essa categoria social, servindo como premissa ao estudo dos efeitos de programas como do microcrédito produtivo e orientado, com uso da metodologia já destacada.

Antes, mesmo que o tema já conhecido, é necessário articular o quadro histórico do desenvolvimento da agricultura brasileira, pautado por uma formação social bem particular, bem como da inserção histórica do financiamento voltado para a agricultura.

Como sabemos a agricultura brasileira, nos tempos coloniais, fundava-se basicamente sob a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Esses pilares davam, por conseguinte, suporte à geração de lucros que eram incessantemente maximizados, a fim de possibilitarem bons resultados financeiros (PRADO JÚNIOR, 2004).

Com base nessas variáveis, o cultivo da cana-de-açúcar constituiu-se num investimento de alta rentabilidade, dados os altos preços de seus derivados no mercado internacional, em face de os fatores de produção se afigurarem

relativamente baratos. Assim, a cana-de-açúcar se expandiu, de forma especial, ao longo da região Nordeste do País.

Analizando esse assunto, constata-se que a agricultura brasileira possui um perfil próprio e peculiar, considerando que foi constituída, desde os tempos do Brasil Colonial, para atender ao mercado externo, tendo como base o plantio de grandes lavouras, ao contrário dos países europeus, que privilegiaram a pequena produção familiar.

Entretanto que, desde o início da década de quarenta do século passado, Caio Prado Junior (2004) registrava que, apesar do Brasil ter superado o período colonial, ele mantinha inalterada essa situação, o que dificultava o acesso do trabalhador rural à economia formal, concentrando progressivamente, mesmo com a modernização.

Furtado (1980), ao analisar esse momento da história econômica do Brasil, observa que, naquela época, os grandes proprietários brasileiros detinham o controle de três quartos da oferta mundial do café, o que lhes possibilitavam administrar os preços e a rentabilidade desse produtor, através da produção disponibilizada ao mercado interno.

No Governo Juscelino Kubitschek, outra questão importante, nesta época afirmava-se das deficiências do processo de comercialização, o que ao longo do Governo, foram superados, dado que foram construídos armazéns para o armazenamento de rebatida pela expansão do sistema rodoviário nacional.

Na agricultura brasileira, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), tem grande relevância e foi criado em 1965, através da Lei nº 4.829, que tinha como objetivo o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente os pequenos e médios, quando se praticou taxas de juros subsidiadas, no País. Como órgãos constitutivos do SNCR foram definidos: O Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco de Crédito da Amazônia e, como vinculados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, agências de fomento, bancos estaduais, inclusive de desenvolvimento, bancos privados, Caixa Econômica Federal, cooperativas autorizadas a operar em crédito rural e, ainda, sociedade de crédito.

O financiamento subsidiado aos grandes produtores permitiu a expansão desenfreada e abusiva de insumos químicos, o que causou desperdício e degradação ambiental, em detrimento do financiamento de outros itens de custeio

agrícola, tais como, aquisição de sementes melhoradas, especialmente para pequenos e médios produtores rurais, de acordo com Sayad(1984).

Há unanimidade entre os autores em afirmar que o crédito rural foi o mais importante instrumento, que se lançou no Brasil para promover a chamada modernização das atividades agropecuárias. No entanto, já foi também devidamente enfatizado que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora (SZMRECSÁNYI, 1997).

A agricultura familiar é uma categoria social que tem ganhado relevância nos últimos 20 anos. Essa categoria foi fruto de reivindicações, inclusive como uma “nova categoria-síntese” de natureza institucional, protagonizados pelos movimentos sociais do campo, pelas organizações sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o que daria legitimidade para que o Estado apropria-se do termo, criando em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e que por fim, a identificação seria definida com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), (Schneider, 2003).

Essas ações embasaram, a partir de formulações conceituais, desenvolvidas pelos estudos acadêmicos e apoiadas em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO e o IICA e o Banco Mundial, o reconhecimento enquanto “classe social” (OLEALDE, S/A, p.01).

Os modelos utilizados por órgãos internacionais para definir a agricultura familiar, parte da comparação com a agricultura patronal (Ver Quadro 1). Estudos da FAO/INCRA (2000) utilizaram-se de três critérios principais para diferenciar a agricultura familiar da patronal, entre elas: 1-a administração dos estabelecimentos é realizada pelo próprio produtor; 2- o trabalho familiar utilizado no estabelecimento é superior ao trabalho concentrado; e 3- o tamanho da propriedade deve ser igual ou inferior ao tamanho médio ponderado dos estabelecimentos de cada grande região brasileira e multiplicado por quinze. Por consequência, só será propriedade familiar se o estabelecimento se enquadrar simultaneamente nos três critérios.

Quadro 01- Diferenças entre Agricultura Patronal e Agricultura Familiar

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão integrados
Organização Centralizada	Direção do Processo produtivo assegurado pelo produtor familiar e sua família.
Ênfase na Especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em Prática Agrícola Centralizada	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho Assalariado	Trabalho assalariado complementar
Tecnologia Dirigida à eliminação de decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas à imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Ministério da Agricultura – Manual operacional do PRONAF, apud FREIRE (1999).
Apud: CARVALHO, (2012).

O espaço rural brasileiro tem ganhado importância nas últimas décadas, haja vista ser o espaço atual um sistema de objetos e ações cada vez mais artificiais, e cada vez mais sujeitos a modificações impostas pelas demandas sociais e mercadológicas. Nessa acepção, Santos (1997) se preocupava em analisar o avanço técnico científico, que no período atual pode ser considerado como meio técnico-científico-informacional. Isso porque, os ritmos de produção e, conseqüentemente, de transformação da natureza têm ocorrido de forma acelerada, criando, muitas vezes, o que ele chama de natureza espetáculo, portanto, cada vez mais estranhas ao homem.

Contudo, no contexto de corrida para correspondência a demanda de mercados, é que muitos pequenos agricultores têm conseguido direcionar sua lógica produtiva, não só as suas demandas, mas também a sua inserção no mercado. Tal contexto, é fortemente estimulado pelo Programa de Fortalecimento do Agricultor Familiar (Pronaf), que através de metodologias inovadoras, tem subsidiado a criação de oportunidades produtivas e sustentáveis às unidades produtivas. Por essa assertiva, é visível que o programa tem promovido melhorias socioespaciais e assim, valida-se a intenção de entender sua importância para o espaço rural e para a organização da pequena produção familiar, considerando a percepção individual desses sujeitos, quanto à melhoria (ou não) de suas condições de vida e de seus efeitos sobre as economias locais.

Essa classificação é problemática em função de cada região do país apresentar uma área máxima, onde um dos estabelecimentos poderá ser classificado como familiar ou não. Além disso, a dificuldade funda-se também, em quantificar o volume de mão-de-obra utilizado em cada estabelecimento e verificar

se o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado ou temporário. Destarte, o agricultor familiar brasileiro pode ser representado por pequenos e médios produtores rurais a depender da sua região de origem.

Além disso, essa categoria já tem definição bem clara, sendo distinta de campesinato, em meio à dinâmica capitalista. Logo, para Schneider (2003), a diferença se edifica no interior da família, como segue,

É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante às condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Para a FAO/INCRA¹, a agricultura familiar se define pela relação entre o trabalho executado pelos familiares e gestão, ou seja, pelo processo produtivo conduzido pelo gestor. Ressalta-se pela ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos, na qualidade de vida, na utilização da mão de obra assalariada em caráter complementar e na tomada de decisões imediatas devido ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Segundo Abramovay (1992) a agricultura familiar se definiu historicamente, a partir da observação de intensificação do trabalho familiar em tempo parcial; dos sistemas de cooperativismos; dos de colonização; e da organização dos trabalhadores rurais face os avanços da industrialização. Agora sim, cabe ressaltar que na atual conjuntura não é mais possível falar de “exportações camponesas”.

Embora Lênin (1982) e Kautsky (1998) apregoassem o desaparecimento da organização da produção familiar, foi possível constatar ao longo do século XX que

¹ OLEALDE, S/A. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. S/A. Disponível em < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm> >. Acesso em 28 de junho de 2010.

as explorações agrícolas de base familiar não desapareceram. Ao contrário, se adequaram às novas formas de produção, absorvendo as inovações tecnológicas difundidas pelo sistema capitalista. Nesta esteira, Chayanov (1974) demonstra as potencialidades da produção familiar ao se adequarem às mudanças espaciais, no sentido dos avanços tecnológicos, criando e recriando estratégias de sobrevivência, sob o prisma do utilitarismo.

Essa categoria tem apresentado no Brasil muitas terminologias ao longo do debate, sendo reconhecida por: camponeses, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e agricultor familiar. Essa mudança de categorias obedece à evolução do contexto social e às transformações ocorridas em seus processos socioeconômicos e também territoriais.

Entre as sociedades capitalistas, caso dos Estados Unidos, essa categoria social está ligada ao referenda ao mito da “Small family farm”, pelo qual as grandes corporações continuariam obtendo subsídios públicos que, sob o pretexto de apoiar a “agricultura” constituíam-se, na verdade, numa forma de privatização de recursos sociais; e da Europa, pós-1945, que baseada numa agricultura tipicamente familiar, promoveu o abastecimento do mercado interno, destruído com a guerra, e posteriormente os mercados externos, ocorrendo em pouco tempo a modernização da agricultura e expandindo a economia dos países.

Deste modo, nos países capitalistas o padrão de desenvolvimento sempre esteve estruturado na agricultura familiar. Enquanto que nos países ditos subdesenvolvidos o modelo agrícola priorizado foi o patronal, cujo espaço era fortemente monocultor e voltado a práticas de exportação. Assim, apesar da pouca atenção dada a essa categoria social, ela tem historicamente contribuído para a movimentação da economia e para o desenvolvimento econômico local (ABRAMOVAY, 1992).

No Brasil, essa categoria foi reconhecida oficialmente em 24 de julho de 2006, pela Lei 11.326, “sendo definida como aquela praticada em estabelecimento dirigido pela família, que tenha renda predominantemente oriunda deste, cuja área não exceda quatro módulos fiscais, utilizando mão de obra predominantemente familiar” (COELHO, 2010, p.01).

Apesar disso, o agricultor familiar referenda as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se vinculados ao contexto da família. Nesses termos, a categoria reflete as recentes mudanças

ocorridas no contexto da agricultura brasileira, que promove a integração dessa classe ao processo de produção capitalista, através de sua inserção ao mercado. Segundo Abramovay (1992, p. 22-127), a agricultura familiar é altamente integrada ao mercado, pois é uma classe que tem sido capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder as políticas públicas governamentais. Assim, “[...] aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”.

A inserção desse agricultor ao mercado não tem ocorrido de forma homogênea em todas as regiões brasileiras. Isso se deve à dependência do agricultor familiar por novas tecnologias e por condições político-institucionais, que são representadas por acesso a crédito, a infraestruturas de transporte, energia e espaços, aliado a canais de comercialização, além de informações a respeito e dos preços de seus produtos. Consequentemente, tais dependências se colocam como desafio para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, que por ventura poderia ser resolvidos com: a) disseminação de informação organizada e adequada usando os modernos meios de comunicação de massa (TV, rádio e internet); e b) incentivos à melhoria da capacidade organizacional dos produtores visando ganhar escala e nichos de mercado para a comercialização da sua produção (PORTUGUAL, 2004, p. 01).

Considerando ainda a heterogeneidade do espaço agrário brasileiro, é necessário destacar a realidade da região Nordeste, uma vez que, essa agrega o maior número de unidades de produção familiar (50% do total nacional) e o maior número de contratos do Pronaf B efetivado nos últimos quase 10 anos (85,5% dos contratos e 85% do montante liberado). Essa região, desde o período colonial, foi marcada pela presença de grandes latifúndios monocultores da cana-de-açúcar para a exportação. Posteriormente, cita OLIVEIRA (1977),

[...] A pax agrarie nordestina, simultaneamente condição e resultado da hegemonia da economia algodoeira-pecuária e da oligarquia dos coronéis já começa a ser erodida no Nordeste nos anos cinquenta. [...] o desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. Os dois mecanismos convergiam para o mesmo resultado, que se apresentava sob duas formas: a dissolução do semicampesinato [...] – a elevação da renda da terra abria para os proprietários uma possibilidade de especialização nas antigas culturas de subsistência, isto é, uma forma de concentração em capital variável.

No Nordeste do início do século XXI, os agricultores familiares representam 89,13% dos agricultores da região, contra 10,84% das propriedades de agricultura patronal (IBGE, 2006). Apesar desse contexto, muitos dos agricultores são descapitalizados, fato que justifica o pequeno valor bruto da agropecuária gerado no Nordeste – 38% (Censo agropecuário, 2006). Tais dados demonstram o quadro de insustentabilidade agrícola existente na região, uma vez que, nem sempre ela garante perspectivas positivas de crescimento econômico, de melhoria das condições de vida e da redução das disparidades sociais e regionais, além do problema das questões ambientais. Além disso, para Freire (1999),

[...] a falta de terra, de conhecimento sobre manejo sustentável de recursos naturais e de adoção de tecnologias apropriadas faz desses agricultores depredadores de seus poucos recursos naturais, na medida em que são obrigados a utilizá-los até a exaustão, por não disporem de outras alternativas de sobrevivência (Op. Cit, 1999, p.80).

Ainda para Freire (1999), a insustentabilidade produtiva da agricultura familiar no Nordeste está associada às condições edafo-pedológicas e climáticas, ao mesmo em que se associa a insuficiência de terras, de tecnologias e de crédito. Fato que se vincula a sua constituição histórico-espacial e a transformação dos pequenos produtores agrícolas em “bolsão de reserva”, atuantes inicialmente nos latifúndios, e depois, nos setores urbano-industriais.

Apesar disso, a agricultura familiar, associada à dimensão espacial, busca orientar as funções da agricultura e se consolidar como fornecedora de alimentos, de matérias-primas, de divisas e de sustentabilidade ambiental, uma vez que promove a preservação da paisagem e da cultura local. Além disso, a população apresenta uma distribuição mais equilibrada quando comparada às unidades patronais monocultoras. Tais características podem estimular o desenvolvimento rural numa dimensão territorial, em que atividades agrícolas e não-agrícolas tendem a ser integradas em nível local.

Enfim, entendo que os produtores rurais pertencentes à classe da Agricultura Familiar são reconhecidos por características básicas e próprias do sistema de vida e produção: 1) O trabalho e a gestão são predominantemente familiares; 2) O capital pertence à família; 3) O patrimônio e os ativos são objetos de transferência entre a própria família; 4) Os membros da família residem na própria unidade produtiva; 5) As unidades produtivas são responsáveis pela grande maioria da produção de

alimentos básicos; 6) Vivem em terras com baixa produtividade e geralmente sem título de domínio; 7) Falta assistência técnica e as tecnologias utilizadas por essas famílias e nas unidades produtivas são baixas; 8) Não possuem capacidade gerencial e tecnológica adequada às suas reais necessidades e 9) Enfrentam problemas de dificuldade para comercialização dos alimentos produzidos.

1.3 - RETOMANDO A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: FUGINDO DO ÓBVIO

A questão do território e do espaço, e suas articulações para entender as diversas dimensões do agricultor familiar na questão das políticas públicas, e nela está enquadrada o Pronaf-Agroamigo, é mais que fundamental analisar em uma perspectiva desenvolvimentista, com ênfase nas experiências no Nordeste.

É “natural” que a perspectiva desenvolvimentista teoricamente é complexa e focada em aspectos econômicos. E sua maior autoridade é Celso Furtado no debate da questão do desenvolvimento a partir da realidade da economia brasileira.

Esse aspecto articula-se como uma das estratégias de inserção de fatores de produção que podem incrementar esse processo para espaços economicamente estagnados, que apresentam, por exemplo, baixo nível de industrialização e reduzida inserção tecnológica. Assim, Furtado não apenas caracterizou-se como economista que produziu vasta obra, mas também foi homem de ação. E a questão do desenvolvimento tornou como uma das pautas que o perseguiu durante toda sua vida. A realidade econômica do Nordeste era o recorte empírico e necessário para sua intervenção.

O desenvolvimento, no momento de sua proposição com a criação da SUDENE, imprimia uma proposta economicamente original e ousada. Nesse aspecto, a elaboração de um documento sobre a região era relevante, como base as discussões e encaminhamentos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em sua obra *A Fantasia Desfeita* (1997, p. 73) em que:

A idéia central era produzir um documento que contivesse um uma explicação do subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil, subdesenvolvido. Era necessário, portanto, apresentar o que na época se chamava de diagnóstico da problemática regional, o qual serviria de base para a formulação do

que eu pretendia chamar de ‘nova política de desenvolvimento’ para a região.

A questão desenvolvimentista com viés regional era a principal estratégia, isso era possível face à possibilidade de intervenção do Estado e que tivessem como foco regional, a superação da pobreza, porém dentro dos parâmetros da economia capitalista, com ações na seara da industrialização, da reforma fundiária e da melhoria dos salários. Sem dúvida que essa questão tinha relação com a concepção cepalina da dualidade estrutural das economias latino-americanas e da necessidade de superar o “subdesenvolvimento”.

Na ótica de OLIVEIRA (2003), o subdesenvolvimento cepalino não pode ter o caráter evolucionista, aos moldes darwinianos. Mas como um processo histórico contraditório, e estaria vinculado à divisão internacional do trabalho, e não a um modelo de seleção natural dos processos históricos. Para o autor, os cepalinos foram influenciados pela concepção weberiana, com viés marxista, onde o desenvolvimento seria um processo histórico sob a formação social capitalista. E ainda afirma, quando analisa os equívocos dos cepalinos furtadianos:

Antes, tratou-se de uma *singularidade histórica*, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar das intensas transformações, impediu-a precisamente de ‘evoluir’ para estágios superiores da acumulação de capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização (OLIVEIRA, 2003, p. 126).

Logo, o subdesenvolvimento como processo histórico não seria evolucionista, mas fruto das relações de produção e das forças produtivas capitalistas, que articulam de forma contraditória e associada (NEIL SMITH, 2003). O autor ainda faz referência a vários estudiosos da economia nacional e da formação social brasileira, na tentativa de construir uma teoria particular. A tentativa da “via prussiana”, caracterizada como modernização com autoritarismo político, ou da “revolução passiva”, como abordado por Luis Jorge Werneck Vianna, mas que não se enquadraria na categoria do subdesenvolvimento. Ainda para o autor, a obra seminal de FURTADO, em *Formação Econômica do Brasil*, por envolver uma conjuntura singular, como a revolução de 30 e o fortalecimento do Estado Brasileiro enquanto instituição fomentadora do desenvolvimento, seria uma abordagem real

dessa transição econômica, face ao modelo de *industrialização por substituições de importações* (Ob. Cit. p. 127). E ainda completa, para entender a questão da fragilidade do subdesenvolvimento, que, mesmo realizando a crítica ao modelo dual cepalino, procura dar uma análise face à industrialização singular latino americana. E esboça para fechar seu pensamento:

Como singularidade e não elo na cadeia do desenvolvimento, e pela 'consciência', o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos. Por isso mesmo, havia uma abertura a partir da luta interna de classes, articulada com uma mudança na divisão internacional do trabalho capitalista. (OLIVEIRA, 2003, p. 127).

Nesse aspecto, a questão do desenvolvimento estar sempre atrelada às questões econômicas. O que dificulta de sobremaneira o excesso do economicismo quando a dimensão do desenvolvimento será apenas o signo do crescimento. O que seria uma armadilha para uma realidade tão complexa como a brasileira. Na ótica de SOUZA (2015), quem perceberia seria o Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em seu livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, na medida em que a questão econômica poderia ser abordada simultaneamente com a questão sociológica. Como segue, abordando a singularidade do Estado populista getulista:

Grande parte do livro dedica-se precisamente a tentar reconstruir, para o contexto geral da América Latina, as diferentes formas de aliança entre as diversas classes sociais no contexto dos limites e possibilidades abertos ao âmbito econômico em cada caso... Assim, é o Estado nacional que assume o lugar central, inclusive como agente produtivo, em dimensões que não existiram do mesmo modo na América Latina, como organizador central de uma instável aliança de classes que incluía desde industriais até a massa urbana, deixando de fora apenas os trabalhadores rurais (SOUZA, 2015, p. 117/118).

Mas SOUZA afirma que essa obra não atingiu o que poderia ser esperado, mesmo que houvesse a pretensão de analisar a questão do desenvolvimento além dos elementos econômicos, ou da tentativa de entender o "funcionamento" do capitalismo periférico na América Latina, e completa que esse livro não trouxe *"literalmente nenhuma novidade ou ganho teórico em relação às interpretações que pretendem criticar é apresentado...dado que nenhuma novidade digna de nota é*

apresentada para a compreensão da reprodução simbólica do capitalismo periférico. (Ob. Cit. p. 119).

Enfim o autor foca que as análises são frágeis e limitadas para entender o fenômeno do desenvolvimento na América Latina e mesmo que lhe dê um verniz sociológico ou cultural, em nada acrescenta na medida em que a armadilha da subordinação ou dominação econômica é determinante, mesmo que exista processos sociais ligados à identidade nacional, étnica ou racial. Dessa maneira, a questão do desenvolvimento permanece não resolvida, e que será também reproduzida em obras clássicas como *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, ou de seu patriarca, Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala*, onde abordam a singularidade cultural brasileira, na figura do “homem cordial”, porém aventureiro e indisciplinado, ou da rusticidade de uma sociedade dilacerada pelo patrimonialismo e de subserviência “dos de baixo”, onde a riqueza é o parâmetro da dominação política.

Nessa vertente, SOUZA (2015) suscita a importância da escrita de Florestan Fernandes, a mais consistente no que se refere a entender a sociedade brasileira. Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, o autor daria um caráter mais científico das reais relações sociais no Brasil, e de suas singularidades, fugindo das abordagens superficiais e epidérmicas (p. 122). E nisso o papel da organização do Estado enquanto instituição política, constituída a partir da independência política e da mitologia construída em torno das ciências sociais no Brasil. E acrescenta:

Para Florestan, o fator estrutural fundamental da implantação do capitalismo no Brasil é a independência política a partir da quebra do pacto colonial e da concomitante *estruturação de um Estado Nacional*. É portanto, a eficácia institucional que está em jogo, e não qualquer ‘conto de fadas’ que nosso mito nacional criou as ciências sociais brasileiras dominantes contrabandearam como ‘ciência’ (SOUZA, 2015, p. 123).

O autêntico capitalismo periférico estaria consolidado, na medida em que não haveria a troca desigual metrópole-colônia, mas da possibilidade de criar mercados regionais e da formação de uma classe “genuinamente nacional” e nele na construção de um pensamento liberal onde a função do Estado também seria limitada e a luta pela abolição da escravidão seria um processo de “modernização” das relações de produção, mas que na verdade seria para atender os novos interesses dominantes, onde o Estado seria capturado. Seria uma espécie de

Estado regulador sob uma economia de base agrária e compondo uma sociedade profundamente desigual. Esse fosso construiria as bases em que se observa a sociedade brasileira de nossos dias, em que o desenvolvimento operou muito mais no plano da retórica do que propriamente em mudanças materiais, isso do ponto de vista social.

Ou seja, para o autor, a contribuição de Florestan Fernandes era inserir uma nova formação social, com Estado devidamente organizado e com funções competenciais legalmente definidas, formando um quadro de servidores qualificados para o desempenho dos papéis públicos. Entretanto, a grande questão seria a inserção também de uma sociedade competitiva, e o estado de São Paulo seria o *locus* desse processo, mas a questão do desenvolvimento enquanto ferramenta na modernização da sociedade não estaria aí concretizada. Observamos que essas análises pautaram-se na dimensão social do desenvolvimento.

Enquanto, SEN (2010) analisa a questão do desenvolvimento em outra dimensão. E que seria além da questão econômica. Indicadores como renda ou escolaridade dimensionam um desenvolvimento convencional, clássico. Porém, para o autor, a questão da liberdade é seminal no processo de desenvolvimento, e essas privações podem ir além, naquilo que denomina de *oportunidades, como segue a questão da liberdade*:

São cinco tipos distintos de liberdade vistos uma perspectiva “instrumental” são investigados particularmente...São eles: (1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência* e (5) *segurança protetora*. Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas mas inter-relacionadas (SEN, 2015, p. 25).

Destarte, a questão do desenvolvimento é a superação das privações que vão além das privações materiais e muitas vezes a renda não seria o indicador exclusivo para alcançar essas liberdades. O que significa que o desenvolvimento teria essa nova face, com *feição social*, onde o elemento humano é o centro da questão. O que significa que o desenvolvimento não pode estar mais atrelado ao obvio, e sim a uma visão mais social e buscando combater a pobreza e a distribuição de renda.

Segundo Capítulo

II A QUESTÃO DAS MICROFINANÇAS RURAIS E OS NOVOS CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Fundamental nessa abordagem dos desdobramentos do crédito voltado para a agricultura familiar, em especial nos últimos anos, é focar a dimensão dessa modalidade de crédito quando da existência de uma realidade rural cada vez mais heterogênea e complexa. O que torna importante analisar na medida em que algumas correntes dos estudos rurais focam as radicais mudanças nos últimos 15 anos do “novo rural” e os desafios na produção de alimentos para o século XXI.

Nessa linha, a nossa abordagem estará concentrada na questão do alcance e dos desafios dessa modalidade de crédito a partir dessa realidade e se realmente observarmos a constatação da “destruição da agricultura familiar nordestina”, em que o formato do Agroamigo se torna uma política pública de crédito ou de caráter compensatório dentro dessa realidade contraditória, em especial nas novas teses do mundo rural, onde a agricultura familiar não sobreviverá à nova realidade competitiva e de inserção do componente tecnológico.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira concentra-se nos fundamentos das chamadas “sete teses do mundo rural no Brasil do século XXI”, inserida como referência obrigatória nas novas análises e que, pelo rigor interpretativo de seus pesquisadores, merece focar como instrumentos científicos, metodológicos e das novas empirias rurais, marcada pela complexidade, dos desafios e que desdobra em situações preocupantes como o despovoamento, o desaparecimento da agricultura familiar no Nordeste e da inexorabilidade da tecnologia enquanto ferramenta de desenvolvimento rural e que exclui milhões de agricultores familiares ao mercado de produtos agrícolas, mesmo em seu formato de mercados aninhados ou de cadeia curta, além do “fim da história” da reforma agrária no Brasil.

A base de análise concentrou-se no possante estudo que se materializou em obra de mais de mil páginas (BUAINAIM, 2014), envolvendo mais de três dezenas de pesquisadores de diversas instituições brasileiras, que em seu epígrafe é sintetizado no artigo de NAVARRO et alli (2014), que analisa de forma competente essas sete teses.

Por outro lado, agregamos também outras abordagens que analisam, de certa forma, destoam a concepção dos protagonistas das sete teses sobre o mundo rural e da impraticabilidade da racionalidade capitalista aplicada aos agricultores familiares.

A segunda parte é uma abordagem do alcance do agroamigo frente a essas novas concepções e com ênfase nas limitações estruturais da agricultura familiar nordestina, como o observado na dificuldade na formação da renda familiar e das opções de inserção dos níveis de tecnologia no processo de produção, e que ainda insistem em instrumentos de trabalho convencionais, perdendo condições de competitividade e de produtividade.

Completando-se com uma análise das questões colocadas em tese no trabalho em tela e seu confronto com a literatura mais recente sobre o microcrédito, particularmente do microcrédito no Nordeste. Destacamos os estudos de RUFINO e BASTOS (2015), RUFINO e SCHNEIDER (2013) e SCHNEIDER e GRISA et al (2015). Esses autores inserem questões mais recentes a partir de uma abordagem não necessariamente da “inviabilidade econômica” da política pública de crédito rural voltada para os agricultores familiares, mas dos efeitos sociais ainda limitados, com ênfase principalmente nos “limites” do crédito frente às carências estruturais da economia familiar de baixo rendimento observada no Nordeste.

2.1 UMA NOVA ABORDAGEM SOBRE O MUNDO RURAL E A QUESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE

Desse modo, em que consistem essas “sete teses” sobre o mundo rural brasileiro? Foi ousado o projeto e mostrou a complexidade e a heterogeneidade desse importante segmento socioeconômico e que tem seminal estratégia no fornecimento de alimentos destinados ao mercado interno e na pauta das exportações, na qual trazem divisas nas transações correntes externas. Justifica-se esse estudo pela configuração do novo fenômeno observado nos últimos quarenta anos no meio rural nacional e que transcende alguns dogmas, como a polarização agronegócio versus agricultura familiar ou da imprescindibilidade radical da política fundiária.

Bem verdade que existe toda uma literatura já consagrada, em especial desde os anos 60, da necessidade de realizar mudanças no meio rural, ainda o lado “atrasado” da economia brasileira. Destacam-se os “clássicos”, como a contribuição na literatura de influência de esquerda, protagonizado por PRADO JUNIOR (1976) e GUIMARÃES (1980) em que, com base nos dados censitários, refutam a herança da estrutura fundiária brasileira e da necessidade emergente da realização da reforma agrária como política de transformação da agricultura brasileira.

Nesse mesmo diapasão, são as contribuições de PAIVA (1974) e que antecede às reais transformações da agricultura brasileira observadas já na década de 80, em especial na inserção do sistema nacional de crédito rural e das inovações tecnológicas, das quais permitiram no aumento dos níveis de produtividade, no molde da “modernização da agricultura”. Esses processos repercutiram em entender o mundo rural como o lado mais “atrasado” da economia nacional e a modernização permitia não apenas inserir as formas capitalistas de produção, mas de um modelo de industrialização, que, infelizmente, GRAZIANO DA SILVA (1980) marcou por um processo de natureza setorial e regional, excluindo praticamente toda a região Nordeste nesse novo processo de desenvolvimento agrário.

Na sequência, o conjunto de políticas públicas evidenciadas a partir dos anos 90, mudou o quadro rural face à inserção do Estado em políticas públicas mais consistentes. Schneider (2010) aborda essas mudanças na moldura de um Estado que não aplicaria suas ações com base em políticas exclusivamente focalistas, através de programas de “desenvolvimento regional” e de caráter vertical, centralizado, com foco burocrático e bem distante dos resultados esperados; mas de ações mais organizadas e com eficiência em sua operacionalização, inclusive com base legal definida. O Pronaf seria uma das primeiras políticas mais consistentes e mais conhecidas, na qual já percorre uma trajetória de mais de 20 anos, com suas contradições, desafios e principalmente do alcance.

É nessa linha que adentramos a discussão das sete teses e o que a mesma possa contribuir para entender a dimensão e o alcance do Agroamigo no Nordeste e de forma particular para o estado de Sergipe. Essa análise tem como base as posições de NAVARRO (2014), apresentado no apêndice do volumoso tomo intitulado *“O mundo rural no Brasil do século XXI: formação de um novo padrão*

agrário e agrícola”, publicado pela EMBRAPA em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp.

Uma primeira abordagem com o que o autor denomina de *uma nova fase do desenvolvimento agrário*, onde o padrão dualista da agricultura brasileira e a valorização fundiária era uma das principais referências. A nova realidade transcende esse quadro, onde:

O novo padrão introduz o capital ‘em todas as modalidades’ no centro do desenvolvimento agrícola e agrário. *Rebaixa o papel da terra*, pois a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da própria terra, além de investimentos em recursos ambientais e no treinamento do capital humano (NAVARRO, 2014, p. 1.167).

Essa nova fase caracteriza-se pela mudança radical no padrão produtivo e do papel estratégico do capital em todo esse processo. O que modificaria nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas, rebatendo na profissionalização das unidades produtivas rurais, tanto no aspecto da gestão, como do processo produtivo; havendo, portanto, uma racionalização operacional. Essas mudanças são ampliadas também na esfera da circulação da mercadoria-agrícola e isso pode ser observado, por exemplo, como estratégica para a agricultura familiar, a constituição dos arranjos produtivos e da inserção dos arrendamentos, agora um fenômeno comum em áreas de agriculturas tecnicamente sofisticadas. O que destrona o papel da renda fundiária, mesmo que exista um proprietário e seu excedente poder ser expropriado.

Para fundar esse novo padrão, com o rebaixamento do padrão terra como medida de valor, o papel seria das inovações como mecanismos de crescimento da agricultura, a partir de uma nova forma metodológica: *a produtividade total dos fatores (PTF)*. Que consiste em oferecer indicadores sobre a eficiência tecnológica e produtiva das atividades (NAVARRO, 2014, p. 1.168, *apud*, GASQUES, 2010). Esses indicadores permitiram analisar a notável evolução da produtividade na agricultura brasileira nas três décadas, criando condições para a constituição de um novo padrão sustentável, secundarizando o fator terra. Ou seja, por essa nova metodologia, a questão da renda absoluta ou relativa da terra “cai por terra”, não merecendo mais avaliar para mensurar o valor da mercadoria produzida, “pois é poupador do recurso terra”.

Entretanto, essa primeira tese não reflete diretamente ao “padrão monetário” da metodologia do Agroamigo, na medida em que seus objetivos não estariam pautados pela radicalidade do padrão produtivo em “todas as modalidades”, em especial na questão das inovações tecnológicas e nos arranjos produtivos, como arrendamento e a questão da modernização na fase da distribuição e comercialização.

O que analisamos essa abordagem é pelo alcance limitado dessa política de crédito, sendo, portanto, um processo que passa bem ao largo dessas mudanças estruturais. Mas por outro lado, não devemos também cair na armadilha da “naturalização da modernização”, na medida em que existem resistências na inserção desse padrão.

O Agroamigo entra na quadra da “modernização da agricultura” na medida em que é uma política de natureza creditícia e ao mesmo tempo como política pública.

Portanto, existe um “viés” articulativo da expansão da metodologia do Agroamigo e sua interface com o desenvolvimento da agricultura de alto rendimento é secundário. Até pelo público-alvo – os agricultores familiares – que historicamente nunca tiveram acesso aos benefícios do crédito.

Funda-se também a fragilidade de mais uma tese do novo mundo rural aos beneficiários do Agroamigo, *no que se refere à questão da inserção das inovações tecnológicas*, sendo este um dos maiores desafios da agricultura moderna. Uma primeira questão relaciona-se com o acesso a essas inovações. E ela só opera a partir de outros fatores, como o crédito subsidiado, por exemplo. Mas o limite financiado pelo Agroamigo não permite que todo esse processo possa ser generalizado aos agricultores familiares. Os custos fixos são significativos e mesmo que pautar apenas nos investimentos, o valor concedido não permite tal fim. Daí sequer agregarmos esse debate, mesmo importante, mas que não se coaduna com a realidade dos agricultores familiares tomadores de crédito do Agroamigo no Nordeste.

Aparentemente parece insossa essa discussão, sendo natural que os tomadores dessa modalidade de crédito não se ajustem às inovações tecnológicas, que desdobra no aumento da produtividade e na redução dos custos em termos operacionais. Nas palavras de NAVARRO et alli (2014; 1171) em relação à emergência do debate e execução das inovações tecnológicas voltadas para a

agricultura e a da necessária transcendência de determinados valores historicamente superados:

São inúmeros os exemplos que revelam a urgência desse debate sem peias e, sobretudo, sem dogmas morais ou políticos. Por exemplo, a agricultura moderna não é incompatível com processos produtivos intensivos em trabalho, e nem rejeita formas organizacionais menos comuns, como as cooperativas baseadas na racionalidade econômica;...Mas é inegável que as transformações da sociedade vêm tornando o uso do trabalho na agricultura um problema desafiador, pois enfrenta bloqueios decorrentes de sua pouca disponibilidade e baixa qualificação.

A citação em epígrafe impõe uma leitura mais realista da complexidade e heterogeneidade da agricultura moderna no Brasil. A particularidade da agricultura, diferente dos demais segmentos da economia, ainda é marcada pela presença da força de trabalho, muitas vezes de caráter intensivo, como acontece com os agricultores familiares. Somando-se também a gestão coletiva, como se observa com as cooperativas de agricultores e a dependência dos fatores naturais. Logo, a questão da mudança no padrão tecnológico para a agricultura não é determinante, isso dentro de uma concepção genérica. De forma particular – os agricultores familiares – é evidente que não se impõe como estratégia face a necessidade de inserir a produção familiar no mercado de alimentos.

O que deduz dessa particularidade e da impossibilidade dos agricultores tomadores do Agroamigo estarem enquadrados como agricultores de “grande potencial” para agregar inovações em seu processo produtivo. O que efetivamente destoa à finalidade histórica desse importante segmento da agricultura tradicional brasileira.

Na mesma análise estaria vinculada a concepção de uma das teses do novo mundo rural no que se refere à *diminuição da participação do Estado no financiamento da agricultura*. Ou em outras palavras, da utilização dos recursos do Tesouro Nacional para financiar o segmento rural. Na concepção de alguns autores (NAVARRO, RUFINO, 2014 etc.) essa é uma política em franco declínio face à inserção de outras fontes de financiamento, como bem salienta NAVARRO “A tese sustenta que o papel do Estado mudou, seja porque sua ação já não é necessária, seja porque os desafios atuais são muito mais complexos e transcendem as possibilidades do Estado” (p. 1.175). Ou seja, a agricultura brasileira pode ser agora

inserida como agricultura “industrializada” na medida em que suas fontes de financiamento não mais dependem das “benesses” do governo, mas da capacidade do uso do financiamento (em investimento e custeio) com base em contratos de créditos estabelecidos por taxas de juros estabelecidos. Dessa forma, créditos do tipo vinculado ao Agroamigo, semelhante ao Pronaf B, não integram como recursos disponíveis pelo mercado financeiro, mas são oriundos do Tesouro Nacional, por ser subsidiado, além da questão do benefício do deságio em caso de adimplemento dentro do prazo de cumprimento das obrigações. Na tabela 01 observamos a diminuição da participação dos recursos do Tesouro Nacional no processo de desenvolvimento da agricultura.

Tabela 01 – Brasil
Participação dos fundos do Tesouro Nacional (TN) em relação ao financiamento total da agricultura (em %) 1985-2011

Participação	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
% dos fundos do TN destinados ao financiamento rural							
	64,0	26,7	19,7	0,02	2,2	0,2	0,1

Fonte: Brasil (2013) – Apud “O mundo rural no Brasil do Século XXI” – p. 1.176.

O que se percebe na tabela é a queda acentuada da participação desses recursos, que geralmente são subsidiados; e a da supremacia quase absoluta dos recursos financeiros contratados dentro do sistema convencional.

Ainda para estes autores, a retirada do Estado enquanto fomentador do mundo rural, aparentemente poderia enfraquecer o setor, o que aconteceu foi justamente o contrário. Houve fortalecimento do segmento em praticamente todos os fatores, como tecnologia, gestão, logística e comercialização; onde efetivamente não haveria a presença do Estado. O que demonstra que esse programa passa ao largo dessas “questões maiores” da agricultura brasileira, pautando-se, aparentemente, como “resíduo” do sistema financeiro voltado para a agricultura, materializando-se na exclusão dos agricultores familiares como protagonistas do segmento mais pobre do meio rural.

Ainda mais crítica, o quadro desse programa em relação a uma abordagem mais “estrutural” da agricultura, é a superação de uma espécie de dogma defendido

por atores políticos de que a *“agricultura familiar” no Nordeste é economicamente inviável* e, portanto, na minha tese mostro que é economicamente viável.

Nesse aspecto, inserir funções “empreendedoras” e conhecimento do alcance dos mercados convencionais, seria de grande importância, superando dois gargalos históricos e tradicionais, como das dificuldades na comercialização de seus produtos, mesmo em cadeia curta ou mercados aninhados; como a dependência de um sistema de comercialização com base nos mercados institucionais.

Essa mesma percepção se refere à *renda da agricultura familiar no Brasil*. O estudo de Alves e Rocha (2010), com base no critério da “agricultura familiar” a partir dos dados do Censo Agropecuário - 2006, e que corresponde um pouco mais de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais, para eles, 66,01% dos estabelecimentos tinham uma renda média por estabelecimento de 0,52 salários mínimos, o que corresponde a uma sub-categoria de agricultores familiares pobres e com problemas de reprodução material da própria família, excetuando-se quando da existência de outras políticas, como o Bolsa Família e a aposentadoria rural (Tabela 02).

Tabela 02– Distribuição dos estabelecimentos rurais por estratos de renda bruta (sal. míni) e distribuição da renda bruta apropriada

Estrato (sal. Mínimo)	N. de estabelecimentos	%	Renda Bruta - RB (%)	RB/estab. (sal. mini. mensais)
(0 a 2)	2.904.769	66,01	3,27	0,52
(2 a 10)	995.750	22,63	10,08	4,66
(10 a 200)	472.702	10,74	35,46	34,49
Acima de 200	27.306	0,62	51,19	861,91
TOTAL	4.400.527	100,0	100,0	10,45

Fonte: Dados do IBGE, Alves e Rocha (2010)

Pelos termos, entre os agricultores familiares, em nível nacional, observamos forte segregação socioeconômica, fruto de processos distintos de produção, questões de natureza histórico-culturais e até mesmo referente à comercialização. Inferir essa diferença é praticamente condenar os agricultores familiares mais tradicionais nordestinos, não apenas ao seu ostracismo econômico, mas principalmente do seu desaparecimento literal (Tabela 03). Ou seja, articulando a inviabilidade produtiva e econômica dos agricultores familiares no Nordeste e a renda familiar insuficiente, afunda ainda mais essa “inviabilidade” em médio e longo prazo.

Essa concepção de certa maneira é equivocada para a realidade nordestina. Uma primeira questão relaciona-se com a particularidade do pequeno agricultor em nossa região. Efetivamente a renda não é o critério central de reprodução da força de trabalho familiar, apesar de ser essencial. Porém, outros elementos devem ser considerados. Para o agricultor-tomador de crédito do Agroamigo, a questão não estaria apenas no aumento da renda da família, mas da necessidade de agregar valores e expectativas, com a realização de processos de trabalho relacionados a reprodução física da família, como o cultivo de autossustentância, como *valor de uso e não como mercadoria*. Acresce também que, mesmo que o agricultor familiar produza para o mercado, o interesse seria pela *não acumulação, e sim pela ampliação e diversificação de consumo de produtos e serviços que possa materializar a reprodução da família desse pequeno agricultor*.

Tabela 03 – Brasil
Participação relativa dos estabelecimentos do Grupo B do PRONAF no interior da agricultura familiar por região
2006

Regiões	Agricultura Familiar (Lei 11.326/06) – (A)	Grupo (B)	Participação (em %-B/A)
Norte	412.666	154.318	37,40
Nordeste	2.187.131	1.567.863	71,69
Sudeste	699.755	356.526	50,95
Sul	849.693	269.668	31,74
Centro-Oeste	217.022	67.752	31,22
Total	4.366.267	2.416.127	55,34

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica Ipea/PGDR/UFRGS. 2010-2011.

Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA. Apud: RUFINO, et alli (2014). Aspectos Multidimensionais da Agricultura (IPEA).

2.2 SOBRE A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA: CONTROVÉRSIAS

Quanto à questão da inserção do Estado no processo de modernização da agricultura e particularmente no que se refere ao papel como instituição fomentadora, uma das teses é justamente esboçar um novo quadro onde o “dinheiro do Estado” não mais tem sua importância como em tempos anteriores. Ou seja, a tendência seria a diminuição da participação do Estado nos investimentos e custeio da agricultura brasileira, como podemos observar na dicção abaixo:

agropecuária. Com as reformas institucionais na década de 1990, as transferências de fundos públicos em condições especiais foram drasticamente reduzidas. Mencionava-se então que a agricultura não resistiria aos cortes do crédito estatal pesadamente subsidiado que vigorou até início da década de 1990, o que não se confirmou. *Pelo contrário, nos anos mais recentes, o financiamento da agropecuária vem crescendo vigorosamente, sem a necessidade de aportes diretos do Tesouro Nacional...*(Ob. citada, 2014; pp. 1.175 e 1.177”)

Nessa linha, a percepção é que praticamente o Estado perde sua importância histórica e ao mesmo tempo mostra que a agricultura encarna sua autonomia financeira com base nas forças do mercado e isso contribuiu diretamente no desenvolvimento de um segmento que historicamente sempre o Estado serviu como aparelho fomentador, como destacamos na parte final da citação. Para ilustrar essa assertiva, agregamos a tabela em seguida quanto à participação da agricultura no quadro do Orçamento Público, onde houve uma acentuada diminuição de sua participação em relação ao orçamento geral da União. O que necessariamente não significa, em valores absolutos, que essa diminuição também existiu (Tabela 04).

Tabela 04 – Brasil
Gasto Público total do Orçamento Público destinado a agricultura, inclusive o crédito rural
(em relação ao total)
1980-2010

	1980	1987	1990	1995	2000	2010
% Orçamento destinado às atividades rurais	7,5	11,9	1,9	5,3	1,9	1,2

Fonte: Brasil (2013) – apud. Ob citada. 1.177.

Dessa forma, como podemos inserir a questão em tela no que se refere à perda da força do Estado em relação a sua participação nos investimentos e custeio da agricultura? Particularmente em relação ao Agroamigo? São várias as questões que podemos suscitar nessa linha.

Uma primeira questão é que os recursos abordados por BUAINAIN et ali (2014 pp. 1.175-1.177) refletidos na tabela em supra é mais geral que particular, o que compromete fazer uma leitura detalhada sobre a participação da agricultura familiar na questão do financiamento para a agricultura.

Ou seja, em sua essência, o texto analisado ignora qualquer dado no que se refere ao financiamento destinado à agricultura familiar. Dessa forma, há diminuição relativa dos recursos destinados à agricultura não apenas na constituição orçamentária dos Estados, mas também na participação em relação ao PIB. O que efetivamente não seria uma novidade para uma realidade heterogênea que seria a agricultura brasileira de nossos tempos.

Nesse diapasão, é conveniente valorar que o financiamento para a agricultura familiar passa ao largo dessas interpretações macroeconômicas que refletem a “grande agricultura” e não a agricultura de pobre. O Agroamigo não poderá ser inserido nesse contexto, simplesmente porque os valores disponíveis são irrisórios em relação aos demais programas e financiamentos, além de servir como uma “brecha financeira” para quem nunca teve acesso ao crédito rural de pequeno valor, inclusive com oferta de benefício, como é o caso dos deságios.

Podemos observar que, em contraposição à tese da menor participação do Estado, no financiamento da agricultura brasileira na última década, diminuindo relativamente na composição orçamentária da União; a contundente abordagem de DELGADO (2012), em que é justamente o Estado o verdadeiro protagonista no financiamento da agricultura, agora sob um arranjo de fortalecimento direto ao sistema do agronegócio, articulando-se com outros fatores como exportação valorizada pelo favorecimento do câmbio, inovação tecnológica, etc. mas que na verdade o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) ainda é o sistema hegemônico e que em nada alterou sua base principal na qual apoiou a modernização da agricultura brasileira nas últimas cinco décadas. Observemos literalmente a análise do ilustre professor (DELGADO; 2012:102):

Esse sistema, desde sua origem até o presente, tem funcionado com diferentes arranjos de engenharia financeira, que em última instância reciclam recursos financeiros públicos e privados para aplicação nas atividades do setor rural, designados normativamente.

O autor ainda reforça que o crédito destinado à agricultura no Brasil foi produto de uma combinação de política monetária e fiscal, e que, desde (DELGADO; 2012;102), análise já realizada em outra obra, por sinal já clássica, para entender a modernização da agricultura brasileira nesse meio século. E ainda complementa no que se refere à importância dos fundos públicos no desenvolvimento desse segmento da economia brasileira, isso para os nossos dias: *“No presente essa combinação de políticas é diferente na forma institucional, mas no essencial, mantém a primazia dos recursos públicos em expansão e continua a prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama de agronegócios”* (Ob. Cit. pp. 103).

Coadunamos com as assertivas do autor em supra na medida em que uma das questões mais relevantes no financiamento da agricultura é justamente as taxas de juros, onde tradicionalmente são menores do que as taxas oferecidas no mercado convencional de crédito. São taxas subsidiadas e esses procedimentos só devem ser garantidos pelo Estado. Os fundos públicos seriam os esteios desse processo. DELGADO (2012) reconhece que houve uma fase de declínio desses recursos e do crescimento dos recursos oriundos da iniciativa privada. Mas no seu bojo, a diretiva original são os fundos públicos, em suas diversas fontes (reciclados), como segue em sua assertiva:

Por seu turno, decorridos quarenta e cinco anos do Sistema Nacional de Crédito Rural, sua estrutura de fontes e usos de recursos continua a *depende fortemente de fundos reciclados por uma peculiar combinação de políticas monetária e fiscal, que de certa forma convém revisar, para entender a atual recuperação.* (Ob. Cit. pp. 103).

A abordagem de DELGADO (2012) ainda é reforçada quando detalha essas fontes, que, em sua maioria, é de origem pública e não da iniciativa privada, conforme defende BUAINAIM. Conforme observamos na Tabela 05 em relação às fontes do crédito destinado ao meio rural no Brasil entre os anos 2000 e 2010, extraída diretamente do trabalho do nosso autor, tendo como fonte o Anuário Estatístico do

Crédito Rural, entre os anos 2000, 2008, 2009 e 2010; observamos vários aspectos interessantes (Tabela 05). Esse detalhismo analítico é de suma importância para permitir sustentar a importância dos fundos públicos como instrumentos fundamentais no desenvolvimento da agricultura via financiamento.

Tabela 05 - Brasil
Crédito Rural concedido segundo fontes – anos de 2000, 2008 e 2010
(em %)

Fontes	Anos			
	2000	2008	2009	2010
Exigibilidade sobre depósitos à vista	51,80	47,42	48,30	46,77
Fundos constitucionais	5,85	7,71	7,27	7,93
BNDES-FINAME	5,66	5,82	7,02	6,64
Recursos do FUNCAFE	1,95	2,90	2,23	1,87
Recursos do Tesouro	0,19	0,56	0,55	0,19
Outros recursos públicos	1,43	0,56	0,37	0,23
Recursos do FAT	12,71	1,33	1,19	1,16
Caderneta de Poupança Rural	14,39	25,99	26,05	30,15
Outras fontes	6,02	7,71	7,02	5,06
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (2000, 2008, 2009 e 2010) – apud DELGADO (2012; pp. 106).

A tabela em supra sintetiza a relevância dos fundos públicos e que não restringe na figura da exigibilidade sobre depósitos à vista, essa de natureza monetária, mesmo que envolva depósitos de instituições financeiras privadas, sendo a gestão de autoridades monetárias, portanto de natureza pública. Agregam-se também as fontes públicas de natureza fiscal, conforme apresentado na tabela 05 entre os itens 2 e 6, o que totaliza precisamente 63,6% do volume total dos recursos destinados à agricultura no Brasil para o ano de 2010.

Mesmo com a expansão da poupança privada, entretanto essa fonte está garantida a partir da aplicação dos juros reais anuais, passando por isenção de imposto de renda, que, juntamente com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, pode caracterizar-se como fonte “público-privada” (DELGADO, 2012, pp. 107)

Estendemos a abordagem das fontes de financiamento para a agricultura a partir do estudo de DELGADO, isso decorrente da importância ampliada de abordagem anterior de sua obra clássica (*Capital Financeiro na Agricultura no Brasil: 1965-1985*). O que colocou a questão do financiamento para a agricultura sob um patamar analiticamente sólido, levando em consideração a uma abordagem não

apenas econômica, mas também histórica, evidenciada pela modernização desse importante segmento da economia brasileira, onde a estrutura fundiária permaneceria intocada e ampliaria o fosso entre uma agricultura baseada nas inovações técnicas, mas principalmente garantida pelo financiamento público, com taxas de juros menores que o mercado.

Esse fenômeno contribuiria na formação da conhecida tese da heterogeneidade da agricultura brasileira. Em outras palavras, a “modernização conservadora” produziu distorções socioeconômicas no meio rural, ampliado ainda mais com a expansão da assistência técnica e extensão rural (a partir da criação da EMBRATER) e da pesquisa agropecuária com a criação da EMBRAPA em 1972. Essas distorções foram de natureza também setorial e regional, formando um fosso entre uma agricultura moderna e competitiva, e outra tradicional, de baixo nível técnico, de autossustentabilidade, e claro, de baixa produtividade.

Desse modo, a agricultura enquanto segmento dentro do sistema capitalista opera por particularidades, distinta da atividade industrial, comercial ou de serviços. Em primeiro lugar, pela estrita dependência das condições naturais. Mesmo que a tecnologia tenha aspectos relevantes no processo de produção da agricultura, ainda assim a natureza persiste. Existem limites, determinados pela Natureza no que se refere ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Elementos como pluviosidade, luminosidade, qualidade do solo, inclinação do terreno, etc. conferem importância na definição de determinados sistemas produtivos, rentáveis para umas atividades, e para outros não. Mas não são dominantes do ponto de vista da lógica ou da “racionalidade produtiva” sob o império do capital na agricultura.

Outra característica seria o ciclo produtivo, onde depende muito mais da natureza do produto do que o tempo de trabalho. Ou seja, o tempo da produção atua independentemente do tempo de trabalho, estabelecendo arranjos operacionais bem distintos entre os produtos desenvolvidos. Rebatendo, portanto, na questão da comercialização; por sinal um dos maiores gargalos, tão bem conhecidos entre os agricultores familiares e que estão fora do alcance da nossa abordagem.

Porém, o aspecto mais relevante é a agricultura depender de mercados voláteis e que repercutem na superprodução ou na “subprodução”. No caso dos produtos da pequena produção familiar (categoria utilizada por NAVARRO na qual apresenta sólida justificativa para dirimir “agricultura familiar” e a figura social do “camponês”), por exemplo, os mercados são imperfeitos (ABRAMOVAY), e a

constituição da renda familiar é extremamente problemática, em destaque para os pequenos produtores que não possuem acesso à crédito ou a tecnologia inserida no processo de produção..

É o que demonstraremos nessa abordagem em relação à “incapacidade socioeconômica” dos agricultores familiares de “sobreviverem” no mercado concorrencial dos produtos agrícolas face à assimetria dos atores sociais produtores, sendo estes incapazes de acompanhar as “transformações” de um segmento que nas últimas décadas alavancou a economia brasileira, em especial no mercado de exportação das commodities. Essa questão será analisada logo em seguida.

2.3 A MITOLOGIA DA INCAPACIDADE SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A literatura mais recente sobre o mundo rural brasileiro nesse início de século XXI tem sido provocante. O que torna interessante, inclusive por abrir novas abordagens, claro, em função da heterogeneidade e complexidade desse mundo rural, na qual deve ser agregado ao estudo que desenvolvemos na tese em tela. Observar que existe uma vasta literatura sobre os limites de reprodução da agricultura familiar (WANDERLEY; SCHNEIDER; KAGEYAMA; VAN DER PLOEG; JONH WILKINSON).

O estudo procurou apenas desenvolver uma análise, à luz dos limites e alcance de um sistema de crédito subsidiado voltado para a agricultura familiar no Nordeste, evitando o alargamento analítico, o que poderia perder o foco. Dai termos focado nas polêmicas teses desse novo mundo rural do século XXI, e que, no nosso entendimento abriu um novo debate, rico e profundo, inclusive para a constituição de novas agendas de pesquisas e estudos sobre esse novo mundo rural.

É nessa linha que relacionamos com a tese da “relação perversa” das “agriculturas produtivamente assimétricas”. A mesma está baseada nos seguintes termos, abordados por BUAINAIN et ali (2014 pp. 1.177):

Mesmo nas regiões que prosperaram em virtude de algumas ‘dinâmicas agrícolas’, acaba prevalecendo uma tendência perversa em relação aos estabelecimentos rurais de menor porte econômico, ainda que apenas por duas razões. Primeiramente, os filhos migram para não voltar, pois existe um custo de oportunidade muito elevado. E, segundo, porque a oferta de trabalho contratado também se reduz, pelo abandono do campo, o que eleva os salários rurais.

A questão levantada pelos autores é o definhamento absoluto de uma agricultura economicamente inviável face à “modernização inexorável” e quem não acompanhar estaria “condenado” ao desaparecimento na chamada agricultura de pequeno porte ou de baixa produtividade.

No mesmo tomo das teses sobre a agricultura no século XXI, o texto de SILVA & COSTA (2014) desenvolve uma abordagem interessante no que se refere às limitações estruturais da agricultura camponesa no semiárido nordestino, constituído pelas adversidades climáticas, fragilidade no acesso ao crédito e da baixa organização desses agricultores, entre outras questões. Entretanto os autores não defendem sua inviabilidade econômica, até pela particularidade desse sistema produtivo, mas reconhece a face heterogênea e desigual desses agricultores nordestinos. E os desafios seria superar essas adversidades e a materialização das liberdades das pessoas, como defendido por SEN (2010), substanciado nas oportunidades, que vão além da renda. O que demonstra sua complexidade e da inexistência dessa relação perversa, até porque são processos distintos.

O foco da “inviabilidade econômica” da pequena produção familiar nordestina não merece prosperar, por uma simples questão: o agricultor familiar beneficiário do Agroamigo não tem como mote exclusivo vender para acumular capital, ao estilo D-M-D’, mas *reproduzir a força de trabalho familiar ao estilo M-D-M*. Em outras palavras, a subjetividade do agricultor familiar é diferente da concepção empreendedora dos prósperos agricultores familiares do centro-sul. Seu interesse maior é no sentido de melhorar suas condições de vida e de sua família, como o acesso a bens duráveis e não-duráveis.

Ainda mais, podemos observar outras questões que merecem ser analisadas, em especial a partir da percepção dos agricultores familiares, notadamente os situados no Nordeste, em relação as suas próprias vidas, onde estão imbuídos valores e visões de mundo que, concretamente *não são absolutos dentro do foco da*

economia de mercado dos produtos agrícolas. Outras variáveis devem ser consideradas.

Daí a questão da multidimensionalidade do mundo rural e o agricultor familiar reproduz esse processo em nossos dias. Ou seja, a abordagem deve transcender a mera concepção estritamente econômica e mesmo que não seja apenas na geração de produtos agrícolas. Deve ser observada de forma mais ampla possível. E não deve ser mais isolada, como “espaço do atraso”. WANDERLEY (2009; pp. 18) é bem enfática em relação à questão campo-cidade e dos valores que aí estão imbuídos:

[...]o mundo rural não pode ser compreendido de forma isolada do conjunto da sociedade a que pertence. Esta afirmação supõe à crítica à visão das relações campo-cidade, como relações de isolamento ou de antagonismo e a afirmação da complementaridade destas duas formas espaciais de vida social. Nesta perspectiva, o *mundo rural pode ser entendido como um lugar de vida, que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo*”.

Destacamos em *itálico* a assertiva da pesquisadora, onde a vida do camponês, ou agricultor familiar, materializa-se pela rotina do tempo do trabalho e do não-trabalho, nas quais os valores não estão restritos ao ganho, mesmo que este seja essencial.

É verdade, a circulação da mercadoria da agricultura familiar contribui para a constituição da renda da família, mas efetivamente inexiste a racionalidade do processo de acumulação, e o tempo da reprodução da força de trabalho (que envolve o tempo de descanso) são incorporados também outros valores nas quais poderíamos denominar de valores *não monetários*. Daí o que WANDERLEY (2009) denomina o espaço rural como espaço de vida. Essas vidas são constituídas por suas lógicas, muitas vezes de forte inserção subjetiva, como apego a terra, a preocupação com a sucessão familiar, aspectos de natureza religiosa, etc. Não aos moldes bucólicos de um passado remoto que não volta mais, mas de uma lógica enraizada na tradição, nos hábitos e nos costumes desses agricultores familiares.

Na verdade, esses atores sociais formam singulares expectativas e de visões de mundo que muitas vezes são diversas aos valores urbanos, mesmo que estes sejam bombardeados pelos valores de mercado, do individualismo e da competição, além das dificuldades do uso da tal racionalidade instrumental.

A lógica do agricultor familiar nordestino, tomando como exemplo os tomadores de crédito do Agroamigo, não está incorporado pela racionalidade instrumental do capital (ou do mercado), bem como da inexistência do processo acumulativo, até porque está ausente o elemento essencial: a exploração do trabalho alheio. O que impõe uma abordagem bem singular no aspecto não apenas do processo produtivo, mas também do *uso do tempo de vida com exclusivos “valores de uso”*.

WANDERLEY (2009), após abordar diversos autores em relação a dinâmica das “sociedades camponesas” de MENDRAS (1976); ou que analisa a vida rural como produto das relações de interconhecimento de KAYSER (1990); ou ainda o modo particular da vida social rural; dos desafios do caráter da “imutabilidade” do mundo rural e da necessidade de entender essas sociedades passadas e presentes, de RÉMY (1993); a mesma aborda que as transformações das sociedades modernas, da urbanização e industrialização não uniformizaram padrões sociais e que poderiam contribuir para o fim de padrões “não urbanos”.

Esse processo não ocorreu, como podemos destacar em relação aos fenômenos “hegemônicos” da sociedade de mercado, nas quais aborda essas questões nos seguintes termos, que esses processos: *“não se traduziram por nenhuma ‘uniformização’ da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais”*. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Para ampliar ainda mais a análise que restringe a abordagem do agricultor familiar enquanto ator essencialmente econômico, podemos observar que existe um conjunto de autores que transcendem essa concepção, isso se levamos em consideração as “diferenças” operacionais entre a agricultura dita moderna e a mais tradicional, que autores como VAN der PLOEG (2000), que incorpora a questão do “desenvolvimento rural”, sendo o sistema de produção com base na agricultura familiar contribuinte para o processo multifacetado, como afirma:

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia local como um todo; representa enfim ‘uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da industrialização que ele impõe’. PLOEG. pp. 395. (KAGEYAMA, 2008, p. 63).

Na perspectiva do desenvolvimento rural, a questão da inserção de fatores típicos da economia de mercado não pode ser absolutamente preponderante nesse sistema de produção. Portanto, o aspecto da concorrência ou incapacidade econômica desses atores produtivos rurais rima como um desvario ou constituição de uma mitologia, desconstruído pela heterogeneidade e complexidade do mundo rural da “pequena produção familiar”.

Para fundamentar que existem diferenças estruturais entre o modelo de modernização da agricultura e os aspectos intrínsecos do desenvolvimento rural, onde opera essa “nova agricultura familiar”, Kageyama (2008; pp. 64-5), enfatiza que, *“a atividade agrícola em novas bases ainda pode continuar a ser as bases do desenvolvimento rural”*. E destacando autores como VAN Der PLOEG e ABRAMOVAY (2006), a autora constrói um quadro muito interessante que sintetiza essas análises, *“para as quais o desenvolvimento rural se apresenta como alternativa ao declínio da agricultura modernizada”* (Ob. Cit. pp. 64). O quadro a seguir compara dois processos distintos, na qual a questão da incapacidade socioeconômica ou fragilidade da concorrência para um mercado perfeito ou imperfeito dos agricultores familiares não pode ser enfatizada como tese de um mundo rural “em desenvolvimento”, e seu fundamento está restrito ao processo de produção agrícola.

Quadro 02 - Processo de Produção Agrícola: modernização versus desenvolvimento rural

MODELOS	Principais características da produção agrícola
Modernização	<ul style="list-style-type: none"> *Agricultores como empresários agrícolas; Especialização; *Aumento de escala; *Intensificação (uso de insumos); *Produção orientada pela lógica do mercado; *Aumento do grau de commodities; *Dependência crescente de reduzido mercados especializados.;
Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> *Esforço para reduzir dependência do mercado de insumos *Melhor aproveitamento dos recursos naturais; *Inserção de novas atividades que permitam utilizar racionalmente os recursos naturais; *Produção ambientalmente mais adequada; *Introdução de práticas de cooperação e pluriatividade; *Economia de escopo, mesmo à xi Maior controle do processo de trabalho.

Fonte: KAGEYAMA (2008; pp. 65). Elaborado a partir de Van der Ploeg (2000). Adaptado pelo autor, 2016.

Pelas características expostas no quadro acima, na linha do desenvolvimento rural, nenhuma delas explicitam ou fortalecem o individualismo como mote à concorrência individual dos “agricultores empreendedores.

É evidente que existe um determinado nível de racionalidade nas instâncias do desenvolvimento rural protagonizado pelos agricultores familiares. O que se observa é que essa racionalidade tem sua dinâmica particular, e mesmo que configure a busca da renda familiar, sendo o viés principal, mas ela atua por motivos que passam ao largo da racionalidade capitalista.

Para reforçar a importância da temática “desenvolvimento rural” e das diferenças entre agricultura familiar e o *agribusiness brasileiro* e da sua relação com a questão do financiamento para a agricultura, Kageyama (2008) ainda reforça as características entre esses dois sistemas de produção na linha das *estratégias alternativas para o desenvolvimento rural brasileiro*. Como segue no quadro a seguir:

Quadro 03

Alternativa Estratégica para o Desenvolvimento Rural Brasileiro

Projetos	Principais Características
Agribusiness	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivo é minimizar custos de gêneros e matérias primas transferidos para o segundo industrial; - Inserção tecnológica, configurando: especialização das fazendas e geração de excedente de força de trabalho.
Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> - diversificação das economias locais; - diversidade multi-setorial; - agricultura em sistema de policultura; - salubridade do meio ambiente; - pluriatividade das famílias rurais.

Fonte: KAGEYAMA, elaborado a partir de Veiga (2001).

No quadro em supra observamos aspectos bastante conhecidos, mas que revela elementos bem definidos da diferença desses dois sistemas de produção. Claro, que outros elementos poderiam ser inseridos, mas uma constatação é que a categoria *desenvolvimento rural* tem íntima relação com o desenvolvimento da agricultura familiar, pela diversificação da produção e de possibilidades de outras alternativas e estratégias de reprodução da agricultura familiar. Mas essa questão vai mas além. Uma delas, bem conhecida, é a posição de Murdoch e Marsden (1994) onde afirma que a “*chave do desenvolvimento rural está, usualmente, numa mudança de uso da terra*”. (Apud, Kageyama, ob. Cit. p. 66). E essa mudança é

explicitada pela diversidade da produção, envolvida por questões relacionadas a diferentes setores de produção e consumo.

Ou seja, para Kageyama (2008), a questão do desenvolvimento rural integra uma proposta de superação da monotonia provocada pelo agronegócio, inclusive com uma proposta redistributiva e de redução dos custos da produção na medida em que a custo da força de trabalho é baixo, por utilizar o trabalho familiar.

Parafraseando essa questão da mitologia da incapacidade econômica dos agricultores familiares nordestinos nos parâmetros de novo mundo rural, agregamos também a polêmica tese do “esvaziamento demográfico rural”, abordado por diversos autores (como BOLLINGER & MAIA, 2014;), como apresentado logo abaixo:

Jamais ocorreu no Brasil uma política de desenvolvimento rural. Inexistindo tal ação governamental, o desenvolvimento agrário brasileiro vai impondo uma ‘via argentina’: o *esvaziamento demográfico do campo*, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e o posicionamento, no caso brasileiro, como o maior produtor mundial e alimentos (Ob. Cit. P. 1.179).

É pertinente fazer algumas considerações em relação à tese em tela e sua inconsistência fática. A simples assertiva do “deserto demográfico rural” é um tema complicado e sua simplificação analítica não ajuda entender a heterogeneidade da realidade rural da agricultura familiar nordestina, por exemplo.

Articular essa questão na qual integra o tema da migração, do seu não retorno, além do envelhecimento da população rural; analiticamente não se coaduna com a tese da “argentinização” da agricultura brasileira; em especial para a realidade em que vivemos de nossos dias. Claro, especificamente para a realidade brasileira.

Concretamente não se efetivou o esperado esvaziamento populacional, mesmo que, em termos relativos à participação demográfica da população rural tenha diminuído nas últimas décadas. Por outro lado, o problema estaria também nos critérios instituídos pelo IBGE no que se refere à definição de população urbana e rural, na qual define população urbana como aquela que reside exclusivamente na sede municipal.

O que distorce a realidade, bem como da diversidade na distribuição espacial da população, onde muitas vezes populações aparentemente “urbanas”, na verdade,

assumem atividades agrícolas ou vinculadas às regiões rurais (VEIGA, 1984). No Nordeste esse fenômeno social precisaria de estudos mais completos na medida o que se observa é uma diversidade de processos sociais que envolvem fenômenos como a questão da juventude rural e da implementação de políticas públicas voltadas para essa categoria social e etária.

Por outro lado, na linha de CASTRO e BARCELOS (2014), a questão da juventude não pode estar desvinculada da existência dessas políticas e seus rebatimentos para frear a força do esvaziamento, bem como da percepção de uma nova geração que muitas vezes não quer acompanhar a atividade desenvolvida por seus genitores.

Ou que deve aprofundar esse processo com a implementação dessas políticas onde muitas vezes essas ações não se coadunam com a realidade desses atores sociais, agregando-se também que os próprios movimentos sociais ainda não inseriram o tema juventude rural em suas agendas de reivindicações, mesmo que existam estratégias e ações, porém ainda não determinantes. Temas como os “invisíveis sociais” e que representam esses jovens rurais, que, cotidianamente comparam o bucólico estilo de vida rural com o estilo “dinâmico” dos valores urbanos, inclusive incorporados como atores “discriminados”, socialmente marginalizados, etc. mostram esses novos desafios, e que rebatem na determinação de políticas sociais voltadas para esse estrato social.

Desse modo, esse processo pode se concretizar com a institucionalização e organização de uma pauta específica, como mostra os autores em epígrafe quando aborda em seu estudo da necessidade de ampliação dessas ações:

O levantamento demonstrou que a visibilidade da agenda e o reconhecimento da juventude como um sujeito de direitos avançaram tanto no esforço de institucionalização de ações no âmbito governamental, como pela aprovação de marcos legais e o aumento da representação política da juventude em instancias de formulação de políticas públicas (Castro e Barcelos, 2014, p.568).

Dessa forma, a dinâmica demográfica movida pelo fenômeno do “êxodo rural” não pode ser interpretada à luz de uma leitura dogmática. Mas entender que a “argentinização” do mundo rural brasileiro, formando desertos demográficos, é forçar o processo, que existe. Mas por outro lado, observarmos uma riqueza de particularidades, sendo uma delas da questão vinculada às ações voltadas à

juventude rural, e que tem gerado bons resultados, em especial no reconhecimento de seus direitos e de outras populações, como as comunidades tradicionais, formando identidades e categorias políticas de natureza rural (Castro e Barcelos, 2014).

2.4 ASPECTOS EM RELAÇÃO AOS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO PRONAF E DO AGROAMIGO NO NORDESTE

É notória a riqueza bibliográfica em relação à questão ao crédito rural destinado aos agricultores familiares. RUFINO & BASTOS (2015) estabelece os ciclos de atuação do Pronaf no Nordeste e suas mudanças na trajetória, e que mostraram aperfeiçoamentos em seus instrumentos operacionais e principalmente na busca de dar maior eficiência ao programa, com ênfase na melhoria das condições de vida dos agricultores, ou seja para aqueles que nunca tiveram acesso ao crédito, subsidiado ou não.

Para desenvolver essa abordagem, analisamos as principais publicações relacionadas ao programa Agroamigo, na tentativa de construir um elo, ainda que incompleto, nos últimos anos. Evitamos a abordagem do Pronaf B ou do microcrédito rural, até pela riqueza já analisada por diversos autores, como ABRAMOVAY (2003, 2006, 2012 e 2013) e CARNEIRO (1997), assim forçar-se o crédito e seu papel no financiamento a exemplo dos procedimentos institucionais das chamadas finanças de proximidade, além dos gargalos da inadimplência; claro, ampliando em relação ao alcance e limites das microfinanças rurais; e das contradições como o caráter setorial e produtivista (SCHNEIDER, 2015 pp. 70), ou ainda da monotonia na aplicação dos recursos do Pronaf (MAGALHAES & ABRAMOVAY, 2006).

Entretanto, nesses estudos ainda faltam abordagens que possam entender, universalmente, os efeitos sociais e econômicos dessas ações. É evidente que isto demandaria um volume de recursos humanos e financeiros muito grande para a realização desses estudos, visando constituir o perfil do tomador de crédito, onde este recurso seria aplicado, e principalmente dos efeitos produzidos na dimensão *monetária e não monetária*.

Estritamente, para o programa Agroamigo, e que os elementos de análise são específicos, analisamos as abordagens de autores que já desenvolvem algum tempo sobre essa metodologia, além de alguns resultados. Destacamos RUFINO & BASTOS (2015) e ABRAMOVAY (2012).

O objetivo do Agroamigo, segundo PEREIRA NETO (2012; apud RUFINO & BASTOS, 2015, p. 141):

Construir um padrão de desenvolvimento sustentável com inclusão dos agricultores familiares e suas famílias – inicialmente o Grupo B – e na área de atuação do BNB, mediante a concessão de microcrédito às atividades agropecuárias e não-agropecuárias (turismo, artesanato rural, comércio e serviços rurais, etc.), e de forma sustentável, destinado ao aumento e à diversificação da produção, à agregação de valor e comercialização dos produtos das unidades familiares, visando à melhoria dos níveis de renda e do emprego/ocupação da mão-de-obra.

O mais relevante é que o programa opera por mecanismos pós concessão de crédito, pela necessidade de acompanhamento a partir do papel estratégico do assessor de crédito, criando uma tecnologia operacional “não técnica”, onde envolvem fenômenos como os relacionamentos pessoais e de compradio, afeição, interação social, etc. No fundo, evidente, é o crescimento da renda familiar e a superação da pobreza.

O que efetivamente existe, na atuação do assessor de crédito, é a capilaridade operacional e seu crescimento nesses dez anos que teve como base a existência dessa estrutura operacional. Na Tabela 06, entre os anos de 2005, 2010 e 2014, o aumento de assessores de crédito foi significativo em todos os estados nordestinos. O menor crescimento seria do estado de Sergipe. O que efetivamente não explica o sucesso ou o fracasso do programa nesse estado. Mas o relevante nesse processo seria o crescimento em todo o Nordeste de mais de 500% no número de assessores de crédito. O que repercutiria também no número de operações e no volume de crédito. Entretanto, o impressionante foram os números apresentados, sendo este um dos elementos que indicam o crescimento do programa em todo o Nordeste.

Tabela 06
Número de Assessores de Crédito do Programa Agroamigo por Estados do Nordeste
2005/10/2014

Estados	Anos			
	2005	2010	2014	Crescimento 2005-2014 (em %)
Alagoas	11	37	51	463,6
Bahia	24	120	190	791,6
Ceará	21	78	127	604,8
Maranhão	16	69	80	500,0
Paraíba	15	48	76	506,6
Pernambuco	23	75	105	456,5
Piauí	22	70	106	481,8
Rio G. do Norte	14	34	52	371,4
Sergipe	13	33	38	292,3
NORDESTE	159	564	825	518,9

Fonte: BNB (2015). Apud RUFINO & BASTOS (2015).

Ainda para ampliar, agora levando em consideração o volume e o número de operações, ainda no texto de Rufino & Bastos (2015), a tabela em seguida confirma essa evolução. Foi levado em consideração o montante dessas duas variáveis, infelizmente não apresentando seu quadro evolutivo, mas que, em termos gerais apresentaram números significativos, entre os anos de 2005 e 2014. O estado de Sergipe foi o que apresentou o menor número de contratos, além do menor volume de recursos. Processo natural, por ser o menor em tamanho e volume populacional. Certamente os números de Sergipe não significam menor eficiência na operacionalização, mais, entretanto, com bons resultados econômicos e sociais.

A tabela também destaca a força do Agroamigo em três estados nordestinos: Bahia, Ceará e Maranhão. Tanto em número de operações, como de volume de recursos emprestados, esses estados representaram praticamente metade, o que suscita forte concentração do programa. É pertinente observar que, em documento oficial, o programa envolve, na verdade, 11 estados. Ou seja, são acrescidos o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, abrangendo quase dois mil municípios (BNB, 2015).

Tabela 07
Montante dos Contratos e dos Valores aplicados pelo Agroamigo por estados do Nordeste
2005/2014

Estados	Nº de Contratos	% em relação ao total	Volume de crédito (R\$ 1,00)	% em relação ao total
Alagoas	169.805	6,93	381.481.910	6,83
Bahia	526.121	21,48	1.235.673.407	22,13
Ceará	394.819	16,12	856.265.745	15,33
Maranhão	292.923	11,96	671.560.761	12,02
Paraíba	220.469	9,00	502.731.818	9,00
Pernambuco	301.198	12,30	706.706.518	12,65
Piauí	258.629	10,56	607.291.311	10,87
Rio G. do Norte	163.090	6,66	368.899.814	6,61
Sergipe	122.381	5,00	254.126.215	4,55
Nordeste	2.449.435	100,00	5.584.737.499	100,00

Fonte: BNB (2013b, 2015a). Apud: RUFINO & BASTOS, 2015.

Daí a importância de estendermos os efeitos socioeconômicos desse programa, se possível, para entender sua dinâmica nesses mais de dez anos. O trabalho mais completo é de ABRAMOVAY (2012), referindo-se apenas aos cinco anos do programa, o qual o estudo envolveu beneficiários e não beneficiários do programa, onde constatou melhoria entre os tomadores do crédito e mais ainda naqueles que estão há mais tempo no programa. Segundo o autor: “os *agricultores familiares expostos por mais tempo ao Agroamigo* têm mais chances de inserção em mercados agropecuários e, conseqüentemente, de superação da pobreza” (BNB, 2015, pp. 52).

Nessa linha, os resultados apresentados pelos autores vão na direção do programa ser limitado e apresentar contradições. Para eles, literalmente não houve melhoria das condições de vida, de forma mais focada, para superação da pobreza. Por outro lado, os mesmos afirmaram a necessidade de novos estudos para entender esse processo de grande envergadura no Nordeste. E ainda acrescenta em relação a efetividade desse programa:

Para que esse tipo de política gere efeitos socioeconômicos abrangentes, é preciso que o crédito produtivo esteja articulado a um conjunto amplo de ações estruturantes nas áreas de redistribuição fundiária, educação rural, assistência técnica, apoio à comercialização (PAA, PNAE, etc.), melhoria da infraestrutura rural e difusão de tecnologias de convivência com o semiárido.

Assim, o programa, mesmo que limitado, tem seu potencial de crescimento e maior capilaridade. Ou seja, na concepção desses autores, existe ainda certo ceticismo, mas não se pode desprezar essa iniciativa a partir de uma metodologia inovadora e que os resultados e o que o mesmo tenha direcionamento com foco.

Quanto ao Pronaf enquanto política de governo, as questões relacionadas aos efeitos sociais e econômicos ainda não estão completos, na medida em que o monitoramento e avaliação devem ser considerados como processos permanentes. Para AQUINO e SCHNEIDER (2015, p. 57), o Pronaf teve avanços, mas também ambiguidades, até mesmo em seu caráter normativo, por ser praticamente impossível sua execução para cumprir sua “função social”, na medida em que em sua estrutura operacional está dividida em quatro eixos de ação, *como a negociação e articulação de políticas públicas; instalação e melhoria de infraestrutura e serviços nos municípios; financiamento da produção e finalmente capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e técnicos, principalmente de ATER.*

Desses eixos, o que realmente representou para o sucesso do Pronaf foi o cumprimento apenas de um dos eixos, o da produção. O que tornou difícil o cumprimento dos demais eixos na medida em que a questão dos custos obsta sua aplicação, até porque seu cumprimento em sua totalidade situaria o Pronaf como política “concretamente” pública. Como os autores abordados em supra destacam:

O Pronaf aparece em cena, conforme essa perspectiva analítica, como um instrumental governamental capaz de aumentar as possibilidades de investimento dos agricultores familiares, para que eles possam concretizar seus *projetos produtivos*, gerar renda, e, com isso, melhorar suas condições de vida nas áreas rurais. Entretanto, por mais que a referida política pública seja uma novidade histórica, é necessário ter em mente desde logo que seu processo de evolução tem sido marcado por avanços e ambiguidades. (AQUINO & SCHNEIDER, 2015, p. 57).

Pelos termos, uma das questões também cruciais em relação ao Agroamigo se relaciona com as “ambiguidades” do Pronaf abordados pelos nossos autores, seria justamente esse alcance, ou seja, dos reais resultados que essa metodologia trouxe para os agricultores familiares nordestinos.

E nesse aspecto, Rufino & Bastos (2015) aborda a necessidade de aperfeiçoar esse programa dentro da linha da *articulação de outras políticas públicas*, inclusive um dos eixos de êxito do programa desde seu início. Entendemos

que seria um processo inexorável, inclusive evitando a concepção estreita de observar o Pronaf-Agroamigo como meramente produtiva e não buscando não apenas a autonomia, mas a emancipação dos agricultores familiares.

Mas esses autores vão mais além. O Agroamigo, por enquanto, ainda se caracterizaria como *processo apenas de natureza produtiva, e que não tem como alvo às pessoas e sim o sistema de produção, envolvendo beneficiamento e comercialização* provenientes da agricultura familiar. O que seria verdadeira tal assertiva na medida em que é o objetivo imediato em decorrência da necessidade da constituição da renda familiar.

Ainda são escassos os trabalhos que possam analisar os efeitos desse programa no Nordeste. Uma das principais contribuições foi o trabalho de ABRAMOVAY (2012), que, em uma amostragem significativa em vários estados do Nordeste, mostrou o alcance da metodologia entre os agricultores familiares “beneficiários” e “não beneficiários”. E que nesse momento necessitaria de atualização a partir de um trabalho de maior envergadura.

Ainda assim, diversas questões merecem ser colocadas na medida em que causas e efeitos complexos estão envolvidos no que se refere ao Agroamigo. Uma delas tem a ver se realmente o agricultor familiar é “beneficiário” ou “tomador de crédito”. O primeiro caracteriza-se como um direito social e portanto, sem contrapartida, o que torna como uma mera política compensatória, a “fundo perdido”. O que de certa forma descaracteriza-se os objetivos da metodologia do crédito. Essa é a posição de Rufino & Bastos (2015), em que não existe a figura do beneficiário, até porque existe uma relação contratual entre as partes, banco e agricultor familiar.

A segunda estaria no enquadramento de que o agricultor familiar seria um cliente como qualquer outro, como consumidor de serviços financeiros. O que seria também um problema na medida em que existem particularidades do agricultor familiar com o uso da metodologia, quando serviços como poupança, cartão de crédito não entram no processo de constituição do crédito do Pronaf-Agroamigo.

Para completar essa questão, teríamos o dilema se o Agroamigo é realmente uma política de crédito ou uma política social (ou política pública, lato sensu). Nos parece que nenhuma coisa nem outra. *Seria uma espécie de contrato de crédito com viés de política social.* Ainda assim, a questão estaria aberta, pela falta de articulação com outras políticas públicas, do caráter produtivo e não ser uma política universal.

Dessa forma, a questão não estar resolvida. E para tornar ainda mais instigante agregamos a natureza das políticas públicas no Brasil. E para o mundo rural, principalmente nos últimos anos, foram mais de duas dezenas de políticas e programas sociais. Entretanto, um elemento foi observado e abordado por BRAGA (Revista Cult, edição n. 219, de dezembro de 2016), em sua análise da agressão neoliberal, na qual mudará o mundo (e o Brasil) com repercussões para os próximos anos na organização das instituições, do mercado, e da exclusão da participação popular. Extraíndo dos estudos de Francisco de Oliveira no Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), da USP, os seguintes termos: *“os pesquisadores...demonstraram por meio de etnografias e estudos de caso a natureza despolitizadora das políticas públicas elaboradas de acordo com o modelo neoliberal de concorrência e do desempenho” (ob. Cit. p. 17).*

Mesmo dentro de um cenário neoliberal e da impossibilidade de efetivação de políticas públicas, onde a solidariedade seria uma das ferramentas centrais, seria praticamente impossível a universalização, pois o individualismo e o espírito animal do empreendedor obstam essas ações. Mais poderíamos ampliar essa despolitização, quando o governo não teve competência de associar suas políticas públicas em uma vertente mais politizadora e dos efeitos sociais e econômicos dessas ações, em destaque entre os agricultores familiares.

Terceiro Capítulo

III AGROAMIGO E ENTIDADES INSTITUCIONAIS

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se consolidou como importante política pública voltada para o financiamento rural daqueles que historicamente nunca tiveram acesso aos empréstimos bancários. O programa é resultado também de antigas reivindicações de setores dos movimentos sociais do campo, bem como de entidades representativas dos agricultores familiares. Além disso, segundo os meios acadêmicos, o mesmo surgiu como forma de corrigir falhas de mercado, integrando as unidades familiares rurais aos mercados locais e gerando renda entre pares desvalidos do espaço rural. Assim, o Programa foi criado em 1995 e oficialmente instituído em 1996 onde iniciou suas atividades institucionais.

Para autores como Schroder (2006), Bastos (2005), Mattei (2005); o Pronaf B, que a partir de 2005, agregou a metodologia de microcrédito orientado, é resultado de um conjunto de medidas de cunho normativo tomadas pelo Governo Federal, visando a redução dos entraves burocráticos e a expansão do crédito. Nesse aspecto, um número cada vez maior de agricultores pobres, de acordo com a estratégia de inclusão social, tem norteador as políticas sociais do último governo. Uma característica desse programa seria a materialização da participação social, principalmente para o Agroamigo (Crescer e Mais), que é o Pronaf B e demais Pronaf, através da conformação dos arranjos institucionais e que se apoia em circunstância decisivas.

Magalhães e Abramovay (2006, p.4) elenca três dessas circunstâncias cruciais e de importância dessa modalidade de crédito no Nordeste. Em primeiro lugar, referendou a vontade governamental de ampliar o público do programa, em resposta à própria pressão social nesta direção e também de uma orientação mais geral que se relaciona à elevação do número, de beneficiários dos programas de transferência de renda. Em segundo lugar, no trabalho de um conjunto de mediadores que constroem a clientela do programa, transmitem-lhe suas regras básicas, organizam seu funcionamento e zelam pela recuperação dos recursos emprestados. A estes dois fatores é preciso acrescentar um terceiro: o papel decisivo do Banco do Nordeste do Brasil ao criar o Agroamigo, no sentido de sensibilizar os autores locais para a importância da atribuição de crédito à população de baixa renda.

Nessa perspectiva, o Programa passa por sucessivas mudanças visando ser um instrumento de inclusão social, capaz de atender ao maior número possível de agricultores familiares em todos os municípios e regiões do país. Sua maior inovação para a efetivação dos financiamentos se deu a partir da criação dos chamados *arranjos institucionais do Pronaf*, que se caracterizaram como instâncias de representação e de decisão, além da formulação de procedimentos técnicos e administrativos (como a emissão da Declaração de Aptidão - DAP). Tais procedimentos possibilitaram a integração de gestores, conselhos municipais e pequenos agricultores na promoção de procedimentos simples no processo de constituição dos contratos de crédito.

Desta feita, o programa objetivou desde sua institucionalização, a promoção do desenvolvimento rural local e sustentável, através da viabilização e fortalecimento das atividades rurais promovidas por pequenos agricultores, e mais importante: abrangendo um grande número de agricultores que viviam na condição de pobreza e estruturalmente impossibilitados de contrair empréstimos bancários face às exigências patrimoniais e aos altos custos operacionais das instituições financeiras. Para tanto, o Estado enquanto gestor de políticas públicas estimula a consolidação de correlação institucional na promoção desse crédito, como forma de viabilizá-lo a quem realmente se enquadra nas linhas do programa.

3.1 O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A política de crédito rural adotada historicamente pelo Brasil, diferentemente de outros países que utilizaram o subsídio ao crédito para reduzir a pobreza, tinha por objetivos centrais aumentar a oferta de alimentos e modernizar a agricultura. Tal política não privilegiava os pequenos agricultores, que somente em meados da década de 1990, passaram a serem assistidos (BITTENCOURT, 2003).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL. LEI Nº 1.996, 2012), tendo suas normas consolidadas na Resolução nº: 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado, institucionalmente, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário

(MDA), o Pronaf representou a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que pôde se materializar em termos de política pública, no âmbito do governo federal (BRASIL. RESOLUÇÃO NR: 2.310, 2012).

Para Abramovay (1992) o Pronaf surge como forma de combater a pobreza no meio rural, haja vista a necessidade do país elevar a capacidade de investimentos dos mais pobres e melhorar sua inserção em mercados mais dinâmicos e competitivos. E uma delas seria a diversificação das linhas de financiamento voltadas para o meio rural.

Em relação às políticas públicas, onde se inclui a questão do Pronaf, podemos dizer que são ações protagonistas pelo Estado focadas em determinadas demandas sociais com objetivo de mudanças sociais e econômicas. O Estado torna-se responsável, através do aparelho operacional de seus órgãos e entidades na materialização dessas ações planejadas.

Até a década de 1990, as políticas públicas dentro do campo do financiamento agrícola priorizavam os setores mais capitalizados da agricultura, a fim de estabelecer sua modernização tecnológica e diminuir os desequilíbrios da balança comercial brasileira. Era a fase do domínio do agronegócio, essa como extensão histórica da *modernização dolorosa* instituída com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e que na verdade dividiria as estruturas do Estado, criando dois ministérios, um do agronegócio (Ministério de Agricultura) e o outro da agricultura familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O Governo Lula materializaria essa clivagem institucional buscando aperfeiçoar e modernizar as linhas de crédito do Pronaf a partir de 2003.

Em 2006, foi sancionada a Lei Nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, passando a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se assim, a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor. (BRASIL. LEI NR. 11.326, 2012).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tem como propósito fortalecer a agricultura familiar, mediante o financiamento de infraestrutura de produção e de serviços agropecuários; e atividades rurais não agropecuárias, com o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua

família, objetivando a geração de trabalho e manutenção do homem e da mulher no campo.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), na qualidade de principal financiador do Pronaf na região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, operacionaliza o programa na perspectiva de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do governo federal, visando criar e fortalecer as condições objetivo para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores, bem como estimular o exercício da cidadania (Maciel, 2008).

Conforme Guanzioli (2006), o Pronaf surge numa época na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram os principais problemas enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. O argumento essencial era de que os produtores familiares, descapitalizados e com baixa produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos que garantiriam a elevação da produtividade. E seus rendimentos não seriam compatíveis nem suficientes o bastante para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais.

Atualmente, o Pronaf pode ser considerado como principal instrumento de financiamento dos produtores rurais, sobretudo dos pequenos produtores, tradicionalmente excluídos do crédito agrícola. É um significativo avanço, considerando as formas tradicionais de financiamento da agricultura brasileira. Antes de sua criação, o financiamento ao pequeno produtor restringia-se quase exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Proclera), que era destinado aos beneficiários da reforma agrária e que foi extinto em 1999.

Com a promulgação da Constituição de 1988, que apontava uma maior democratização do acesso aos recursos públicos por parte dos agricultores familiares no campo, o Pronaf surge como um mecanismo de atendimento a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que por meio de lutas e organizações, buscavam uma política social e econômica direcionada especificamente para o desenvolvimento rural, depois de se sentirem prejudicados pela abertura comercial da economia. Um movimento interessante a se destacar são as Jornadas Nacionais de Luta, organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT

Rural) e o Movimento dos Sem Terra (MST), além da participação de todos os demais movimentos sociais rurais, que surgem no início dos anos 1990, e que vinham participando ativamente do debate sobre a Lei Agrícola e a Lei Agrária, expondo suas reivindicações através das jornadas. Depois de promulgada a Constituição que os beneficiam, a partir de 1995, as jornadas passaram a ser denominados de “Grito da Terra Brasil” e sua principal luta era a demanda por políticas específicas para agricultura (MATTEI (2005).

Além disso, é necessário analisar outro antecedente que contribuiu na institucionalização do Pronaf, como a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), em 1994, no Governo de Itamar Franco, que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP deu lugar ao Pronaf, institucionalizado por meio de Decreto Presidencial 1.946, de 28 de junho de 1996 (CARVALHO, 2016).

Segundo Alencar (2010, p.113), o Pronaf iniciou seu funcionamento concedendo créditos de até R\$ 5.000,00 reais para custeio dos agricultores, “[...] R\$ 15.000,00 de investimento e R\$ 75.000,00 para custeio coletivo a uma taxa de juros inicial de 16%, depois reduzida para 16% a.a. (com rebate de 50% nos encargos) para investimento”. Os recursos provinham do Banco Central, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-oeste.

De modo geral, o público alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento do crédito. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural. Nesses termos, o Pronaf para atingir a uma clientela que não é homogênea, se subdivide, de acordo com o enquadramento do agricultor familiar, motivado pela renda familiar e finalidade destinada das seguintes instruções:

3.1.1 Modalidades de Financiamento

As modalidades do Pronaf envolve quatro linhas de atuação, conforme o Manual de Crédito Rural (1996), (Mattei, 2001), que são: 1 – Financiamento de Infraestrutura e Serviços Municipais – voltados para a melhoria da rede de infraestrutura dos municípios, através do financiamento de obra e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar; 2 – Capacitação e Profissionalização dos Agricultores Familiares e Técnicos – visa proporcionar novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre o processo de produção e gestão das propriedades; 3 – Financiamento da Produção da Agricultura Familiar (Crédito Rural) – tem como objetivo oferecer apoio financeiro aos agricultores familiares por meio de linhas de crédito específicas de custeio e investimento.

Os recursos disponibilizados ao Pronaf são do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/Orçamento Geral da União (OGU), da Pouponça Rural, da Exigibilidade Bancária, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

São beneficiários do Pronaf os produtores que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovarem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O Pronaf se divide em 15 grupos de crédito (2015), entre os quais: A, AC, B, MULHER, MAIS ALIMENTOS, CUSTEIO, SEMIÁRIDO, AGRO-INDÚSTRIA, JOVEM, FLORESTA, AGROECOLOGIA, ECO, COTA-PARTE, PRODUTIVO ORIENTADO E MICROCRÉDITO PRODUTIVO GRUPO A. Dentre todos esses grupos e modalidades, focalizar-se-á para efeito de estudo o grupo B (AGROAMIGO CRESCER) e o AGROAMIGO MAIS ATÉ R\$ 15.000,00, averiguando a análise quantitativa dos mesmos, entre 2005-2014, haja vista sua evolução nos quase 10 (dez) anos de funcionalidade no estado de Sergipe. A análise dessas modalidades serão apresentadas, focalizando seus objetivos e direcionamentos, tomando como base o Plano Safra 2014/2015.

3.2 O AGROAMIGO E O ARRANJO INSTITUCIONAL

O Pronaf B foi institucionalizado em 1999, através da Resolução nº 2.629 do Conselho Monetário Nacional, visando amparar agricultores familiares, cuja a base de sustentação fosse a “[...] exploração do estabelecimento e com renda bruta anual que não ultrapassasse quinze mil reais, excluídos os proventos da aposentadoria rural, e tal renda fosse oriunda da exploração agrícola e/ou não-agrícola” (CARVALHO, 2016, p.202). Sendo assim, nesse momento, os agricultores familiares mais pobres, cuja renda familiar anual bruta não ultrapassava R\$ 6 mil, eram atendidos no âmbito do Pronaf B.

Outra característica seria a materialização da participação social, principalmente para o Pronaf B através da conformação dos arranjos institucionais, e que se apoia em circunstâncias decisivas. MAGALHÃES e ABRAMOVAY (2006; 4) elenca três dessas circunstâncias cruciais e da importância dessa modalidade de crédito no Nordeste:

Em primeiro lugar na vontade governamental de ampliar o público do programa, em resposta à própria pressão social nesta direção e também de uma orientação mais geral que se relaciona à elevação do número de beneficiários dos programas de transferências de renda. Em segundo lugar, no trabalho de um conjunto de mediadores que constroem a clientela do programa, transmitem-lhe suas regras básicas, organizam seu funcionamento e zelam pela recuperação dos recursos emprestados. A estes dois fatores é preciso acrescentar um terceiro: o papel decisivo do Banco do Nordeste do Brasil que procura sensibilizar os atores locais para a importância da atribuição de crédito a população de baixa renda.

Os dois autores em supra abordam os três maiores problemas na estrutura de funcionamento do crédito do Pronaf B: a massificação dos projetos, ou seja, não existindo qualquer rigor técnico na elaboração, os agricultores, mesmo com o crédito instituído, não se tornam clientes da instituição financeira, o financiamento não abre caminho para mudanças radicais, particularmente nas condições de vida, o deságio apresentado não seria um indicador confiável de eficiência do programa e o último, pela força de instituições como sindicatos e entidades estaduais de orientação e assistência técnica; o que pode comprometer a real intencionalidade do programa. (MAGALHÃES e ABRAMOVAY, 2005, 5-9).

No que se refere ao alcance social do Pronaf, principalmente na região Nordeste, LOPES e COSTA (2008) analisam esse programa. Mostrando que o

mesmo ainda sofre um dilema face às críticas realizadas, na medida em que na sua essência estaria caracterizada como um programa focalizador e não necessariamente de mudanças no meio rural brasileiro. Nesse aspecto, o Pronaf, em especial em sua modalidade B, sendo este o enfoque geral dos autores, poderia ir nessa direção por haver maior flexibilização contratual e banalização de instrumentos como deságio onde estaria caracterizada como mera ação de transferência de renda. Por outro lado, o Pronaf poderia ser uma política de crédito face à existência de contrato e relacionamento efetivo cliente-banco, onde o objetivo principal seria a melhoria em médio e longo prazo das condições dos agricultores familiares, em especial no Nordeste.

Em 2004, essa linha de crédito apresenta altos índices de inadimplência e frequentemente, operava com projetos elaborados em lote, sem atender, portanto, às necessidades peculiares aos empreendimentos de cada família beneficiária, face a isso, surgiu o Agroamigo. O Banco do Nordeste é quem operacionaliza o Programa Agroamigo, haja vista à concessão de crédito para a área rural, com metodologia própria de atendimento. O objetivo dessa ação é agilizar o processo de concessão do crédito; expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, com redução de custos para o cliente; proporcionar maior proximidade com os clientes de pequenos empreendimentos da área rural; e atender integralmente o cliente, buscando a identificação das necessidades de serviços financeiros e bancários. Entre as vantagens demarcadas por essa metodologia estão o crédito mais ágil e seguro; o crédito orientado; o atendimento realizado na comunidade do cliente; o acompanhamento sistemático e periódico; e a renovação imediata.

O Agroamigo é um programa de microcrédito que tem como objetivo financiar atividades no meio rural a fim contribuir positivamente com a condição econômico e social de agricultores(as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C. Criado em 2005, esse programa tem atuação em todos os estados do Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE) juntamente com as regiões norte dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, cuja fonte de recursos provém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Banco do Nordeste em parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são os agentes

responsáveis pelas operações de crédito concedidos pelo programa (BNB, 2016).
 Todavia, Carvalho (2016, p.202) informa que

Essa modalidade de microcrédito rural, no ano de 2004/2005, (era realizado) através de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC)², (que) instituíam e operacionalizavam o Programa Agroamigo, metodologia resultante da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO – Lei nº 11.110 de 25 abril de 2005) que, por ação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), visava ampliar o acesso de pequenos microempreendedores rurais ao crédito produtivo (CARVALHO, 2016, p.202).

Além disso, o Agroamigo, segundo Banco do Nordeste (2015).

conta com 919 Assessores de Microcrédito Rural, empregados do Instituto Nordeste Cidadania- INEC, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, responsável pela operacionalização do Agroamigo, por meio de Termo de Parceria firmado com o Banco do Nordeste

Atualmente, os agricultores que desejam ser beneficiários do programa, precisam preencher os requisitos necessários para terem acesso a microcrédito desta natureza. Esses agricultores fazem parte de um subgrupo do Pronaf, classificados como: Pronaf Grupo B - Agroamigo Crescer até R\$ 4mil, ou seja, que obtenham renda bruta anual de até R\$ 20 mil, e o Agroamigo Mais, até R\$ 15 mil ou seja, que obtenham renda bruta anual de até R\$ 300 mil, explorem área de até quatro módulos rurais e empreguem mão de obra familiar (BNB, 2015).

O diferencial do programa está em inserir os agricultores que precisam de empréstimos para investirem em suas atividades produtivas geradoras de renda, mas que não o conseguem no mercado financeiro tradicional. Para isso, a proposta de crédito leva em consideração a realidade financeira dos seus clientes, a fim de permitir a concessão do empréstimo e de facilitar o reembolso do mesmo.

Os empreendedores rurais não estão limitados às atividades agropecuárias, poderão investir o crédito em atividades não agropecuárias como o turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural e artesanato. Devido a metodologia e a

² O INEC é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), criada em 1993, a partir da Campanha Nacional de Combate à Fome, da Miséria e pela Vida e iniciativas de funcionários do próprio BNB.

estrutura a qual o programa está esquematizado, concessão de microcrédito produtivo orientado.

Nessa perspectiva, o Agroamigo teve início a partir de março de 2004 com um projeto-piloto implementado nas cidades de Floriano e Oeiras, estado do Piauí. Essas cidades foram selecionadas em razão de prioridades do governo federal relativamente ao combate à pobreza extrema. Nessa etapa, havia dois assessores de microcrédito rural em cada uma das duas agências.

A metodologia inovadora do Agroamigo impulsionou a sustentabilidade dos produtores rurais, a equidade de gênero no campo, como forma de:

- Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial;
- atender os clientes na própria comunidade por meio do Agente de Microcrédito.
- agilizar o processo de concessão de crédito;
- sensibilizar os(as) agricultores(as) familiares quanto à importância da educação financeira;
- expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o agricultor familiar;
- conscientizar os(as) agricultores(as) familiares quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente;
- aumentar a oferta de alimentos para a população do campo e da cidade;
- aumentar a renda familiar dos agricultores familiares (homens e mulheres);
- criar emprego no meio rural;
- juros mais baixos e bônus de adimplimento se o cliente pagar em dia;
- apoio às atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural.

O Agroamigo possui uma metodologia própria com atendimento personalizado, com o acompanhamento e orientação do crédito em todo ciclo do negócio com a presença do agente de Microcrédito. O crédito é composto de três etapas, nas quais envolve-se entidades que perfazem o arranjo institucional do Pronaf B e de sua metodologia – Agroamigo, no que se refere à relação estabelecida entre agentes financeiros e indivíduos da sociedade, num ambiente institucionalizado, isto é, normatizado pelas leis que estabelecem o controle de ações e as inter-relações do conjunto de organismos (públicos, privados e mediadores) que trabalham na implementação das ações. Logo, nas etapas de

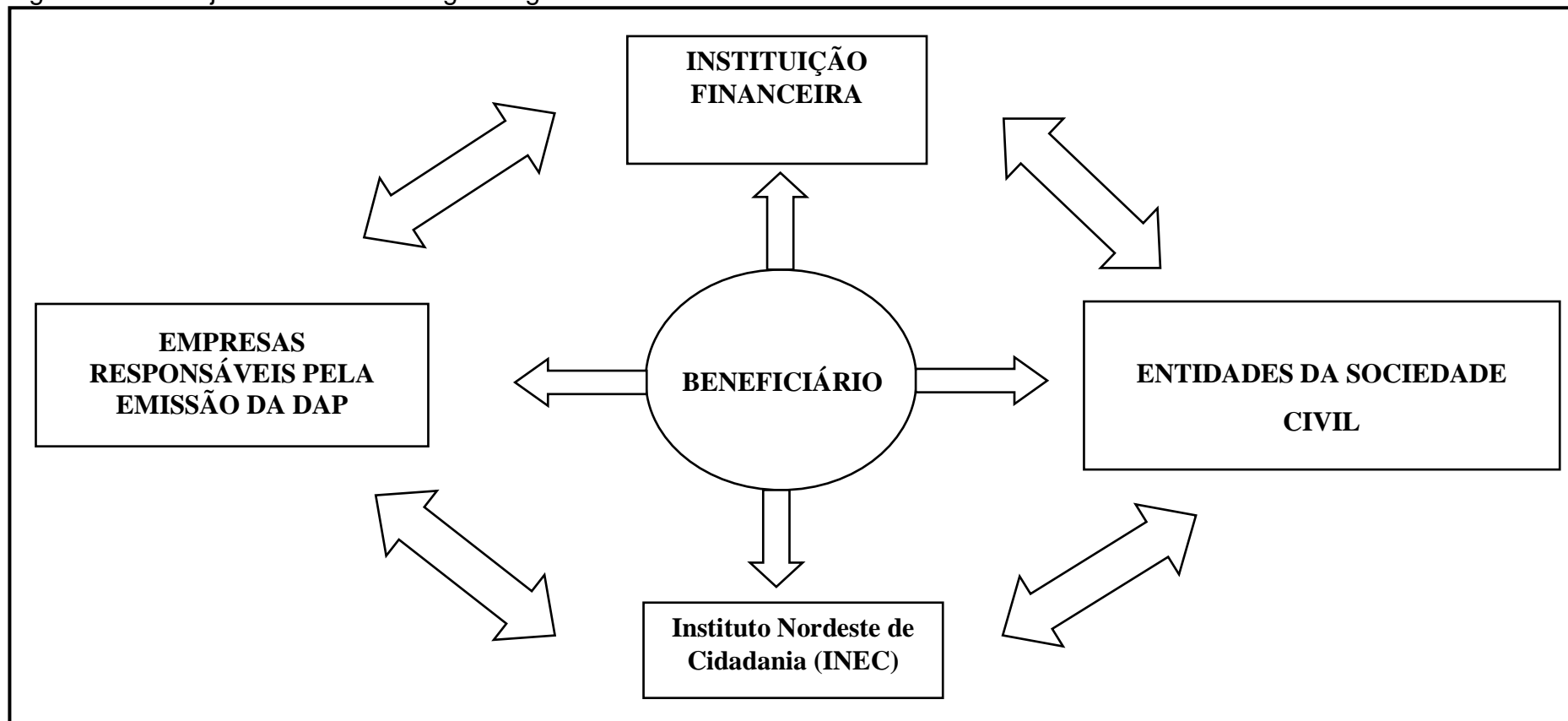
definição do Agroamigo, se define o ambiente institucional, que define o arranjo institucional para a definição do programa (figura 02):

1 - Etapa inicial (pré-venda) – Mapeamento do mercado; abertura de área de trabalho; promoção e palestra informativa. O agente de microcrédito, juntamente com o coordenador faz a seleção dos municípios e comunidades rurais, para a visita do técnico, observando as condições edafoclimáticas, produção e comercialização. A Emdagro e Sindicato, entidades credenciadas para a emissão de Declaração de Aptidão Pronaf (DAP) e para operacionalização do crédito dos agricultores familiares do Agroamigo. É o contato inicial do agente de microcrédito com os agricultores familiares e a comunidade, que permite o repasse das informações de crédito e coleta das informações dos agricultores.

2 - Etapa de concessão de crédito (venda) – O agricultor familiar com o cadastro rigorosamente em dia; posteriormente, o agente de microcrédito vai visitar *in loco* a unidade rural, para elaboração do projeto, verificando as condições edafoclimáticas, mercadológicas, área e o desenvolvimento do agricultor. Para a elaboração da proposta do Agroamigo crescer até R\$ 4.000,00 e o Agroamigo mais até R\$ 15.000,00.

3 – Etapa de administração de crédito (pós-venda) – Visita de acompanhamento às unidades rurais, através do agente de microcrédito para acompanhar a implantação e funcionamento das atividades financiadas. Essas visitas favorecem a verificação da correta aplicação de crédito e o cumprimento de todas as exigências legais e contratuais, contribuindo para o retorno oportuno dos recursos liberados, resguardando a viabilidade do negócio, alcançando os resultados esperados, conseqüentemente elaborando nova proposta de crédito e o retorno devido dos recursos ao Banco Central do Brasil.

Figura 02 - Arranjo institucional do Agroamigo.



Organização: CARVALHO (2017).
Baseado em CARVALHO (2016).

A metodologia do programa conta com a figura do agente de crédito, este profissional é responsável por prestar orientação aos clientes, a fim de garantir a melhor aplicabilidade do recurso concedido em atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias, de forma a garantir o sucesso do seu investimento. Para ser um agente de crédito é preciso ter o ensino médio, preferencialmente técnico agrícola com qualificação para a extensão rural, além de habilidade em lidar com o público alvo e de preferência, pertencer à comunidade a qual desempenha suas atividades (BNB, 2016). Esse método utilizado no programa Agroamigo se baseia àquele aplicado ao programa de microfinanças Crediamigo, também do Banco do Nordeste, com adaptações necessárias para o meio rural a fim de atender as carências que excluía esse público do mercado de microcrédito tradicional.

Além disso, a integração do Agroamigo com os programas do Governo Federal, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, tem estimulado o acesso de pequenos agricultores a produtos e serviços bancários, canais de comercialização e sustentabilidade dos empreendimentos, juntamente a outros mecanismos complementares ao Pronaf, aspectos anteriormente dificultado aos agricultores pobres do Nordeste brasileiro. Entre os programas complementares ao Pronaf tem destaque:

1- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei 10.696, de 2003, através do qual, o governo adquire alimentos dos(as) agricultores(as) familiares e doa parte para pessoas em risco alimentar, por meio de instituições reconhecidas, além de realizar formação de estoques. Assim, além do incentivo à produção agropecuária e à sustentação de preços, o governo amplia a força de outro importante programa: o Fome Zero, que foi incorporado pelo Bolsa Família.

2- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, cujos recursos do Governo Federal são repassados em caráter suplementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos estudantes da rede pública. A Lei nº. 11.947, de 2009, determina que no mínimo 30% dos recursos deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

3- Zoneamento Agrícola – O Zoneamento Agrícola de Risco Climático é um instrumento de política agrícola e gestão de risco na agricultura, ciclo de plantio, com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos, como

geadas e escassez de água, por exemplo, permitindo a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas.

4- Proagro Mais – Programa governamental que visa amortizar operações de custeios agrícola e indenizar parcela da renda que seria gerada no caso de ocorrer um evento adverso da natureza que afetasse as lavouras. De outra parte, o Proagro Mais Investimento assegura cobertura adicional para pagamento de parcelas de investimento agropecuário, aos agricultores familiares que tenha uma operação de custeio agrícola coberto pelo Proagro Mais.

5-Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF, consiste na concessão de um bônus aos agricultores familiares que contraírem financiamento de investimento ou custeio, quando o preço de mercado do produto financiado estiver abaixo do custo de produção (preço de garantia). A adesão é feita automaticamente no momento da contratação do financiamento de custeio.

Desta forma, é importante destacar que muitas são as vantagens do Pronaf B, mas antes da criação do Agroamigo era demarcável algumas dificuldades, como cita Maciel (200, p.16):

[...] à padronização de projetos: as propostas de financiamento eram formuladas à revelia das peculiaridades de cada agricultor e da atividade por ele desenvolvida, num cenário da falta de acompanhamento e elevada incidência de desvio de crédito. Além desses fatores, o tempo de espera incidência de desvio de crédito. Além desses fatores, o tempo de espera decorrido entre a solicitação e a liberação do crédito chegava a ultrapassar um ano. O custo da transação para o agricultor era elevado, sobretudo devido aos sucessivos deslocamento às instituições mediadoras do programa. A falta de informação e até de documentos como cédula de identidade e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), agravavam esse quadro.

Para Abramovay (2006), a metodologia empenhada pelo Banco do Nordeste, acaba sendo extremamente positiva, haja vista as experiências visualizadas. O mesmo destaca que

O Banco do Nordeste opera com um assessor de crédito que responde pela qualidade de uma determinada carteira de crédito. Ele conhece seus clientes e zela não só por fazer-lhes chegar recursos, mas sobretudo pelo retorno do dinheiro aplicado e, portanto, pela capacidade de este dinheiro traduzir-se, efetivamente, em geração de renda e combate à pobreza (BNB, 2014, p.15).

Sendo assim, o Agroamigo trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil, que visa à concessão de financiamento para área rural, adotando metodologia própria de atendimento, cuja principal premissa consiste na concessão de crédito orientado e acompanhado.

3.3 A ESPACIALIZAÇÃO DO AGROAMIGO NO NORDESTE

O Agroamigo enquanto política de fomento à pequenas unidades familiares apresenta significativa importância junto à agricultura sergipana em função da liberalização de recursos para produção e investimentos agropecuários. Desde a safra 2005/2006, o Agroamigo tem lançado sucessivos volumes de recursos à agricultura familiar nordestina. Tal fato pode ser evidenciado nos números de montantes liberados entre os anos de 2005 e 2014, para os 9 estados nordestinos. Segundo o relatório do Banco do Nordeste do Brasil, referente ao ano de 2014, para os 9 estados nordestinos, o número de operações contratadas passou de 17.459 no ano de 2005 para 364.582 em 2014, isto é, um crescimento da ordem de 1.988,21%. Nesse intervalo, foram efetivados quase 2,5 milhões de operações que liberou pouco mais de 5 milhões de reais em nove anos de funcionalidade. Ainda neste tocante, observa-se que o acréscimo de recursos nesse intervalo, no total dos 9 estados, foi da ordem de 8.114,87% (Tabela 08).

Em termos de variação por unidade federativa da região Nordeste, os dados de 2005 a 2014 demonstram que a Bahia foi o estado que teve maior crescimento no número de empréstimos, sendo da ordem de 4.775,90%, seguidos dos estados do Maranhão e Ceará, que tiveram crescimento de respectivamente 2.495,80 e 2.341,14%. Nesse tocante, Sergipe teve o quarto maior crescimento, na ordem de 2.069%. Tais dados validam a importância dos recursos advindos do Agroamigo para as atividades agropecuárias do Nordeste; assim como, demonstra que esse segmento do Pronaf é um dos únicos que persistem com saldos de variação contratual e de recursos liberados positivos, ano a ano, impondo mudanças socioespaciais (FIGURA 03 e 04).

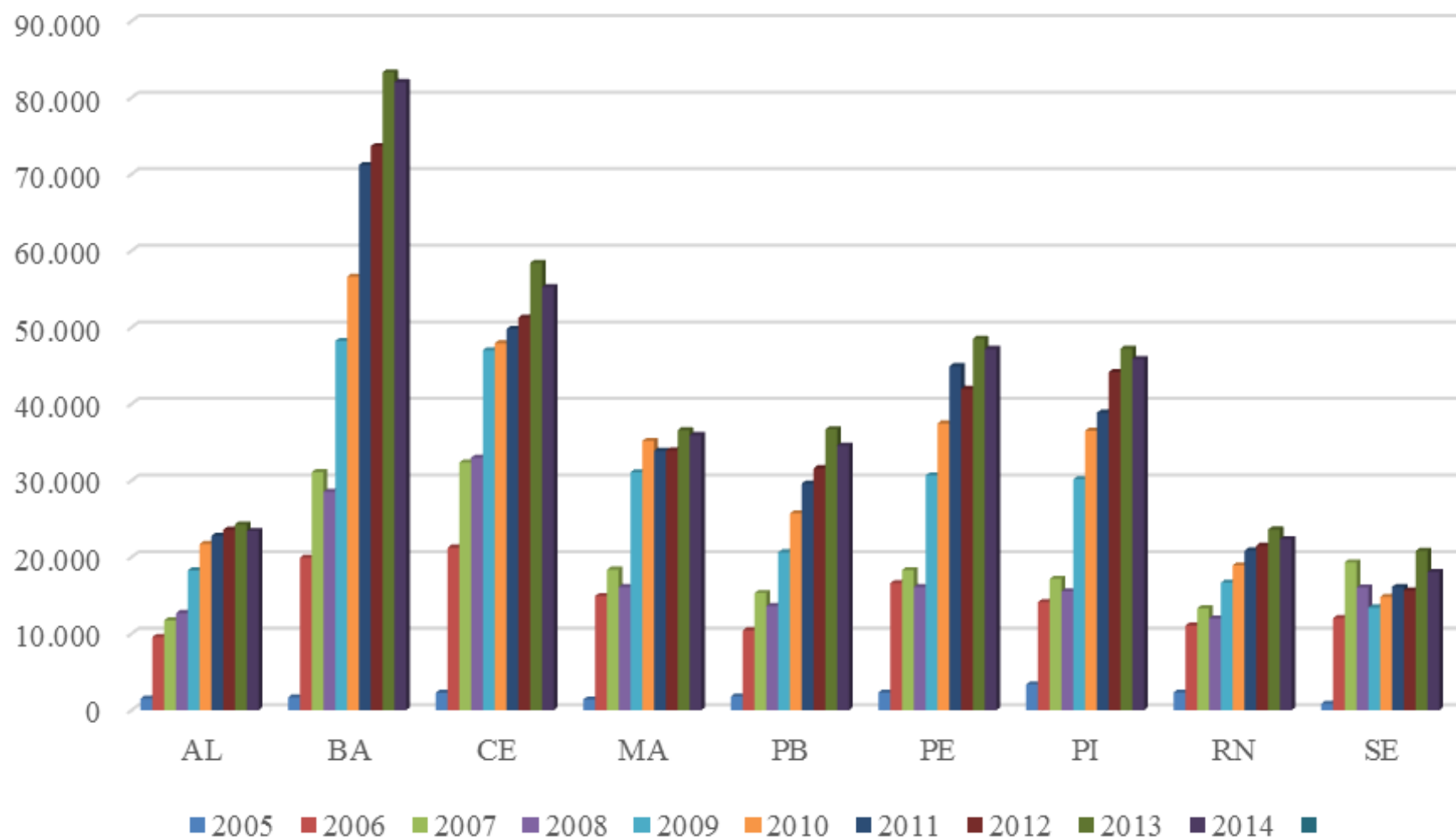
Tabela 08 – Quantitativo de contratos efetivados e recursos liberados pelo Agroamigo no Nordeste (2005-2014).

ANO	Nº de Operações	Valor Contratado em R\$	Valor Médio R\$
2005	17459	16803,70	962,46
2006	129764	140581,50	1.083,50
2007	176830	238043,10	1346,16
2008	163459	226109,50	1383,27
2009	256008	397557,20	1552,9
2010	294696	535181,80	1816,04
2011	327980	694907,50	2118,74
2012	337178	823699,10	2442,92
2013	379275	1127882,80	2973,78
2014	364582	1380403,10	3786,26
Total	2.447.231	5.581.169,30	2.280,00

Fonte: BNB (2005-2014)

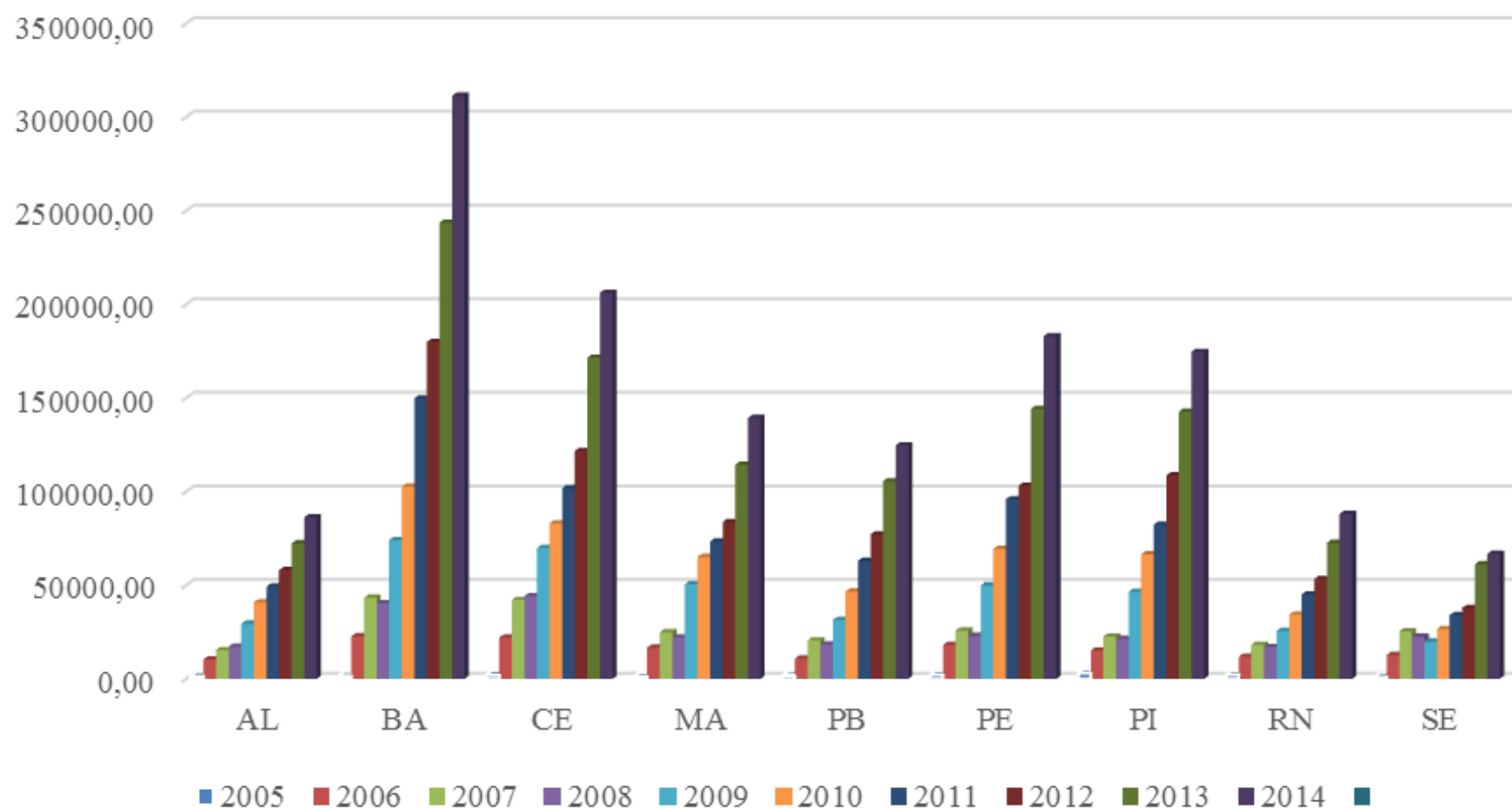
Conforme figura, o ano de 2005, ano de implantação do projeto piloto do programa, é o ano que tem os menores números em relação à categoria analisada. Isso se explica pela falta de conhecimento por parte do público alvo da existência e dinâmica do programa. Contudo, a medida em que os anos passam, o programa ganha conhecimento e mais pessoas se interessam em participar deste grupo, como evidência na tabela 08 (acima).

Figura 03 -Evolução dos Números de Contratos do Agroamigo no Nordeste (2005-2014).



Fonte: BNB (2005-2014).

Figura 04 -Evolução dos Números de Recurso Liberado pelo Agroamigo no Nordeste (2005-2014).



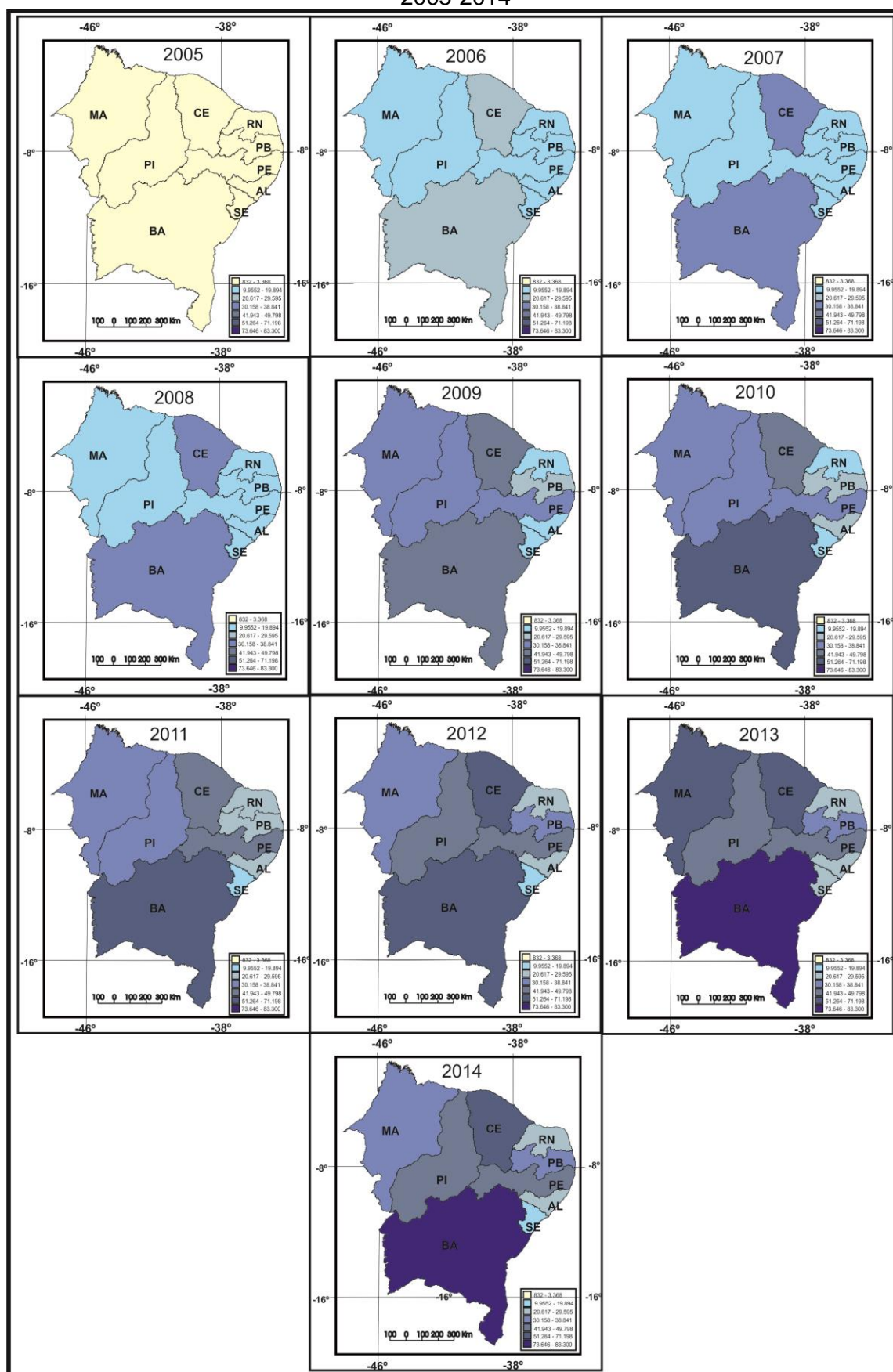
Fonte: BNB (2005-2014).

As variações ano após ano, em termos contratuais e de recursos liberados do programa Agroamigo (2005-2014) se evidencia na espacialização dos dados contratuais e de recursos por Estado. Além disso, fica evidente pela Figura (05), que no primeiro ano de operacionalização (2005), o Agroamigo teve pequeno número de contratos efetivados, tanto que em relação ao ano de 2006, quando a variação foi de quase 650%. Este fato valida o trabalho desenvolvido pelas entidades envolvidas na operacionalização, no sentido de divulgação e repasse de informações sobre o programa aos agricultores nesse intervalo. Além disso, é visível em 2006, que somente os estados da Bahia e do Ceará tiveram números acima de 20 mil contratos. Esses estados se mantiveram destacáveis, quase sempre, em termos de líderes na efetivação contratual e disponibilização de recursos. Também é válido explicar que os demais estados variaram pouco em termos de números contratuais. Contudo, precisamos ser enfáticos, que o tamanho dos estados e a presença dos assessores de crédito do Instituto Nordeste de Cidadania (INEC) facilitam a validação e disponibilização desse programa para todos os agricultores interessados e enquadrados nas suas devidas regras (Figura 06).

No tocante à questão dos recursos ainda, devemos considerar que as disponibilizações destes sempre foram crescentes, em virtude do aumento do valor do empréstimo e também decorrente das correções inflacionárias, que correspondem às conjunturas mercadológicas, haja vista nem sempre o crescimento contratual ser concernente com o crescimento dos recursos liberados. Contudo, quando visualizados espacialmente, os respectivos recursos, no intervalo de 2005 a 2014, demonstrou que no ano de 2005, os estados estiveram no mesmo intervalo de valores disponibilizados; ao passo que entre 2006 e 2008, a variação fora de quase 60%, seguindo maior expressão no intervalo de 2011 a 2014, quando o crescimento chegara a 98,64%. (Figura 07). No tocante à variação geral, os valores ficaram entre R\$16.803,70 mil disponibilizado em 2005, e R\$ 1.380.403,10, em 2014³, demarcando uma variação de 8.114,87% (Figura 08).

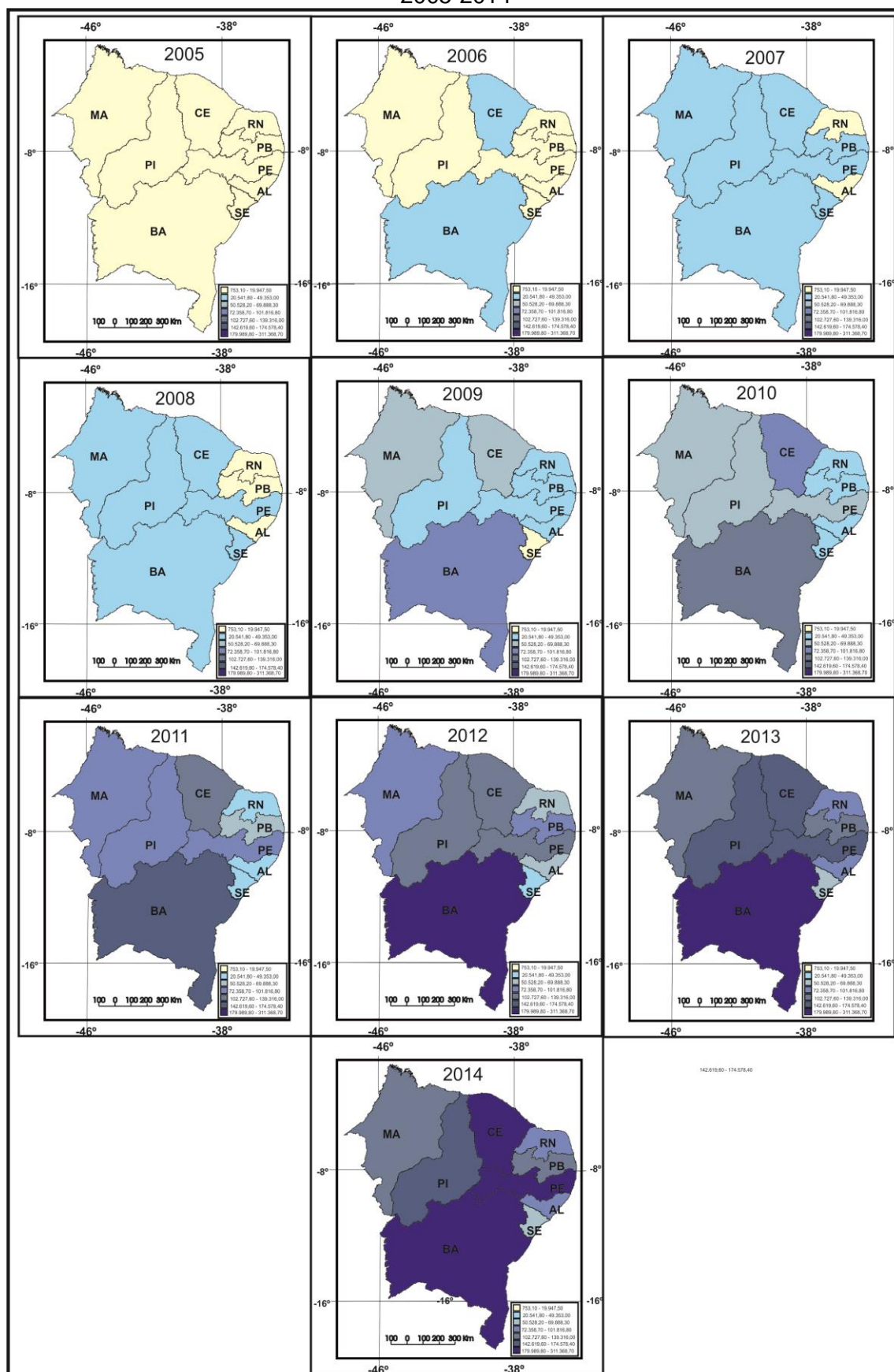
³ Observar que essa exposição não é uma análise comparativa, mas apenas uma explanação quanto ao menor e maior volume disponibilizados pelo Agroamigo no Nordeste, haja vista as dimensões geográficas não permitir nesse sentido uma análise comparativa mais aprofundada.

Figura 05 – Nordeste: Espacialização dos contratos do Agroamigo
2005-2014



Fonte: BNB, 2005-2012.

Figura 06 – Nordeste: Espacialização dos contratos do Agroamigo 2005-2014



Fonte: BNB, 2005-2014.

Figura 07 – Nordeste: Variação Contratual do Agroamigo
2005-2014

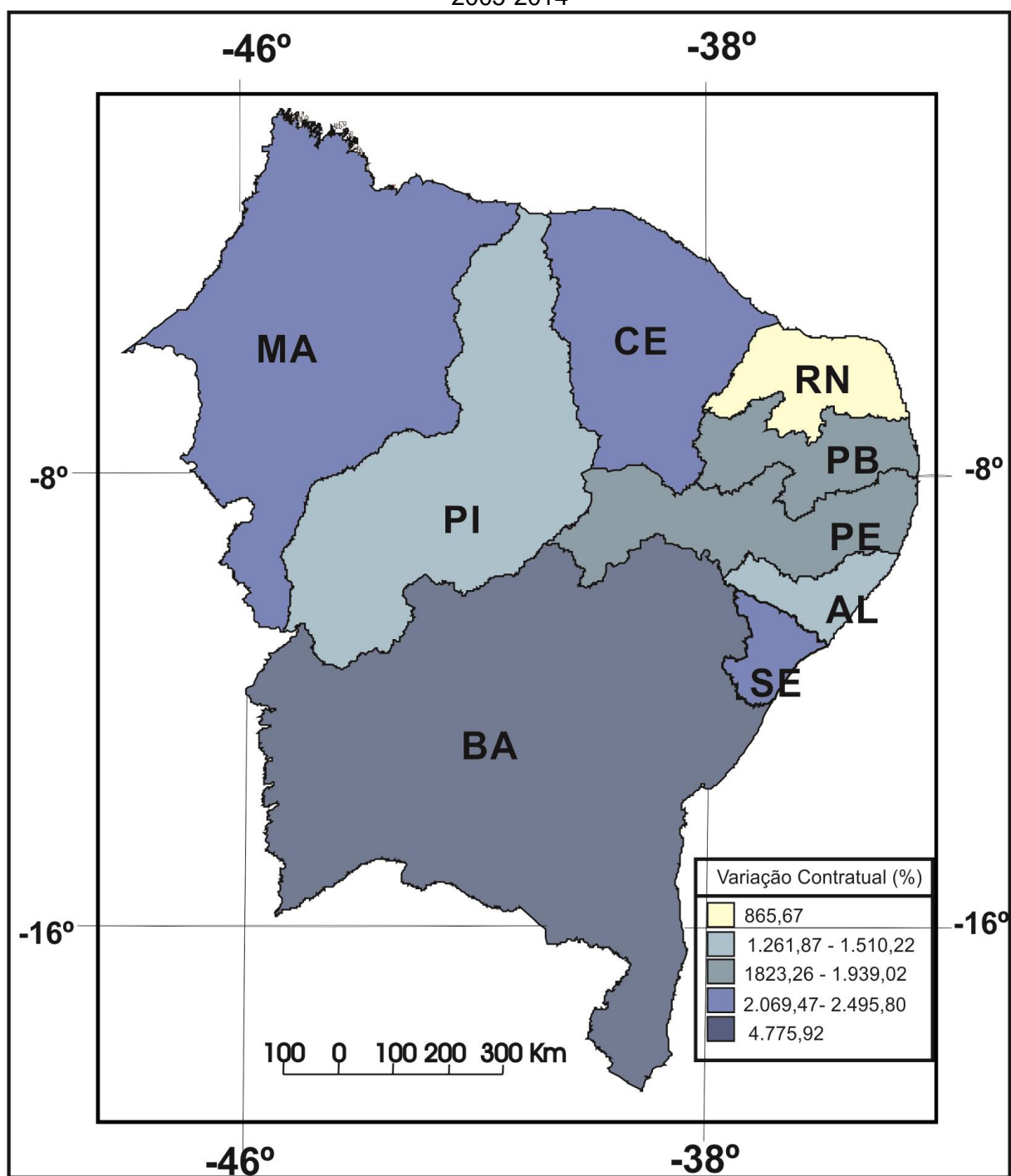
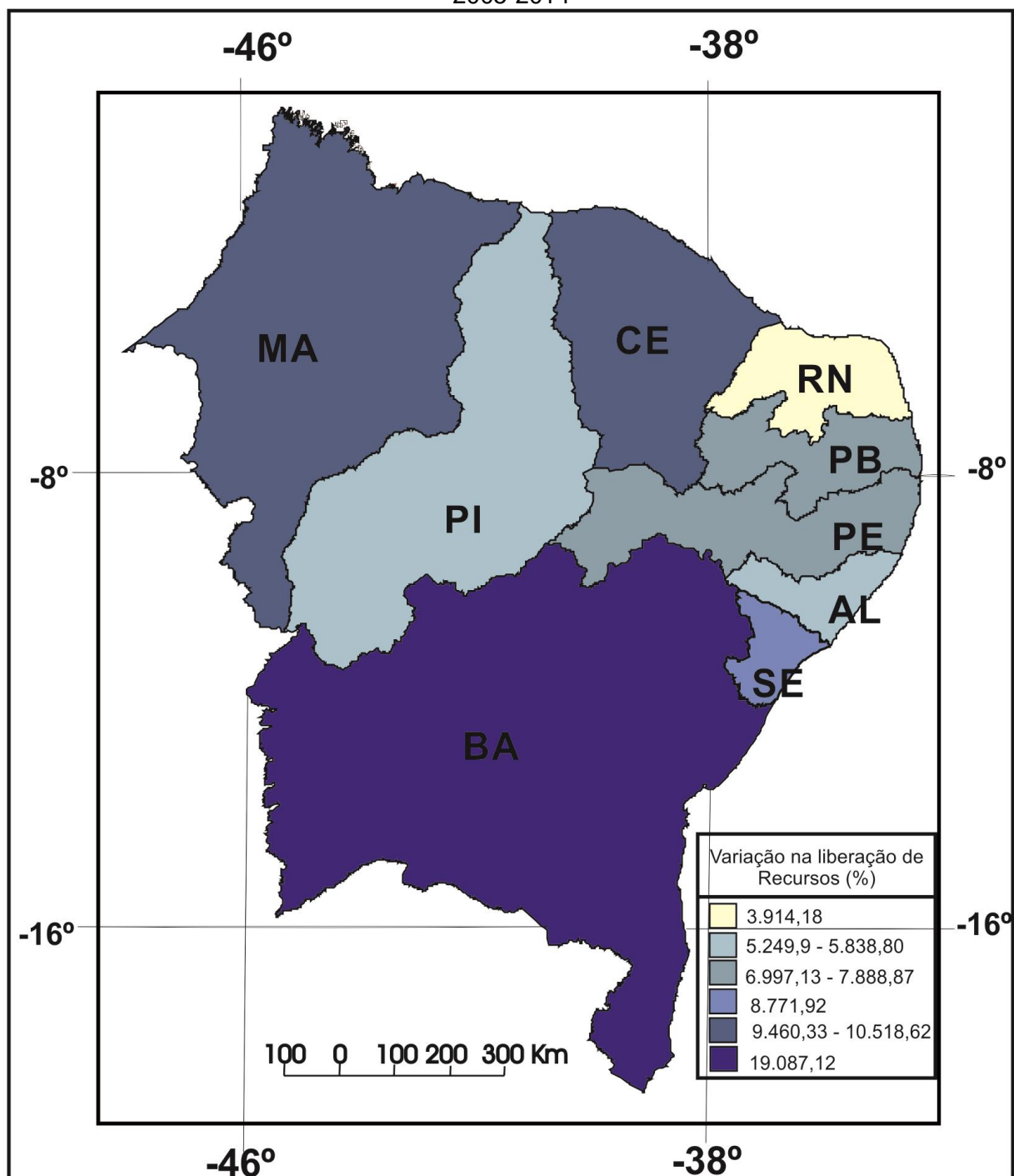


Figura 08 – Nordeste: Variação de Recursos do Agroamigo
2005-2014



A variação de recursos do Agroamigo, entre 2005 e 2014, no Nordeste, validou ainda que os acréscimos variaram entre 3.914,18% para o Rio Grande do Norte, que se define como estado com menor crescimento; e 19.087% para o estado da Bahia, que se configurou como maior crescimento, isto é, somente a Bahia disponibilizou nos anos analisados a cifra aproximadamente um milhão e duzentos

mil reais. A disponibilização desse crédito alavanca em muito as atividades agropecuárias da região Nordeste, assim como, favorece o desenvolvimento de atividades terciárias em nível local, tanto que muitos municípios pequeninos, ditos rurais, têm fortalecido atividades comerciais de venda de suprimentos agrícolas, motivada por esses recursos do Agroamigo.

Além disso, dados do relatório disponibilizado pelo Banco do Nordeste em 2012, quanto ao Agroamigo, demonstra que os contratos estiveram direcionados aos seguintes setores: Agricultura, Pecuária, Extrativismo e atividades não Agropecuárias (serviços) (Figura 09). Dessa forma, verifica-se uma grande quantidade de operações na atividade pecuária, justificada pela tradição regional.

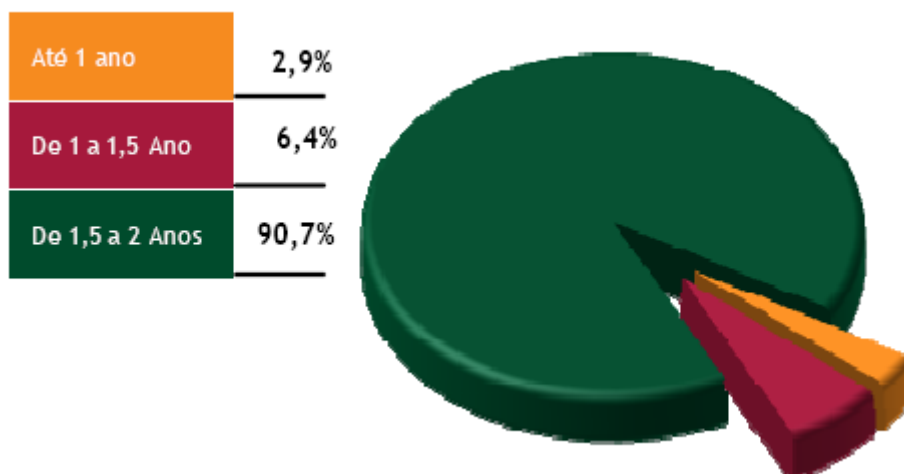
Figura 09 - Agroamigo – Quantidade Operações por Setor de Atividade



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar (BNB), 2012.

Deste modo, observa-se o incremento de atividades não agropecuárias desenvolvidas, que justificam a mudança do perfil da produção rural de muitas localidades, agregando renda ao orçamento dos agricultores familiares. Este fenômeno que vem sendo chamado de pluriatividade, reveste-se de particular importância num cenário de produção agrícola em declínio para os agricultores mais pobres. (GROSSI, SILVA, 2002). Nessa perspectiva, o prazo de pagamento deve ser adequado à atividade desenvolvida pelo agricultor familiar. Assim, muito embora o programa possibilite prazo de até dois anos para pagamento, pode-se verificar, outras variações (Figura 10). Cabe informar que, no modelo tradicional de operacionalização do Pronaf B, esse prazo era normalmente padronizado, sendo sempre de dois anos.

Figura 10 - Agroamigo – Contratações por Faixa de Prazo de Pagamento



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar (BNB), 2012.

Na conjuntura de Nordeste ainda, é interessante lembrar a participação do público feminino na carteira ativa do Agroamigo. Em 2005, as mulheres contribuíram com 43% das contratações, evoluindo para 47% em 2012. Assim, percebe-se que, de fato o Agroamigo tem colaborado para o acesso das mulheres às políticas de crédito no meio rural.

Segundo Magalhães e Abramovay (2006, p. 17),

Financiamento de atividades tradicionais femininas acaba sendo um estímulo à diversificação e à inserção mercantil de produtos e serviços que não faziam parte dos mercados na maior parte dos sertões nordestinos. É na valorização do “trabalho invisível” das que ocorrem as poucas, no entanto expressivas experiências de inovação.

Desse modo, a grande participação feminina, no âmbito do Agroamigo, além de possibilitar a redução das desigualdades de gênero no meio rural, permite a diversificação das atividades não agrícola no meio rural.

Apesar de todos esses dados visualizados demonstrarem crescimento quase que constante em termos contratuais e de recursos disponibilizados ano a ano, muitos outros fatores estão integrados à logística do Programa e à conjuntura do período. Sendo assim, fatores como impossibilidade de acesso repetitivamente ao programa, questões edafoclimáticas, e com menor importância para essa

modalidade, a questão da inadimplência, ainda tem sido complicadores para o futuro do programa.

Por outro lado, esses dados demonstram como o programa tem procurado exceder a pobreza no meio rural nordestino e promover o desenvolvimento sustentável da agricultura. Sabe-se que na região Nordeste, a maioria dos atores sociais beneficiários do programa são agricultores familiares pobres que continuam sobrevivendo à custa de seu trabalho, inclusive com uso de técnicas de produção artesanais, com baixo índice de produtividade do trabalho. Além disso, desde a década de 1990, estudos mostram que existe uma diferença marcante entre agricultura familiar e patronal na região, explicadas pela queda da rentabilidade nas pequenas propriedades agrícolas. Esse fato corroborou para a crescente dependência de rendas não-agrícolas, principalmente das provenientes de políticas públicas como o Pronaf B, para a sobrevivência do pequeno agricultor (Graziano da Silva e Grossi, 1997).

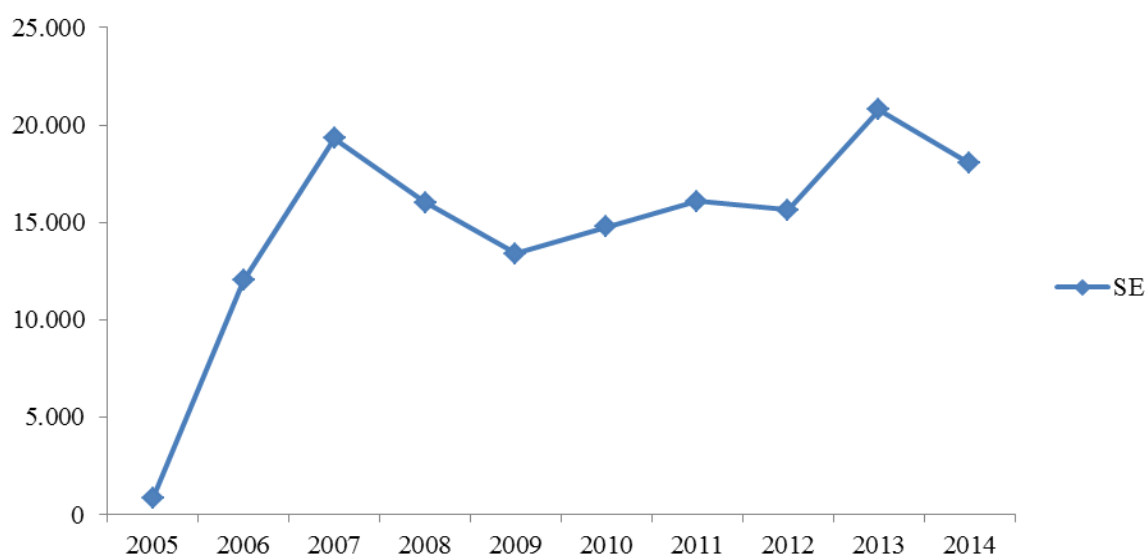
3.4 - ESPACIALIZAÇÃO DO AGROAMIGO NO ESTADO DE SERGIPE

Em Sergipe, já são mais de 10 anos de trabalho, voltados para o desenvolvimento socioeconômico de milhares de agricultores familiares, residentes em 75 municípios que formam o estado. Nessa conjuntura, conforme dados já visualizados acima, o Agroamigo, contabilizou de 2005 a 2014, 108.121 mil contratos efetivados, cuja variação fora da ordem de 1.780%. Além disso, fora visível em números absolutos que de 2005 a 2014, os contratos efetivados passaram por 5 fases: 1- 2005 a 2007 com crescimento de 2.220%; 2- 2007 a 2009, quando observa-se queda constante na ordem de 30,50%; 3- 2009 a 2011, quando o crescimento é discreto e da ordem de 20%, se mantendo estável até 2012, quando a variação é mínima; 4-2012 a 2013, quando o crescimento é retomado e demonstra crescimento de 33%; e, por fim, 5- de 2013 a 2014, quando se observa nova queda contratual do Agroamigo, na ordem de 13,17% (Figura 11).

As respectivas variações são decorrentes das mudanças imposta ao programa no sentido de sua operacionalização ano após ano, além disso, o fato de os agricultores familiares já terem efetivado as três operações suscitadas pelo Programa, e também, sobretudo depois de 2011, quando as questões

edafoclimáticas e mercadológicas passaram a preocupar esses agricultores. Contudo, como o Agroamigo fora uma metodologia nova, muitos agricultores se familiarizaram com ela e as possibilidades de ganho sendo reais, contribuíram diretamente para que a queda contratual não fosse similares a outras linhas do Pronaf e também, auxiliou que os índices de inadimplência não fossem elevados.

Figura 11 – Sergipe: Evolução contratual do Agroamigo 2005-2014



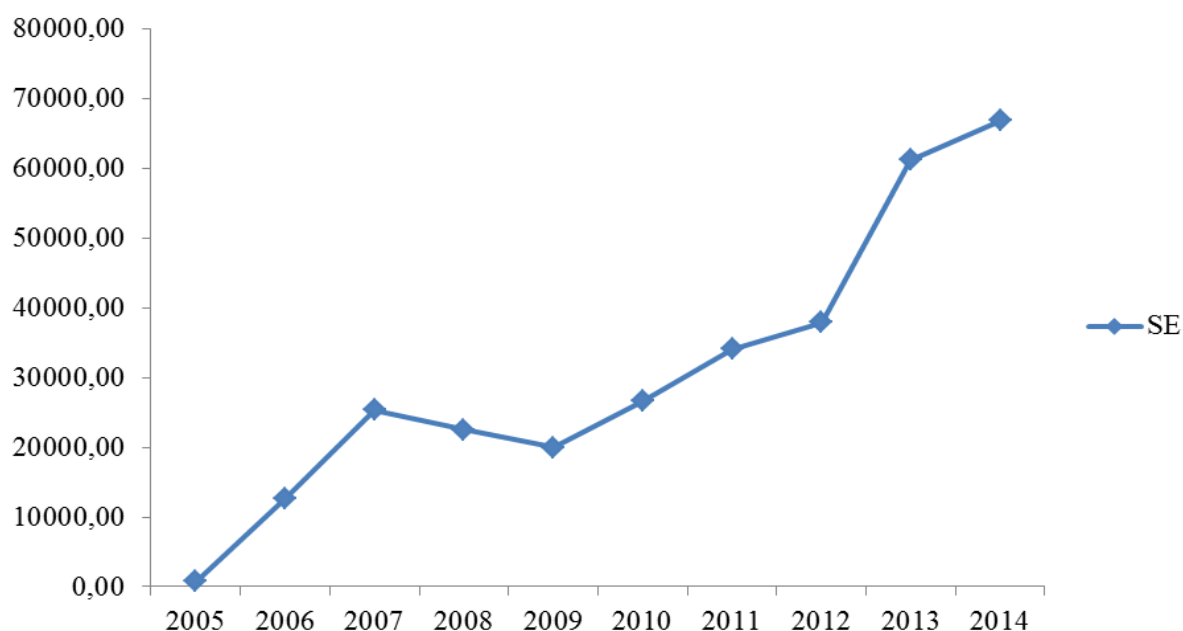
Fonte: BNB (2005-2014).

Em termos de recursos liberados por esse programa, visualiza-se que quase sempre os valores foram crescentes, tendo sofrido pequena perda ente 2007 e 2009, na ordem de 21,2%. O crescimento é bem visível entre 2005 e 2007, na ordem de 3.260,8%; entre 2009 a 2012, quando chegou a 89,70; e ainda, de 2012 a 2014, no dígito de 76,56% (Figura 12). O Agroamigo dispôs em Sergipe nesses 9 anos a cifra de R\$ 307.589,9. Essa variação e valores disponibilizados decorrem da renovação dos contratos existentes e da ampliação do valor do crédito que, em 2005, tinha-se o Pronaf B, com valor de R\$1 mil reais, com juros de 1% a.a.; e, em 2014, o programa esta atendendo aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: “o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf em operações de até R\$ 15 mil, exceto dos Grupos A e A/C” (BNB, 2014, p.15).

Por essas prerrogativas, observa-se quase que uma constância, mesmo com as alterações contratuais, e quase sempre a ampliação do recurso disponibilizado,

que podem ser justificadas na inserção de novos agricultores e mesmo de membros familiares desses mesmos agricultores, que são atraídos segundo Carvalho (2016, p.214) “[...] pela perspectiva da adimplência, com deságio de 25%, quando do pagamento do crédito no prazo previsto, o que acaba por diminuir o valor a ser pago”. Neste tocante, a manutenção contratual e ampliação dos valores disponibilizados são resultantes da forma como esses pequenos agricultores encaram a aplicabilidade do crédito, que se mostram promissor as instituições financiadoras pelos índices de adimplência, que chega a quase 98%, isto é, para o Agroamigo, o índice de inadimplência não chega a 2,5%. Ainda assim, os agricultores que não conseguem cumprir os pré-requisitos estabelecidos, justificam a situação nas intempéries naturais, na falta de conhecimento técnico e de assistência técnica, somado ao gasto com outras coisas ditas prioritárias.

Figura 12 – Sergipe: Evolução em termos de recursos disponibilizados do Agroamigo 2005-2014



Fonte: BNB (2005-2014).

Ainda em relação aos dados contratuais e dos recursos disponibilizados, observa-se que os mesmos estão distribuídos espacialmente no estado de Sergipe. Neste tocante, considerando-se os dados dos anos de 2005, 2010, 2012 e 2014 validam-se as questões suscitadas anteriormente. Sendo assim, em relação aos contratos, ficou visível o decréscimo entre 2005 e 2010, sobretudo em relação aos

municípios de Estância e Riachão do Dantas, que decrescera respectivamente 85,85% e 77,24%. Outros município também sofreram quedas visíveis, caso de Lagarto (51,53%), ainda na porção sul do estado; e de municípios na porção centro-norte do estado, como: Poço Redondo e Nossa Senhora das Dores, que decresceram em 67% ambos, além de Monte Alegre de Sergipe (-63%) e de Nossa Senhora da Glória (-47,4%) (Figura 13). Ao passo que de 2012 a 2014, mesmo havendo decréscimo no total contratual, já se identifica uma ampliação desse aspecto para alguns municípios, como Poço Redondo (137,3%), Porto da Folha (106%), Nossa Senhora da Glória (73,23%), que se justifica na migração de agricultores aptos a acessarem outras modalidades, como do Pronaf Comum para o Agroamigo, assim como pela renovação dos contratos já existentes (Figura 13).

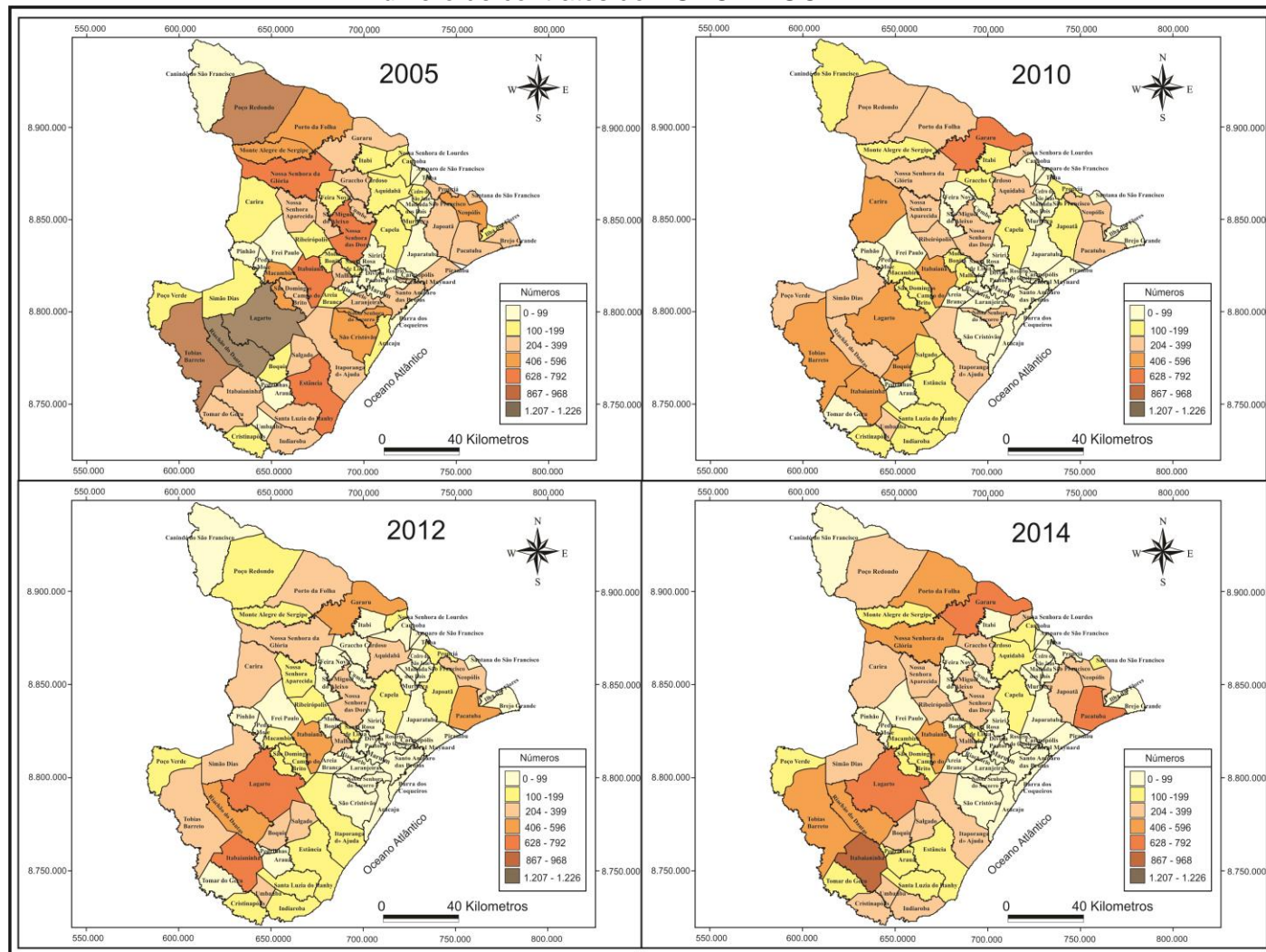
No tocante a evolução contratual espacialmente definida entre 2005 e 2014, a conjuntura se equipara a situação já anteriormente demarcada, mas com uma melhor distribuição contratual entre todos os municípios sergipanos em relação a 2014 (Figura 13). Nesse intervalo também se observou uma variação muito grande entre os dados disponibilizados para Sergipe, no tocante ao total da região Nordeste (disponibilizado pela Superintendência) e ao total disponibilizado por município sergipano (BNB seção Aracaju), que chegou a ser de quase 3.911 contratos. Essa inconsistência quantitativa se deve a adequação que o banco promove através do Manual do Crédito/Banco Central; ao modo adotado por cada agência no sentido de administrar o crédito e/ou a circunstâncias pretéritas, que ocasionou a compatibilização do crédito de investimento ou custeio. Mas ainda assim, é visível uma melhor disposição distributiva do quantitativo contratual em 2014. E, além disso, os tais dados sustentam que o agricultor está ciente das possibilidades de acesso e dos benefícios que o programa trás para o contexto da unidade familiar.

No mais, o que pudemos verificar em termos de variação contratual, entre 2005 e 2014, é que municípios com pequena expressão em termos absolutos tiveram crescimento significativo, caso de Frei Paulo, 875%, que se justifica na expansão dos cultivos comerciais, especialmente do avanço das lavouras de milho; assim como, dos municípios de São Francisco (2.800%), Carira (1.297%), e municípios do sudeste do estado: Umbaúba (663%), Arauá (650%), e Pedrinhas (300%), demonstrando o avanço das práticas produtivas comerciais em pequenas unidades familiares, que se especializam na produção de artigos alimentares. Integrados a essa variação positiva, também se destacaram Siriri (250%), Amparo

do São Francisco (207%), Moita Bonita (172%), Gararu (146%), Simão Dias (132%) e Itabaianinha (125%) (Figura 14). Essa variação é visualizada no exemplo das unidades familiares de Itabaianinha, que após empréstimos, conseguiram diversificar sua produção e ampliar a prática citrícola, ou ainda na ampliação pecuarista visualizada na porção sertaneja do estado de Sergipe (Figura 15).

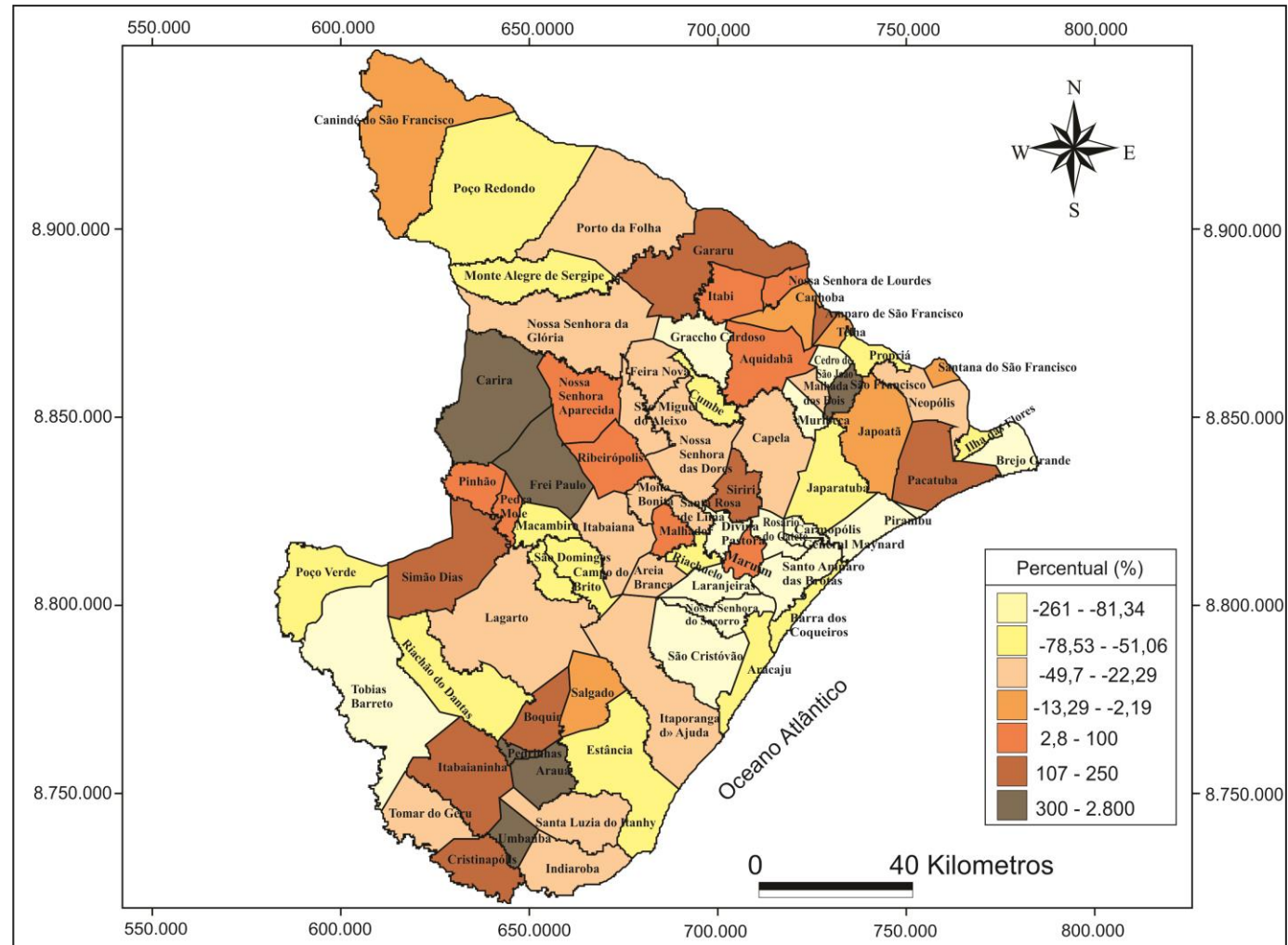
Todavia, também fora muito significativa a variação negativa em termos contratuais, sobretudo para os municípios de Muribeca (-261%), Tobias Barreto (-188,9%), General Maynard (-99%), entre outros (Figura 14). Fato que pode estar aliado à exaustão da atividade produtiva, as questões naturais e também a impossibilidade de renovação contratual do Agroamigo por agricultores que desejavam novamente acessá-lo. Esta impossibilidade de acesso tem sido uma situação de constante desagrado por parcela considerável de agricultores beneficiários do Programa. Sendo assim, essa questão pode ser motivo de uma reavaliação futura do Agroamigo, nesses municípios..

Figura 13 –Sergipe
Número de contratos do AGROAMIGO



Fonte: Dados BNB, 2005-2014 e Atlas SEPLANTEC, 2004.
Organização: Carvalho, 2017.

Figura 14 –Sergipe
Variação do Número de contratos do AGROAMIGO
2005-2014



Fonte: Dados BNB, 2005-2014 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2017.

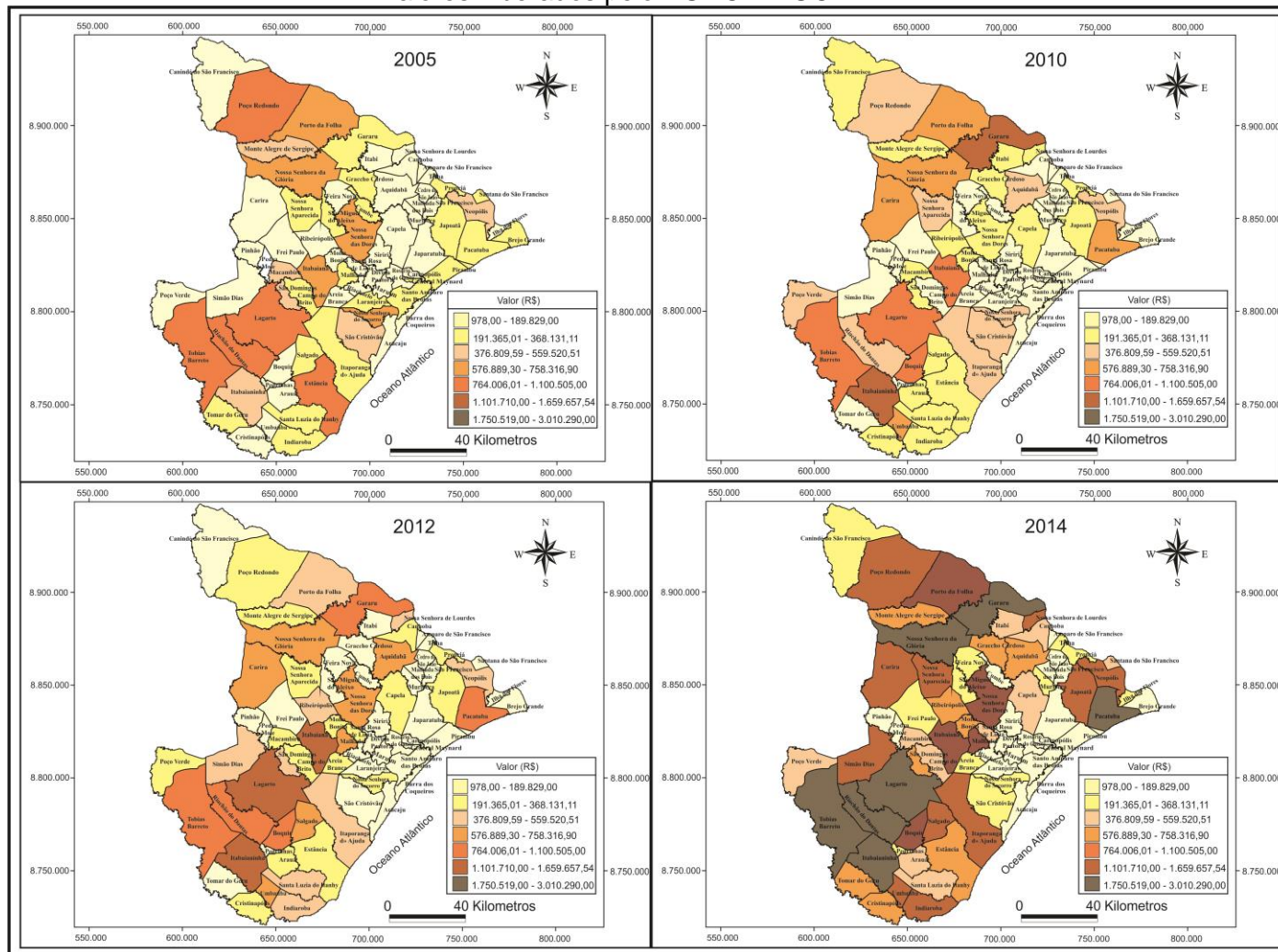
Figura 15 – Unidade Familiar especializada na produção Citricultora



Fonte: Brito (2016).

No que se refere a especializados dos recursos disponibilizados pelo Agroamigo, os dados divulgados pela secção Sergipe e da superintendência do Banco do Nordeste, para o período entre 2005 e 2014, demonstram que se movimentou no estado cerca de R\$ 300 milhões de reais. Tais dados, quando disposto espacialmente, demonstraram quase sempre variação positiva para todos os municípios sergipanos, sendo assim, de 2005 a 2014 o crescimento na liberação de recursos foi da ordem de 139,37%, evidenciando-se de 2005 a 2010, a variação de recursos em 6,57%; e de 2010 a 2014, a variação foi de 124,62%. Apesar dessa variação desproporcional, as espacializações dos dados absolutos do Banco do Nordeste, por município, de 2005, 2010, 2012 e 2014, demonstram equilíbrio em termos de variação (Figura 16).

Figura 16- Sergipe
Valores Liberados pelo AGROAMIGO



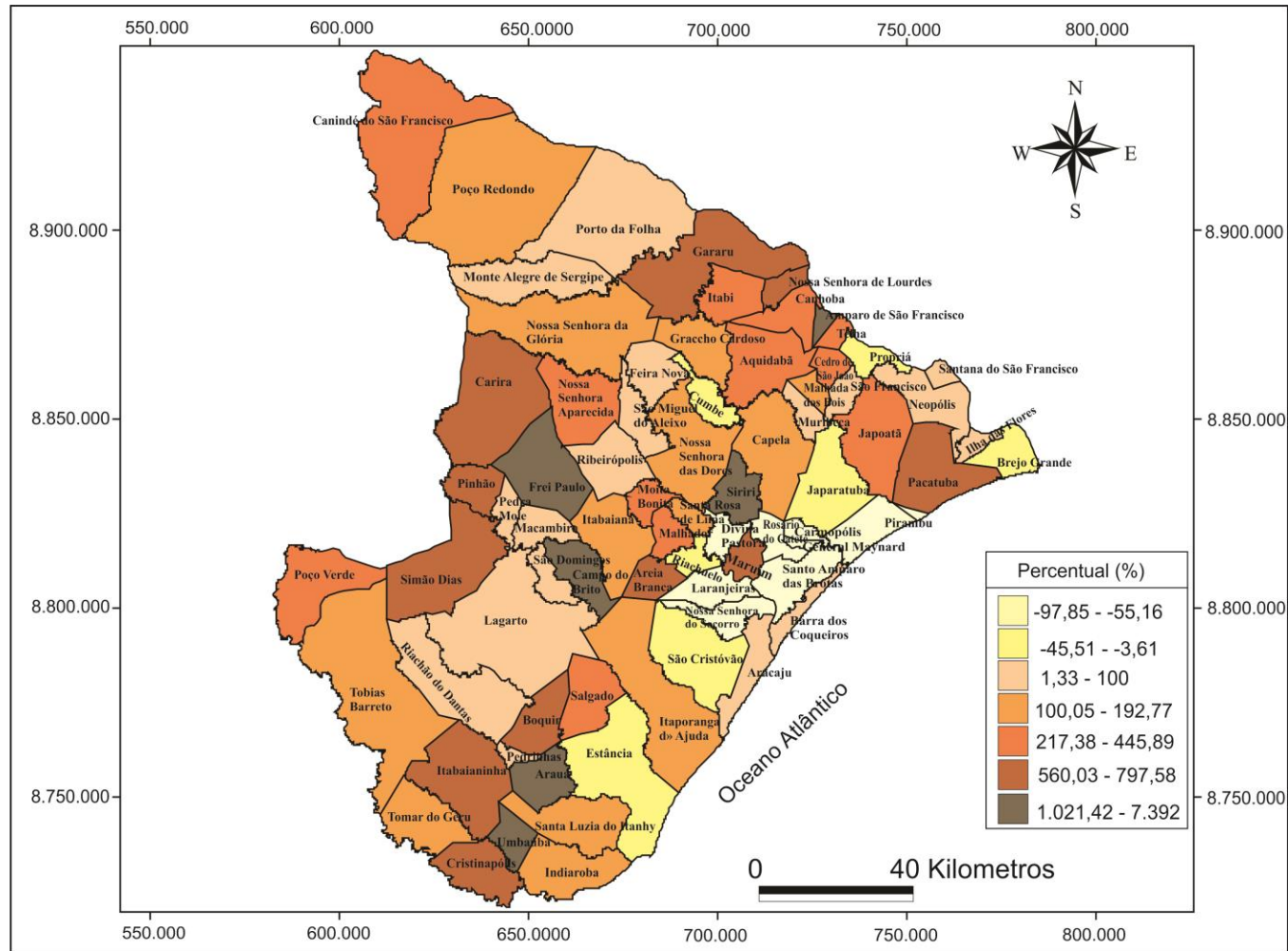
Fonte: Dados BNB, 2005-2014 e Atlas SEPLANTEC, 2004.
Organização: Carvalho, 2017.

A partir da espacialização dos recursos de 2005 a 2010 ficou visível a ampliação na disponibilização de recursos nos municípios de Umbaúba (1.808,5%), Boquim (414%), Gararu (397,81%), Carira (366,18%), Poço Verde (221,90%), Pacatuba (128,15%) e Itabaianinha (123,06%). Em contrapartida, houve municípios que se mantiveram no mesmo intervalo de disponibilização de recursos, caso visível de Lagarto e Tobias Barreto (no centro sul do estado), de Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha (no Sertão Sergipano), Itabaiana (no Agreste) e Japaratuba e Neópolis (na porção nordeste do estado). Mas também houvera decréscimo na liberação de recursos, sobretudo para os municípios de Estância (-73,5%), Riachão do Dantas (-60%), Nossa Senhora das Dores (-41,60%), Poço Redondo (-37%), Monte Alegre de Sergipe (-29,42%) e Nossa Senhora do Socorro (-27,22%).

A variação torna-se mais expressiva, quando se visualiza os intervalos de dados absolutos de recursos disponibilizados, entre 2012 e 2014. A variação positiva é muito forte, sobretudo para os municípios da porção sertaneja, sobretudo Poço Redondo (221,88%), Porto da Folha (190,79%), Nossa Senhora da Glória (147,51%) e Gararu (122,21%), seguidos de municípios do centro sul do estado, como Tobias Barreto (137,75%), Itabaianinha (90,55%), Riachão do Dantas (60,88%) e Lagarto (25,99%), além de Pacatuba (130,36%) na porção nordeste e de Nossa Senhora das Dores (74,37%). Os dados evidenciados por município não retiram o mérito dos demais casos, haja vista, serem praticamente imperceptível a variação negativa, demarcada para três municípios, em destaque: Rosário do Catete (-68,71%), Carmópolis (-42,9%) e Aquidabã (-4,55%).

No tocante a variação por município de 2005 a 2014, demarcou-se que 80% dos municípios sergipanos apresentaram variação positiva para a disponibilização de recursos do Agroamigo, sendo o município de Campo do Brito (7.392%), o de maior destaque, justificado na ampliação das atividades pecuaristas; seguidos de Frei Paulo (3.344,75%), Arauá (2.526,3%), Siriri (1.239,84%) e Amparo do São Francisco (1.021,42%), que pode ser explicado na diversificação produtiva, como também na produção voltada ao abastecimento do agronegócio, caso de Frei Paulo com a ampliação produtiva de milho e gado leiteiro (Figura 17). Toda essa variação pode ser decorrente das mudanças ocorridas no país, sobretudo no contexto político, em que políticas públicas voltadas para as pequenas unidades familiares de produção se ampliavam, assim como, no conhecimento do agricultor, que visualizou nessa política uma forma de agregação produtiva.

Figura 17 –Sergipe
Variação do Número de contratos do AGROAMIGO
2005-2014



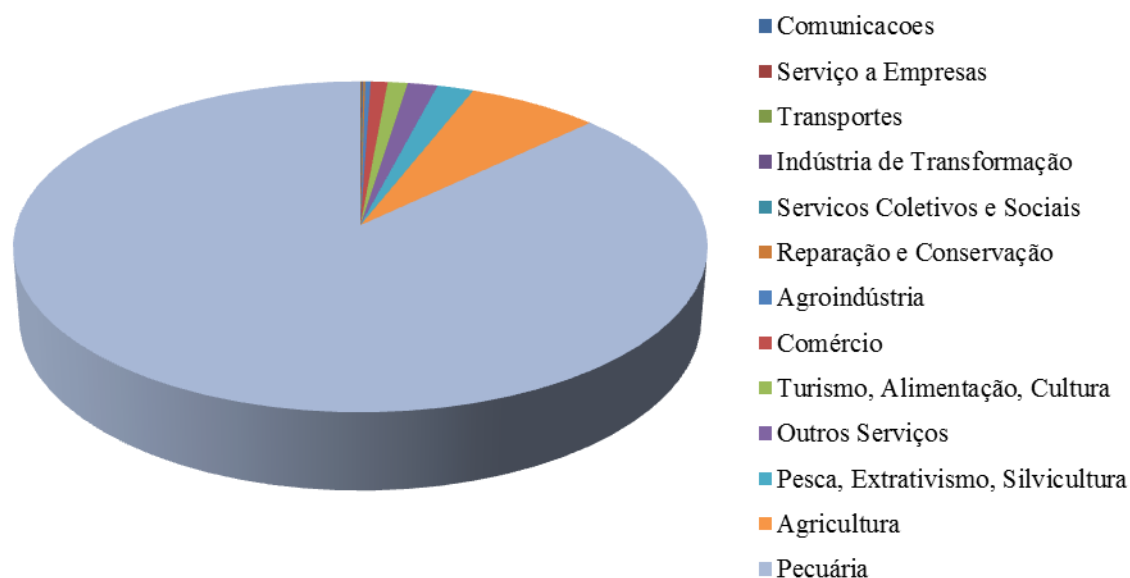
Fonte: Dados BNB, 2005-2014 e Atlas SEPLANTEC, 2004.
Organização: Carvalho, 2017.

3.5 DIRECIONAMENTO PRODUTIVO DO AGROAMIGO EM SERGIPE

O reconhecimento do Agroamigo como atividade potencializadora da produção é visualizado no direcionamento dado ao microcrédito na unidade produtiva. Aspecto validado nos dados concedidos pelo BNB (2005-2014) que demonstram, tanto em 2005 quanto em 2014, o forte direcionamento do microcrédito para a pecuária, com crescimento relativo de 2.285,5%. Além da pecuária, em 2005, outros setores também foram beneficiados com o Agroamigo, como agricultura, turismo, alimentação, cultura e outros serviços.

Em 2014, a efetivação do contrato se manteve fortemente atrelado a pecuária (87%), mas também teve impacto mais significativo na agricultura quando comparado ao ano de 2005, 6,95%; sendo que os demais setores somaram conjuntamente 6% (Figura 19). Esse direcionamento voltado a pecuária tem sido uma prática corriqueira e insistente das agências institucionais que prestam assistência técnica aos agricultores, em virtude de haver uma maior garantia de geração de renda para os agricultores beneficiários com o recurso do Agroamigo. Contudo, a conjuntura dos próprios assessores de Microcrédito Rural, empregados do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), tem contribuído fortemente para que os recursos sejam utilizados em outras possibilidades produtivas e de prestação de serviços, que impacte na geração de renda na unidade produtiva.

Figura 19 - Direcionamento de Contratos por atividades (2014)



Fonte: BNB 2005-2014.

Mediante todo esse contexto de direcionamento produtivo junto as unidades produtivas, o Agroamigo se estabelece como uma garantia real ao desenvolvimento produtivo das unidades familiares de produção, ao tempo que contribui decisivamente para a melhoria da condição social do campo nordestino, sobretudo do sergipano. Sendo assim, mesmo a aplicabilidade da totalidade do recurso na atividade pecuarista não ser a mais indicada, essa tem sido uma forte estimulante das economias locais, seja em escala produtiva, seja em escala de demanda por suprimentos para a criação, seja no aspecto comerciável. Na atual conjuntura, observou-se entre os próprios agricultores, a importância da aplicabilidade em outros segmentos produtivos que ampliem, com a atividade principal, a renda familiar. Aspectos os quais serão analisados mais de perto com os resultados do trabalho de campo, no próximo capítulo.

Quarto Capítulo

4 IMPACTOS DO AGROAMIGO NAS UNIDADES FAMILIARES DE SERGIPE

A agricultura brasileira possui um perfil próprio e peculiar, considerando que foi constituída, desde os tempos do Brasil Colonial, para atender ao mercado externo, tendo como base o plantio de grandes lavouras, ao contrário dos países europeus, que privilegiaram a agricultura familiar.

Entretanto, desde o início da década de quarenta do século passado, Caio Prado Junior registrava que, apesar do Brasil ter superado o período colonial, ele mantinha inalterada essa situação, o que dificultava o acesso do trabalhador rural à economia formal, concentrando, progressivamente, a renda do País (PRADO JÚNIOR, 2004).

Furtado (1980), ao analisar esse momento da história econômica do Brasil, observa que, naquela época, os empresários brasileiros detinham o controle de três quartos da oferta mundial do café, o que lhes possibilitam administrar os preços e a rentabilidade desse produtor, através da produção disponibilizada ao mercado interno.

No Governo Juscelino Kubitschek, outra questão importante, nesta época dizia respeito às deficiências do processo de comercialização, o que ao longo do Governo, foram superados, pois foram construído armazéns para guardar grãos e realizada a expansão do sistema rodoviário nacional.

Na agricultura brasileira, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), tem grande relevância e foi criado em 1965, através da Lei nº 4.829, que tinha como objetivo o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente os pequenos e médios, quando se praticou taxas de juros subsidiadas no País. Como órgãos constitutivos do SNCR foram definidos: O Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco de Crédito da Amazônia e, como vinculados, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, agências de fomento, bancos estaduais, inclusive de desenvolvimento, bancos privados, Caixa Econômica Federal, cooperativas autorizadas a operar em crédito rural e, ainda, sociedade de crédito.

O financiamento subsidiado aos grandes produtores permitiu a expansão desenfreada e abusiva de insumos químicos, o que causou desperdício e degradação ambiental, em detrimento do financiamento de outros itens de

custeio agrícola, tais como, aquisição de sementes melhoradas, especialmente para pequenos e médios produtores rurais (Sayad,1984).

Há unanimidade entre os autores em afirmar que o crédito rural foi o mais importante instrumento que se lançou no Brasil para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias. No entanto, já foi, também devidamente enfatizado que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora (SZMRECSÁNYI, 1997).

O agricultor familiar era tratado da mesma forma que o grande produtor rural, enfrentando as mesmas burocracias bancárias e disputando o crédito rural oficial com os demais produtores. Assim em 1995, foi criado, no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa agrícola destinado aos agricultores familiares. Essa política pública voltada a esse segmento tem dentre os seus objetivos, o aumento da renda e da melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. O programa passa a apresentar um discurso de desenvolvimento sustentável para uma reestruturação produtiva com base na fixação e retorno do homem ao campo.

A sustentabilidade das atividades agropecuárias deve provir da complementaridade no uso dos recursos naturais, associado à habilidade em harmonizar capacidade produtiva às necessidades de suprimento por alimentos e matérias primas. Sachs (2009) propõe cinco paradigmas, para atingir a sustentabilidade no campo: social, ecológica, cultura e geográfico. No entanto, em uma equação matemática, Souto (1005, p.8) procurou definir sustentabilidade somando pobreza, analfabetismo, injustiça social e degradação ambiental, com sinônimo de desenvolvimento humano negativo. A solução proveniente de uma nova configuração rural-urbano mais equilibrada possibilitaria um melhor nível de vida para a população rural, se estiverem inseridas as questões igualitárias para salários, acesso a terra, oportunidade de empregos, entre outros.

Análise realizada pelo Núcleo de Informações Econômicas, da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, apontou que o valor da produção agropecuária em Sergipe apresentou grande evolução nos últimos 18 anos. Entre 1995 e 2012, o valor da produção nas lavouras sergipanas

(temporárias e permanentes) passou de R\$ 231,8 milhões para mais de R\$ 1 bilhão.

As lavouras temporárias foram as que mais cresceram no período analisado, ao passar de R\$ 95,2 milhões, no valor da produção em 1995 para R\$ 672,7 milhões em 2012. Dentre as culturas temporárias, o valor da produção do milho foi o que apresentou maior evolução no período analisado. Em 2012, entre as principais lavouras temporárias do estado, pode-se destacar a produção de cana-de-açúcar, de milho e da mandioca.

Para as lavouras permanentes, o valor da produção evoluiu de R\$ 136,6 milhões para R\$ 356,1 milhões, entre 1995 e 2012. As culturas que tiveram maior crescimento relativo neste período, no estado, foram à plantação de goiaba e tangerina. Em 2002, as lavouras permanentes com maior volume de produção eram da laranja e do Coco-da-baía.

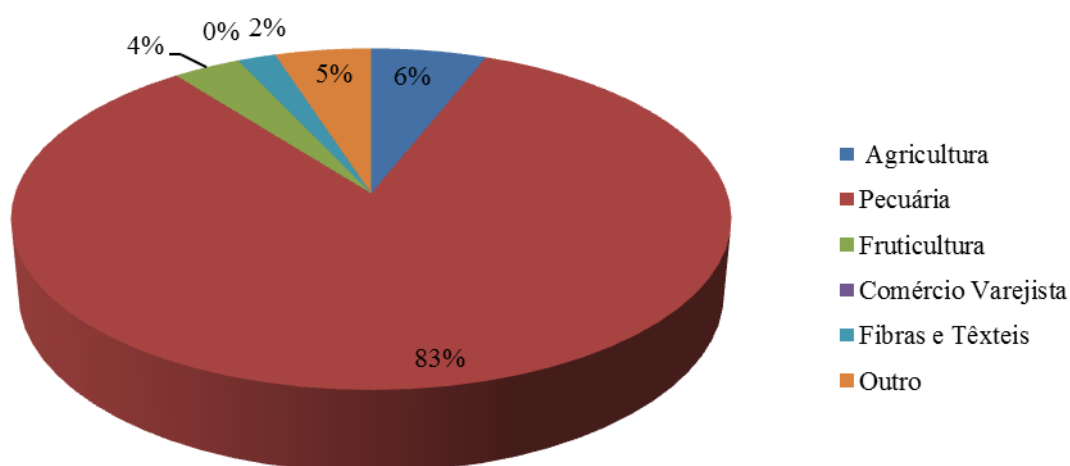
A ampliação da agricultura familiar em Sergipe é visível no crescimento do número de estabelecimentos da agricultura em cerca de 0,83%, com agregação de 832 novos estabelecimentos, apesar do decréscimo em termos de área em 13,06%. Ainda assim, persiste entre as unidades familiares a produção de lavouras temporárias, forrageiras e lavouras permanentes. Os 90.330 estabelecimentos da agricultura familiar, segundo IBGE (2016), ocupa 84% do pessoal ocupado em atividades agrícolas no estado de Sergipe e respondem pela produção de 96% da mandioca, 95% do feijão, 82% do milho, 78% dos suínos, além de outros cultivos, produzidos no estado (CARVALHO, 2016).

Assim, mediante o caráter sustentável da agricultura familiar em Sergipe, auxiliada pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), integrada a metodologia do Agroamigo, tem impactado positivamente nos pequenos empreendimentos agrícolas. Nesse ensejo, a ênfase em analisar como os respectivos beneficiários do programa, em um total de 200 questionados, tem se comportado e alavancado economicamente suas unidades produtivas de Sergipe.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO SÓCIO-ECONOMICA DAS UNIDADES FAMILIARES BENEFICIADAS COM O AGROAMIGO

A média do valor dos contratos efetivado foi de R\$ 4.000,00 entre 200 questionados. Esse valor fora direcionado sobretudo para a prática pecuarista (83%), seguido da atividade agrícola (6%), de outras práticas, como aplicação a atividade pesqueira, atividades informais, com montagem de salão de beleza e aquisição de máquinas de costura (5%), entre outras aplicações (Figura 20).

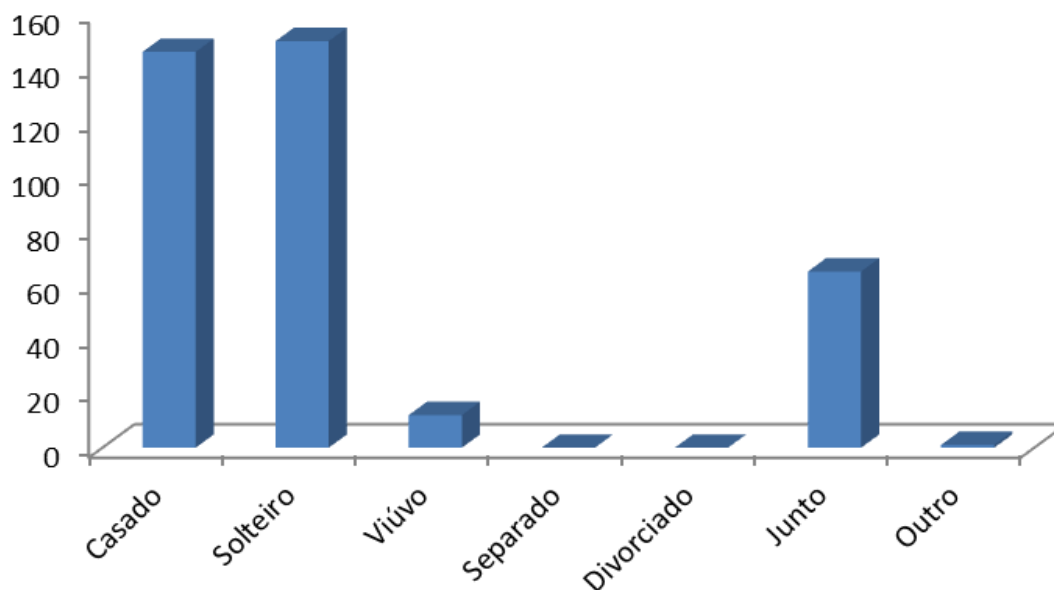
Figura 20 – Atividade financiada pelo Agroamigo em Sergipe



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Para os 200 agricultores beneficiários do Agroamigo (2005 - 2014), computou-se a presença de 374 indivíduos, distribuídos em 51,4% do sexo masculino, contra 48,6% do sexo feminino. Nesse tocante, também é observável que o estado civil se apresenta bem diversificado, sendo constituído por solteiros (40,1%), casados (39%), os que convivem juntos (17,4%), viúvos (3,2%) e em outra condição (0,3%) (Figura 21).

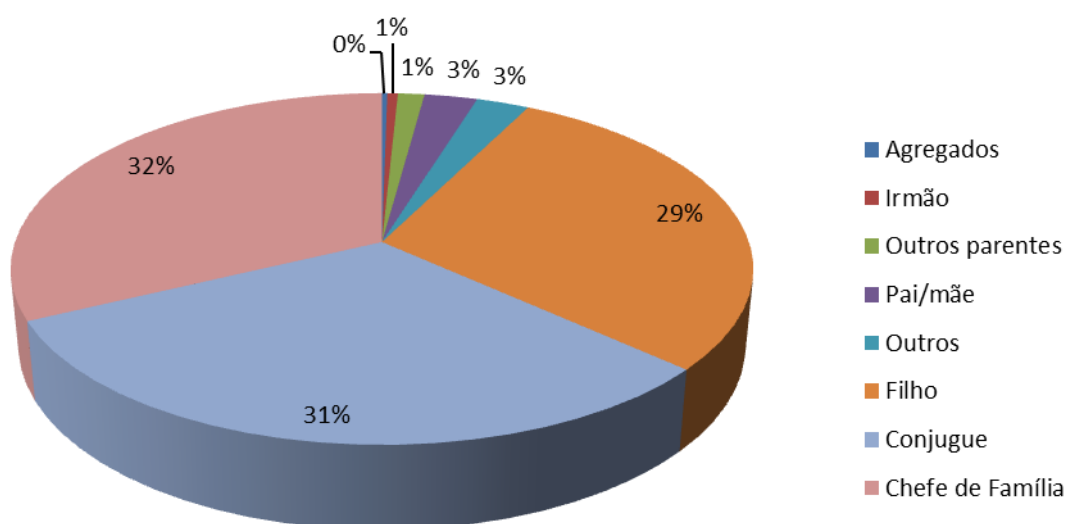
Figura 21 – Estado Civil dos constituintes familiares das unidades beneficiadas com o Agroamigo



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Em termos de grau de parentesco, verificou-se que os beneficiários do Agroamigo estiveram distribuídos conforme a constituição familiar padrão: Chefe de Família (32%), Conjugue (31%) e Filhos (29%); mas também aparecem outros beneficiários que integram a unidade familiar: outros (3%), pai/mãe (3%), outros parentes (1%), irmãos (1%) (Figura 22). Essa organização demonstra a integração familiar no sentido de manter a unidade produtiva, sendo diversificado os que se encorajam no sentido de serem beneficiários do Agroamigo e promover novas fontes de renda.

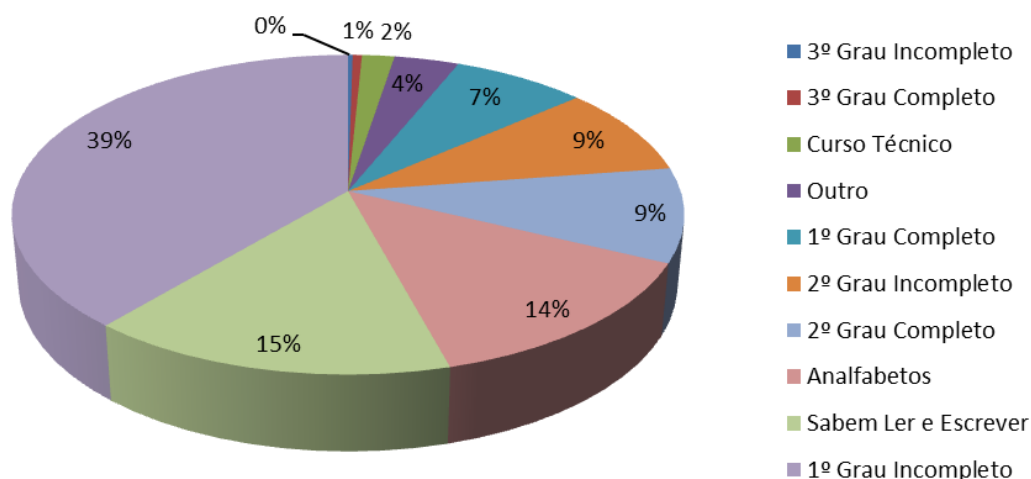
Figura 22 – Grau de parentesco entre os constituintes familiares



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

A diversificação de integrantes familiares que acessam o Agroamigo pode estar aliado ao grau de instrução, em que é percentualmente elevado a correlação entre analfabetos, os que sabem ler e escrever e os que agregam o primeiro grau incompleto (68%). Sendo mínimo o número de pessoas que agregam o ensino superior completo (1%) e mesmo, cursos técnicos voltados a atividade agropecuária (2%) (Figura 23). O referido aspecto pode ser justificado na faixa etária dos beneficiários e mesmo, no direcionamento da família à promoção da atividade agrícola, em que se evidenciava um desprezo pelos estudos. Aspecto que no momento atual tem se fortalecido, mediante a valorização do conhecimento, sobretudo, do direcionado a melhoria das atividades economicos-sociais rurais.

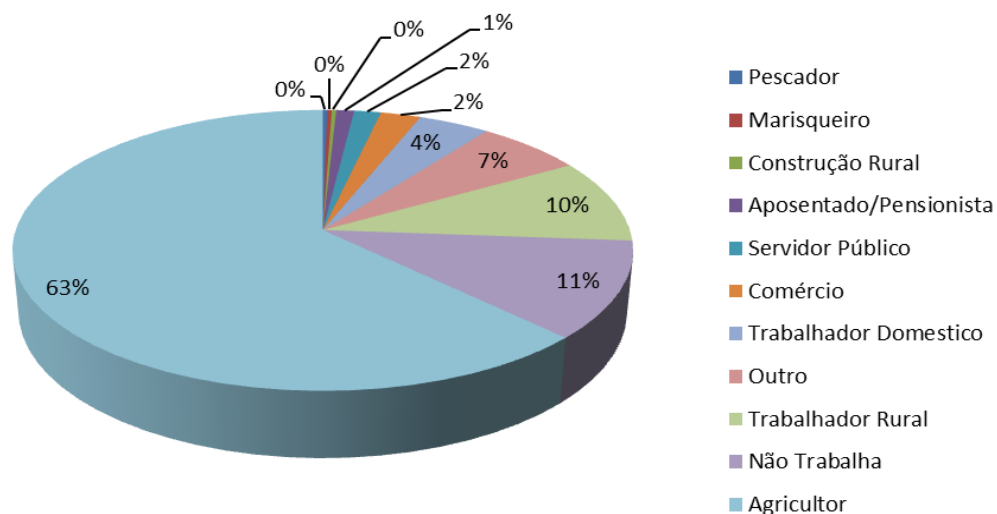
Figura 23 – Grau de instrução dos beneficiários do Agroamigo.



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Os integrantes familiares de beneficiários do Agroamigo tem como ocupação principal a agricultura (63%), seguido de pessoas que não trabalham (11%), dos que são trabalhadores rurais (10%), dos que executam outra atividade (7%), além de 10% que se distribuiu entre marisqueiro, pescadores, trabalhador da construção civil e aposentados, (Figura 24). A maior parte trabalham na própria unidade familiar de produção (62%), seguidos de 11% que não trabalham, 8% dos que trabalham em outras unidades, 7% dos que trabalham em outra atividade fora do estabelecimento e de 12% que se distribuem entre os que trabalham na unidade e fora em atividade agrícola ou não, e em outras atividades.

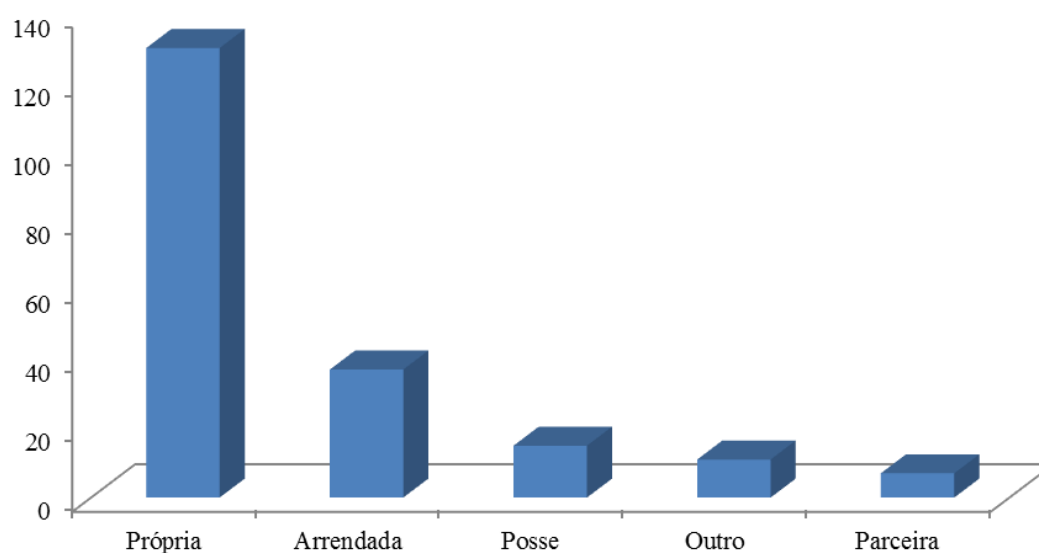
Figura 24 – Ocupação Principal entre beneficiários do Agroamigo.



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

As unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo agregam uma área média de aproximadamente 1 hectare, sendo a condição da propriedade definida em 65% própria, 18,5% arrendada, 7,5% na condição de posse, 5,5% em outra condição e 3,5% na condição de parceria (Figura 25). Os respectivos números evidenciam a quebra de receio dos pequenos agricultores no sentido acessar ao recurso do Agroamigo, como forma de fortalecer a questão produtiva-financeira de suas unidades.

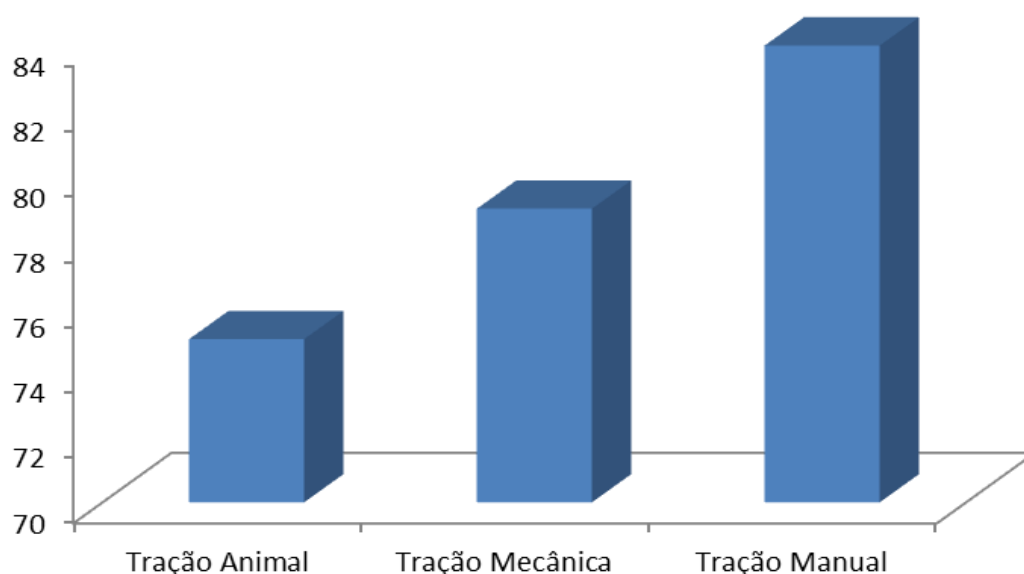
Figura 25 – Condição da unidade familiar



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

As unidades beneficiárias com a metodologia do Agroamigo se utiliza na agricultura de mais de um tipo de tração, sendo assim, 42% se utilizam de tração manual, ao passo que 39,5% se utilizam de tração mecânica e 37,5% se utiliza de tração animal (Figura 26). Esses dados demonstram que as unidades são humildes e poucas potencializam sua produção utilizando-se de tração mecânica, sendo ainda comum utiliza-se de trações consideradas tradicionais e/ou atrasadas em relação ao padrão de modernidade imposto pelo mercado de tecnologias agrícolas atual.

Figura 26 – Trações utilizadas nas unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo

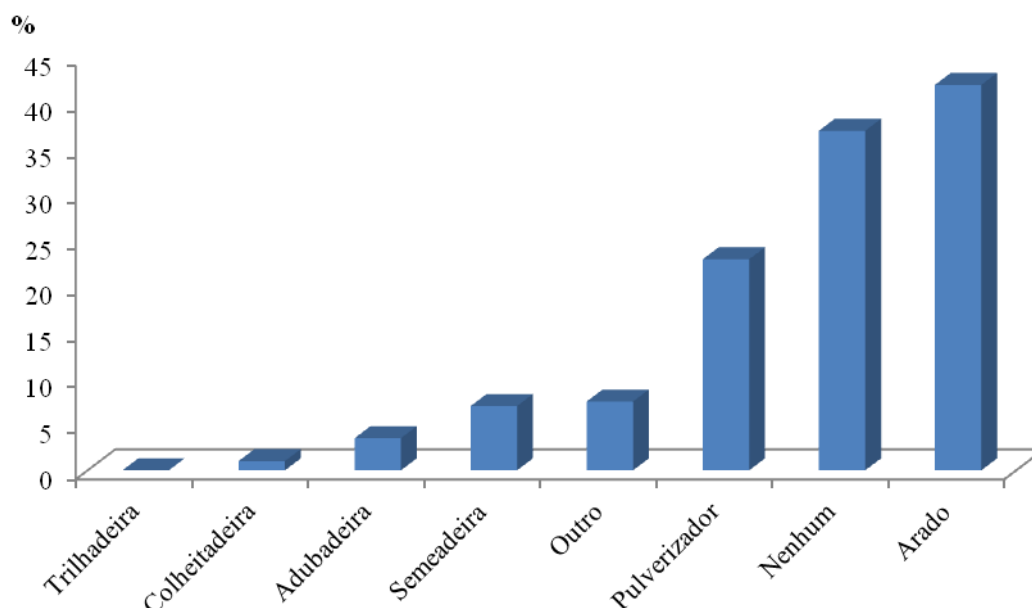


Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Na mesma constante, verifica-se que nem todas as unidades possuem equipamentos disponíveis e nem locados com a finalidade de trabalhar a terra. Mas os que dizem se utilizar de equipamentos, o fazem principalmente com arado (42%), pulverizador (23%), semeadeira (7%) e adubadeira (3,5%) (Figura 27). Os dados validam como a pequena agricultura familiar sergipana apresenta baixa inserção tecnológica, sendo discriminado mais fortemente a presença de trator, precisando-se analisar mais profundamente o caráter econômico da mesma, isto é, o modo como ela está se estruturando e se mantendo concorrente no mercado com o auxílio do Agroamigo, que é

considerado um programa de vantagens para esse pequeno agricultor que subsiste a partir da terra.

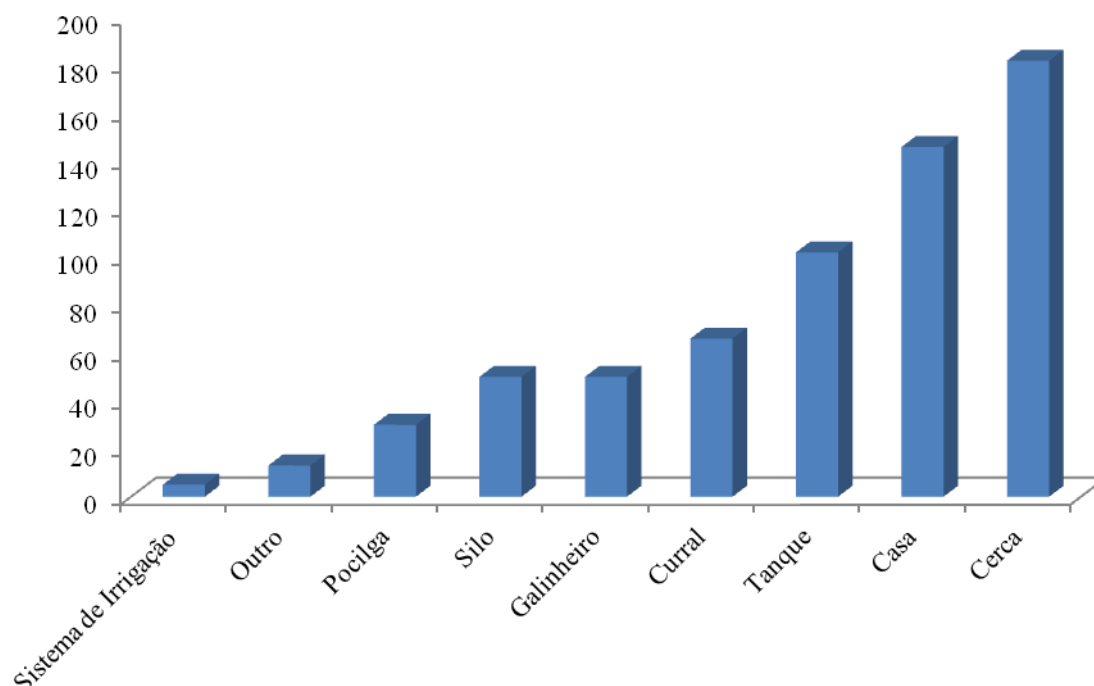
Figura 27 – Equipamentos disponíveis e utilizados nas unidades familiares



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Ainda assim, os agricultores beneficiados com o Agroamigo mostram que a infraestrutura da unidade produtiva agrega certo aparato, em termos de benfeitorias, podendo ser especificado a presença de cerca em 91% das unidades, seguidos da estrutura residencial em 73%, além da presença de tanque (51%), curral (33%), galinheiro (25%), silo (25%), pocilga (15%), sistema de irrigação (2,5%) e outras estruturas (6,5) (Figura 28). As unidades também apresentaram especificidades em relação as formas de abastecimento de água, tendo sido comum a 58,5% dos entrevistados, a presença de água encanada proveniente da Companhia de Abastecimento de Sergipe (DESO), mas também, o abastecimento proveniente de rio, açude ou barreiro (19,5%), poço ou nascente (17,5%), além de outras origens. Deste modo, valida-se a boa condição desse pequeno agricultor familiar, que mesmo não agregando aparato tecnológicos expressivos, prioriza o trabalho como sinonimo de geração de bem estar social.

Figura 28- Benfeitorias existentes nas unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo.



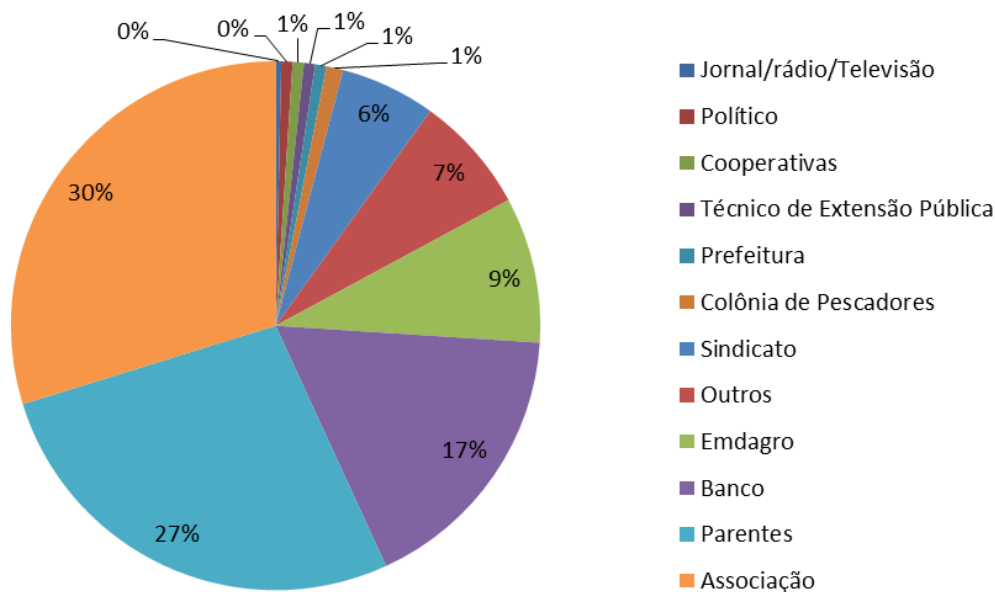
Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

4.2 CONHECIMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSERÇÃO TECNOLÓGICA NAS UNIDADES BENEFICIADAS COM O AGROAMIGO

O Agroamigo é um programa inovador, haja vista em suas linhas de definição conduzir o agricultor familiar ao processo produtivo, acompanhado tecnicamente e estimulando a inserção de tecnologias, com finalidade de alcançar novos parâmetros de desenvolvimento das unidades beneficiadas. O conhecimento sobre o programa foi viabilizado segundo os agricultores pelas associações locais (30%), parentes (27%) e representantes bancários (17%), sobretudo. Contudo, a viabilização do conhecimento sobre o programa não é definida por um viés, ocorreu aliado a outras variáveis, como divulgação em emissoras de rádio/televisão, empresas prestadoras de serviços técnico público/privadas, sindicatos e etc (Figura 29). Ao referido aspecto alia-se ainda a divulgação individual de sucesso sustentada pelo programa dentro das unidades produtivas, demonstrando que o agricultor familiar não está isento

das mais variadas formas de informação sobre os programas de acréscimo produtivos.

Figura 29 – Formas como o Agricultor tomou conhecimento sobre o Agroamigo.



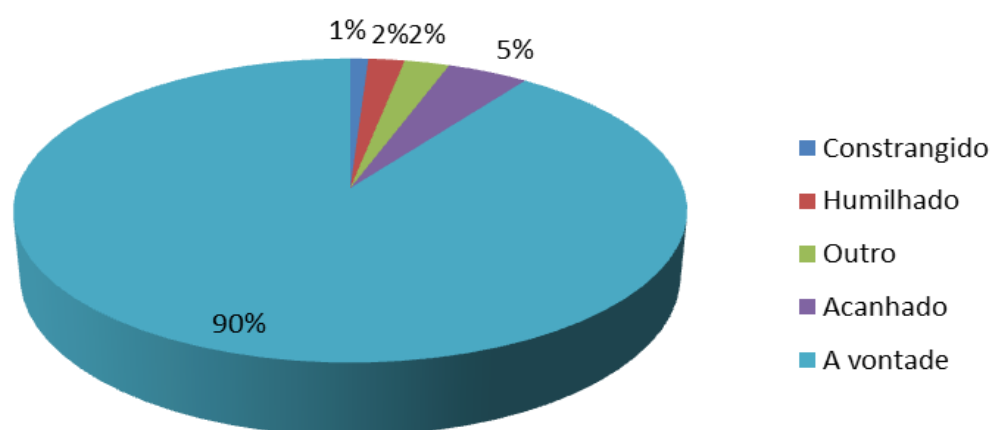
Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Os agricultores familiares apontaram ainda ter recebido o recurso do Agroamigo em depósito em conta (66,5%), em dinheiro (30,5%), de outro modo (2,5%) e em cheque (0,5%). A forma de acesso ao recurso do empréstimo do Agroamigo nas agências bancárias demonstra a forma institucionalizada para que o agricultor num eventual sinistro não tenha perda total do empréstimo. Isso porque, a parcela disponibilizada, variou entre os entrevistados do Agroamigo, entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.500,00, que é acessada diretamente na agência bancária, com direito a renovação por mais duas vezes; e cujo pagamento em dias, dá o direito de abono de 25% no valor do recurso total.

Em relação ao sentimento de ir ao banco realizar o contrato, os agricultores apontaram em 90%, se sentirem bem a vontade, ao passo que 10% estiveram distribuídos entre os que se sentiram acanhado, outros, constrangidos e humilhados (Figura 30). O recurso fora direcionado sobretudo para a compra de animais (52%), Custeio Pecuário (14%), construção de tanque/cisterna (9%), custeio agrícola (5%) e atividades não agrícolas, compra de máquinas e equipamentos, pagamento de dívidas, construção de cerca,

reforma de instalações e outros investimentos, que conjuntamente perfizeram 20%. Esses dados demonstraram que o pequeno agricultor familiar sergipano está seguindo as regras do programa e priorizando a sustentabilidade produtiva de sua unidade, mesmo ainda havendo atividades consideradas inviáveis em termos de geração de renda.

Figura 30- Sentimento em relação a chegada na agência bancária.



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

O agricultor ainda demonstrou ter conhecimento referente as obrigações contratuais (96,5%), no tocante ao acompanhamento de prazos de pagamento, através da observação constante do contrato realizado junto a agência e por meio do carnê, que aponta a data de restituição do valor aderido no programa. Os agricultores (93,5%) afirmaram que não enfrentou nenhum tipo de dificuldade para acessar o programa, apesar de afirmarem que foi muito demorado; e 97% relataram que estão conseguindo pagar o empréstimo.

Do total de agricultores beneficiados com o Agroamigo, 31% informaram que tiveram membros de suas famílias beneficiados com o mesmo (Agroamigo) e outras modalidades do Programa, como Pronaf Comum, Pronaf Mulher e Pronaf Mais Alimento. Este fato demonstra que há um incentivo para que os pequenos agricultores familiares evoluam em novas etapas de empreendimento agrícola, ao tempo que demarca a falta de coragem de muitos

outros agricultores de evoluírem no sentido do empreendedorismo agrícola. Tal conjuntura é justificada na falta de um acompanhamento consiso da assistência técnica pública, que é demarcada como praticamente ausente.

Carvalho (2016) já apontava para agricultores beneficiados com o Pronaf B (Agroamigo) em 2012, que a assistência técnica era efetuada basicamente pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) de modo deficitário, haja vista a falta de profissionais e equipamentos para a promoção do trabalho, sendo que as secções executoras dessa ação lamentava

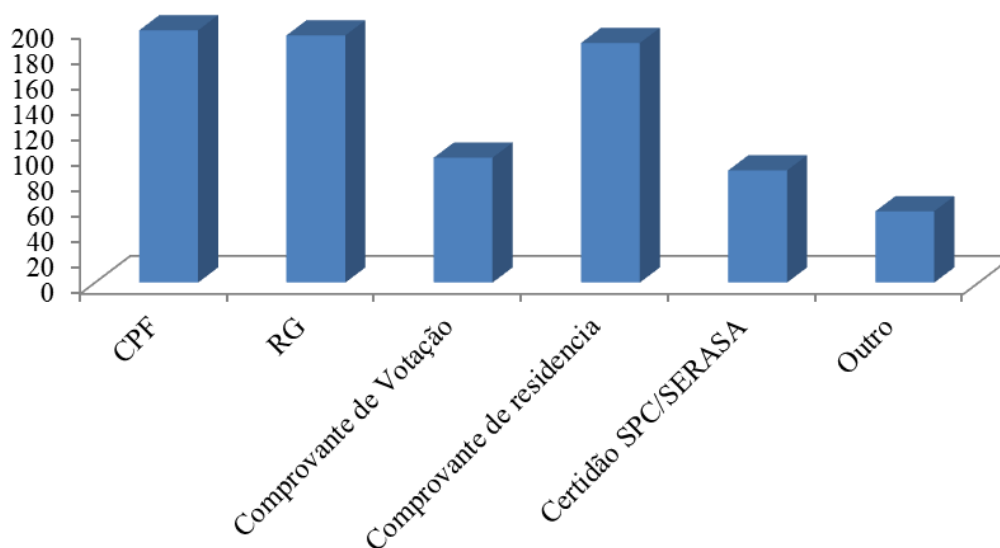
[...] não atender todos os agricultores e alegam que a prioridade em atender os pronafianos deve-se à necessidade de esse agricultor ter acompanhamento para evitar o uso incorreto do dinheiro e concretizar o objetivo do programa em garantir sustentabilidade produtiva. Tais problemas, ao lado da falta de infraestrutura, e a persistência ainda de técnicos em idade de se aposentar têm diminuído a potencialidade do trabalho desses assistentes técnicos em todos os municípios (Op. Cit, p.300).

A referida questão também é compartilhada entre outros escritórios da EMDAGRO, em municípios como Nossa Senhora da Glória, Gararu e Itabaianinha, que pontuam assistir praticamente todos os agricultores pronafianos. Segundo um dos chefes dessas unidades, o acompanhamento do agricultor ocorre principalmente em grupo e relacionado ao custeio, “[...] a distribuição da semente é feita, adubação análise do solo é feito grupalmente e quando é o caso de uma praga, uma doença é mais pontual (BONFIM, 2015)”. Essas unidades também trabalham

Em média atende 200 produtores e os técnicos locais atendem 150, porque tem atividades administrativas. Nós temos também outro controle grande aqui o siga de assistência técnica, o siga também tem o controle tanto da área animal como da área vegetal. [...] Nós temos a parte do controle não somente aqui, nós temos o controle nas barreiras fiscais [...] entre Alagoas e Bahia os postos de fiscalização. Porque posto de fiscalização, nós estamos a 17, 18 ou 19 anos que não temos febre aftosa, muitos anos né! Da área vegetal temos controles nas barreiras, temos duas barreiras na nossa região, temos em Niterói que é município de Porto da Folha e em Canindé lá em baixo próximo da fonte. Fica na beira do rio (Op. Cit.).

A Empresa ainda é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão. Para 64% dos agricultores essa emissão ocorreu pela ação da Emdagro, ao passo, que 33,5% acreditam ter sido direcionado pelos sindicatos de trabalhadores rurais e 2,5% informaram ter acessado a DAP através das Colonias de Pescadores/SEAP. Os agricultores apontaram que não pagaram para receber a DAP (97,5%), mas os que apontaram ter pago para acessá-la (2,5%), disseram ter pago valores entre R\$3,00 e R\$60,00. Além disso, 85% dos agricultores disseram não ter sido exigido garantias pelo banco, ao passo que 46% demarcou ter sido exigida a escritura do imóvel rural e documentos pessoais (31). As evidências demonstram como o agricultor está evoluindo em termos de acesso aos recursos institucionalizados, tal qual o Agroamigo.

Figura 31- Documentos exigidos aos beneficiários do Agroamigo.

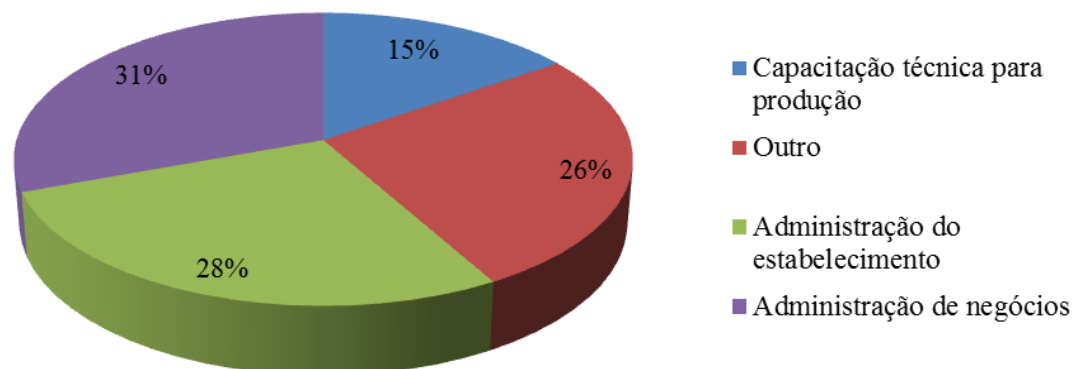


Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Nessa conjuntura, a aplicação da metodologia do Agroamigo contribui para a persistência da assistência técnica. Além disso, segundo amostragem de 49% dos 200 agricultores entrevistados, o Agroamigo tem prestado cursos de orientação para realização do financiamento do Agroamigo, a partir de reuniões comunitárias e mesmo de festividades no meio rural voltadas as práticas agrícolas. A orientação volta-se sobretudo a administração de negócios (31%), administração do estabelecimento (28%), outro tipo de orientação (26%) e capacitação técnica para produção (15%) (Figura 32). As

orientações validam a ênfase na gestão sócio-financeira da unidade produtiva, ao passo que 92,85% apontaram ter acarretado melhorias no desempenho de sua unidade produtiva, com ampliação de renda e produção.

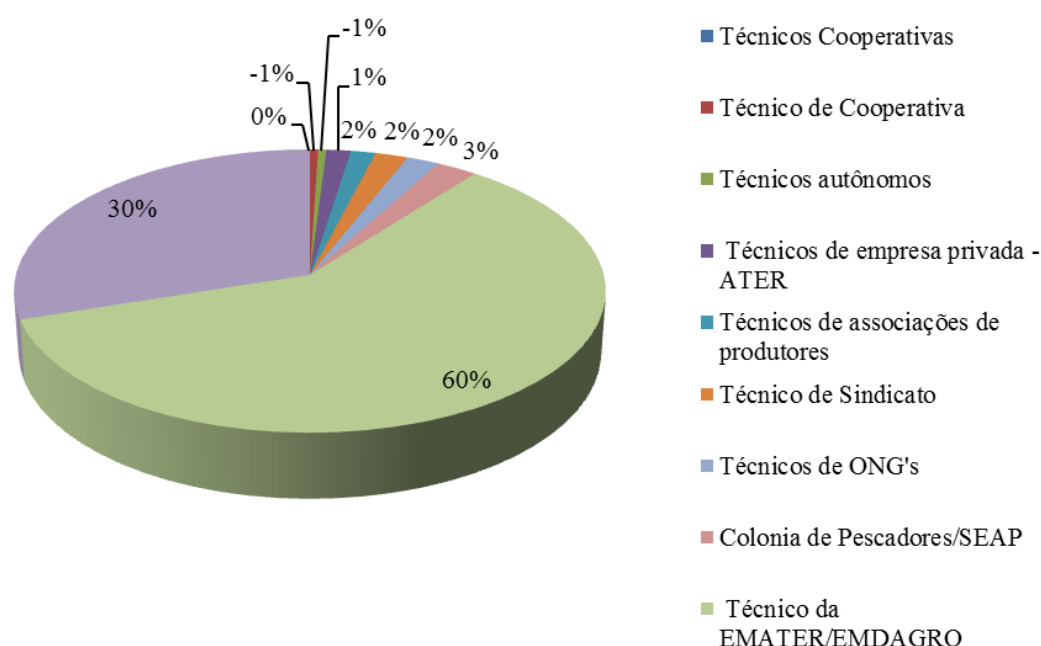
Figura 32- Orientações prestadas as unidades familiares beneficiadas com o Agroamigo.



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Em relação a assistência técnica prática, observou-se que 60% recebeu algum auxílio advindo da Emdagro, ao passo que 30% demarcaram não ter recebido nenhuma assistência e 10% comentaram ter recebido assistência por parte de outras entidades, como de colônia de pescadores, empresas privadas, técnicos de ONG's, de técnicos de associações, técnicos autônomos e de cooperativas (Figura 33). Esse formato de assistência demonstra, que mesmo havendo mudanças peculiares na conduta do programa, uma ação fortemente coordenada por parte da empresa estatal, que respalda a emissão da Declaração de Aptidão (DAP), a aplicação de outros programas conjuntamente, como o banco de sementes.

Figura 33 – De quem recebe assistência Técnica?



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

A DAP é emitida, segundo informou 64% dos entrevistados, sobretudo pela Emdagro, seguido de 33,5% que a conseguiram com o Sindicato Rural e 2,5% com a assossiação de pescadores. A mesma não foi cobrada em 96,5% dos casos, ao tempo que 5 clientes informaram ter pago, valor médio de R\$ 23,00. Na efetivação do contrato não foi exigido garantia real (85%) e documentação do imóvel (36%), mas fora exigido na transação a apresentação do RG, CPF, comprovante de votação e comprovante de residência. Tais procedimentos demonstrou como o Agroamigo é pouco burocrático frente a outros programas federais, que não apresentam auxílio técnico e com taxas de juros de mercado.

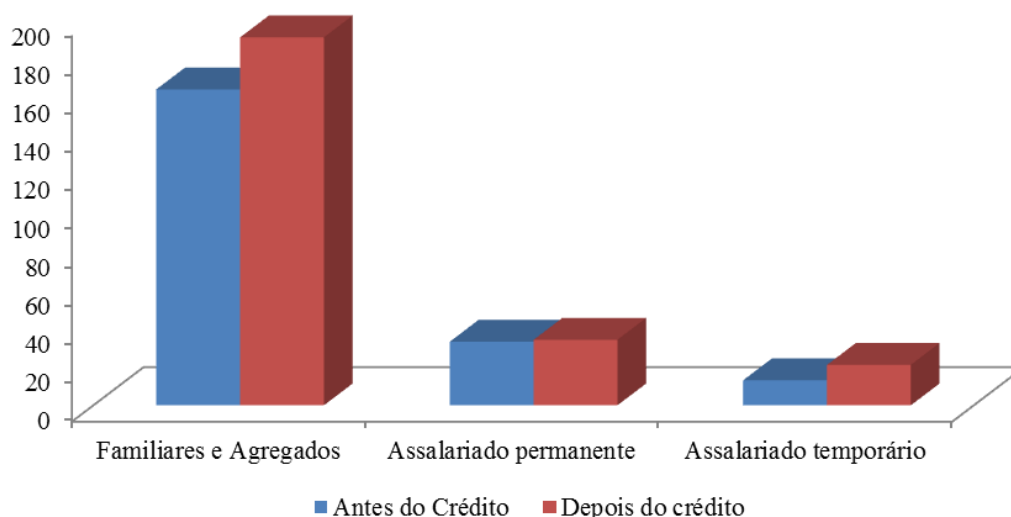
Sendo assim, o Agroamigo, apesar de toda a problemática existente no sentido de ainda não ser acessado por todos os agricultores, é um programa pouco burocrático e de fácil acesso por todos os agricultores que assim o deseja. Sabe-se da necessidade de uma efetiva assistência técnica, que acompanhe esse agricultor desde a promoção do interesse pelo programa, ao tempo que possibilite de forma mais facilitada o acesso por parte desses agricultores as instituições bancárias, onde, com documentação correta, os mesmos serão beneficiários do programa.

4.3 DO TRABALHO À PRODUÇÃO

As unidades agrícolas rurais sergipanas apresentam diversificadas relações de exploração familiar de trabalho, que partem das relações consanguíneas às relações de assalariamento. Tal conjuntura já era referendada a nível internacional, por Lamarche (1993), quando da análise da centralidade da família no sentido de produzir e na articulação com as demandas do mercado. Assim, a exploração familiar corresponde, segundo Lamarche (1993, p. 15), “[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. No Brasil, essa correlação vinha sendo fortalecida pela modernização agropecuária, disseminada pelo meio técnico-científico-informacional, que estimulou a eficiência da gestão e trabalho familiar.

Sendo assim, em Sergipe, a partir da pesquisa realizada com os 200 pronafianos, beneficiados com a metodologia do Agroamigo, observou-se que após acesso ao crédito, o número de familiares trabalhando na aplicação do recurso subira em 16,46%; do mesmo modo, haverá ampliação na contratação temporária (61,53%) e na contratação com salário permanente (3%) (Figura 34). Essa ampliação nas formas de trabalho entre as unidades familiares demonstram como o recurso do microcrédito favorece a ampliação de perspectivas econômicas no meio rural, ao tempo, que contribui para a manutenção e o retorno das pessoas a vivência no campo.

Figura 34 – Número de pessoas que trabalham nas unidades beneficiadas com o Agroamigo



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Diante da ampliação do número de pessoas trabalhando no mundo rural, após acesso ao microcrédito, foi possível observar também que a produção total aumentou cerca de 55,74%, sendo esse aumento apontado por 141 indivíduos pesquisados. Tais agricultores apontaram ainda, terem tido ampliação produtiva na produção agrícola em 34,76% e na pecuária de 50%. Aspecto que enfatiza o direcionamento do microcrédito para a criação de gado, sobretudo de vacas, a fim de terem uma seguridade para o pagamento do empréstimo com o bezerro.

Este fato foi validado sobretudo na porção sertaneja, a exemplo do que ocorre no município de Nossa Senhora da Glória, cuja agricultura familiar se constitui de 2.493 estabelecimentos, que representam 86,7% do total municipal, com área média de 13,35 hectares por estabelecimento. Esse município tem os estabelecimentos familiares ocupados especialmente por lavouras temporárias (74,80%), pastagens (45,36%), lavoura com áreas de forrageiras para corte (40%) e lavoura permanente (8,4%) (IBGE, 2006). Diante a realidade, a pesquisa em campo demonstrou que algumas unidades produtivas, tem destacado a produção pecuária, conjugada a produção agrícola, que contríbuiem para a produção de silo e pastagens, que mantém a criação (Figura 35).

Figura 35- Produção Pecuária juntamente a produção de palma e silo em Nossa Senhora da Glória/SE



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Apesar da expressividade no que tange a aplicação do microcrédito na produção pecuária, essa realidade não tem sido unânime, pois municípios como Itabaianinha, também agrega destaque na produção agrícola consorciada a criação pecuária. Esse município apresenta produção diversificada, conforme já previamente apresentado por Carvalho (2016), em que pese o fato de o recurso do microcrédito do Agroamigo contribuir para a ampliação das práticas policulturas, conforme validado em trabalho de campo (Figura 36). O município se constitui de 4.197 estabelecimentos rurais, sendo 89,13% classificados como familiares, cujo tamanho médio da propriedade era de 5,47 hectares por unidade familiar (IBGE, 2006), sendo a produção expressiva “[...] de laranja, 7% do total estadual. Os estabelecimentos familiares de Itabaianinha estão ocupados especialmente com lavouras permanentes (52,41%), lavouras temporárias (36,75%), pastagens (54,07%),

lavouras com forrageiras para corte e matas (10,28%)” (CARVALHO, 2016, p.271-272).

Figura 36- Produção agrícola e criação no município de Itabaianinha/SE.



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Os agricultores questionados sobre a produção da agricultura em suas unidades afirmam que atribuem fortemente ao Agroamigo a responsabilidade pela modificação na quantidade produzida. Isso fora demarcado por 72% dos beneficiários, ao passo que 28% atribuiu em parte ao Agroamigo essa modificação produtiva e menos de 1% consideraram que o programa e sua metodologia em nada auxiliou na questão produtiva de suas unidades familiares.

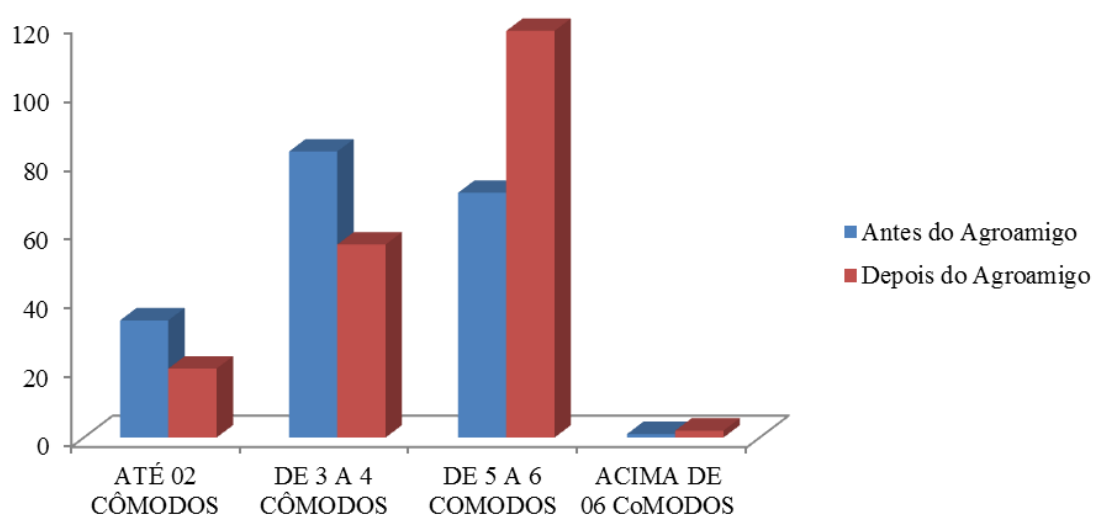
Contudo, é fato que houvera maior diversificação produtiva por parte dos agricultores beneficiados com o programa. Muitos agricultores passaram a se dedicar a atividades anteriormente consideradas apenas a partir da demanda da família, caso do milho, que explodiu em termos produtivos em várias unidades e tem abastecido mercados longíquos, como Pernambuco e Bahia (Carvalho, 2016). Essa produção se alia por vezes ao cultivo de feijão e ao desenvolvimento de outras raízes. Soma-se aí também a valorização da pecuária bovina, mas sobretudo da avicultura e suinocultura.

4.4 CONDIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS DO BENEFICIÁRIO DO AGROAMIGO

Os agricultores familiares quando questionados em relação a suas moradias, apontaram o apreço pela consolidação de melhorias infraestruturais. Tanto que, mesmo antes do acesso ao microcrédito, 5% desses atores possuíam moradia de alvenaria com piso, acabamento e ainda, eram forradas; 43% apontaram possuírem residência de alvenaria com acabamento de reboco e piso; ao passo que 26,5% também eram possuídos de residência com alvenaria e reboco. Ainda assim, foi notório entre 5,5% dos entrevistados a falta de residência no terreno, como também, 20% dos agricultores demarcaram a falta de uma infraestrutura residencial apreciável, sendo comum casas de taipa.

Apesar disso, após acesso ao programa foi possível observar a ampliação de número de unidades familiares com residência em cerca de 3,5%. Outro destaque ficou para a ampliação no número de cômodos, sobretudo entre os com ou mais de 6 cômodos (100%) e os que tem entre 5 e 6 cômodos, cujo aumento fora de 66% (Figura 37). Além disso, fora visível diminuição de residências com cômodos entre 2 e 4, o que demonstra uma evolução financeira das unidades familiares e a necessidade buscada pelo agricultor de ter um mínimo de conforto para oferecer a família.

Figura 37- Evolução do número de Cômodos nas unidades familiares beneficiárias do Agroamigo.



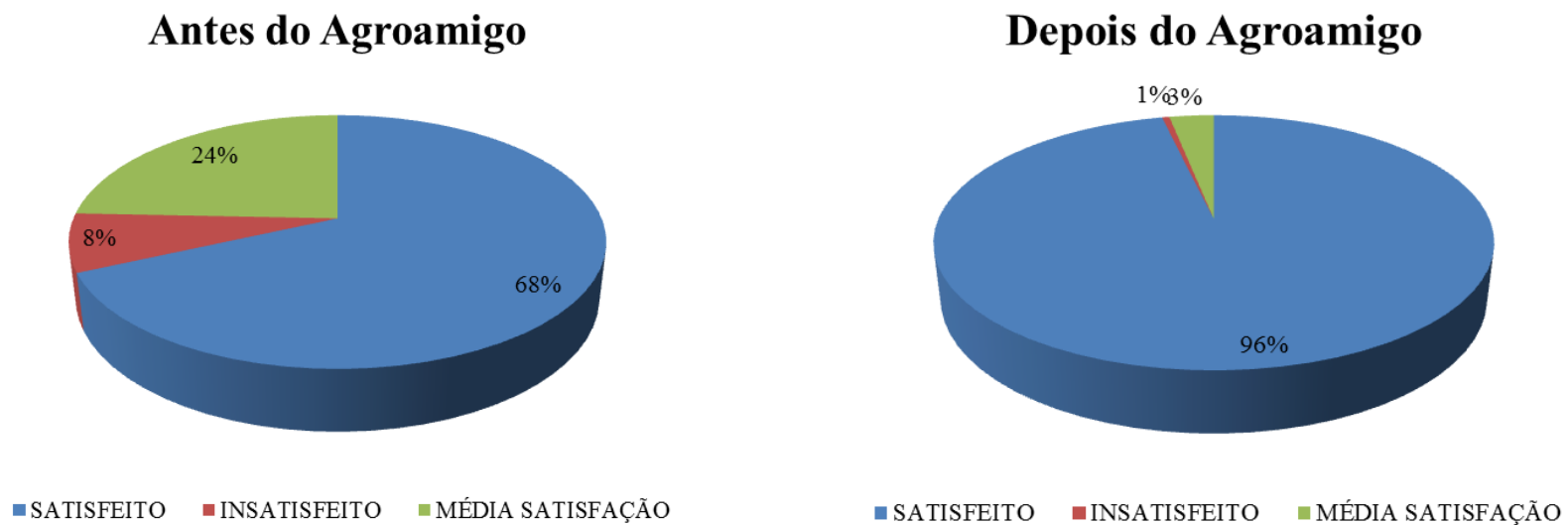
Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

O fato relatado é tão evidente entre os agricultores, que se manifesta até mesmo, no seu grau de satisfação, quanto a estrutura e forma de moradia. A evolução em termos de satisfação sobre o imóvel, considerando o antes e depois do acesso ao Agroamigo, ficará em 46,5%; enquanto que o grau de insatisfação cairá cerca de 93% e a média satisfação também decresceu na ordem de quase 87% (Figura 38). A referida conjuntura evolutiva também demonstra como a residência ganha status de satisfação, no sentido de alegar, ser o seu lugar de vivência.

Os agricultores familiares beneficiados com o Agroamigo (57%), também relataram que o programa promoveu melhorias de renda, ao passo que 40% alegaram que o programa auxiliou nessa melhoria em partes; e 3% não atribuiu melhoria de renda ao financiamento. Contudo, sabe-se que o programa tem sido um elemento balizador de desenvolvimento socioeconômico nos municípios sergipanos, pois dinamiza as possibilidades de acesso a implementos agrícolas e elementos tecnológicos necessários à viabilização do trabalho no campo, assim como, gera novas possibilidades de aumento de renda nessas unidades, pois a maior parte dos agricultores não se dedicam a uma atividade exclusivamente.

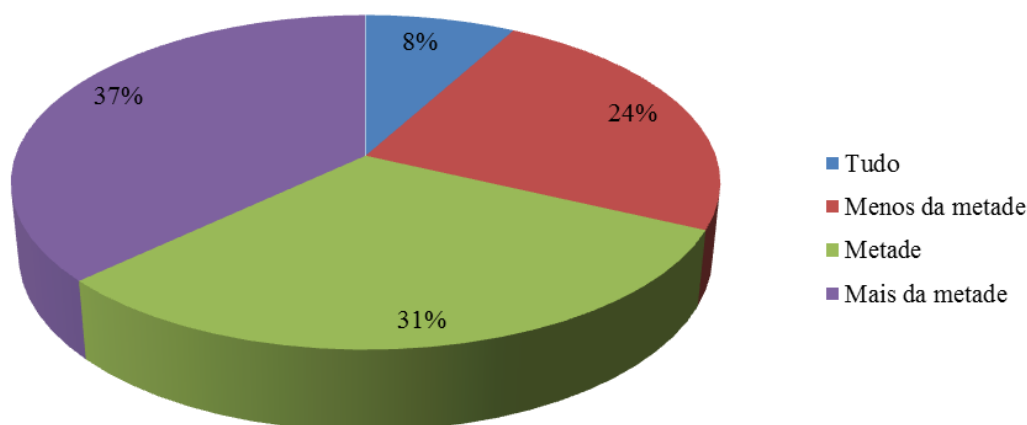
Esses atores destinam grande percentual da renda gerada na produção para sanar as necessidades da família. Fato demarcado em 37% destinarem mais da metade da renda ao consumo da família, assim como, em 31% destinar metade e 8% alegar destinação total da renda a esse consumo, ficando apenas 24% com menos da metade desse direcionamento (Figura 39). Tal destinação da renda ao consumo da unidade enfatiza a importância dada às necessidades da família, isto é, se produz prioritariamente no sentido de sanar as demandas da própria família, ao passo que o superávit nessa renda poderá ser direcionada a melhorias infraestruturais, conforme observado em algumas unidades, em que se aplicou parte dos recursos na melhoria de currais, cercas e mesmo nas residências dos beneficiários, com a compra de móveis e eletrodomésticos.

Figura 38 – Grau de satisfação quanto ao antes e depois do acesso ao Agroamigo por parte do agricultor.



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Figura 39 - Percentual da renda produtiva destinada ao consumo da família?



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Ainda correlacionado ao direcionamento dos recursos gerados nos estabelecimentos, foi possível observar que muito do demandado na alimentação dos constituintes familiares advém principalmente da feira (93%), supermercado (83,5%), roça (79%), além de bodegas, vendas e mercearias locais, que juntamente a outras formas de aquisição, fora apontado por 24%. A situação demonstra que o agricultor se insere dentro das relações de mercado, pois produz o que é valorizado, além de partes do que é necessário para a alimentação familiar. Sendo assim, que o pequeno agricultor não apresenta uma produção de monocultura, mas sim, uma especialização produtiva, com espaços também direcionados a policultura. Aspecto já demarcado por Carvalho (2016, p. 351), ao refletir que os pequenos agricultores

[...] mediante os recursos de que disponibiliza, tem avantajado sua produção e modificado os contextos espaciais do estado de Sergipe, definindo, por assim observar, territórios produtivos de grãos, como o milho e o feijão, da pecuária, da laranja, do coco, da cana e, também, de áreas policultoras.

Nesse tocante ainda, 71,5% dos agricultores entrevistados afirmaram que o recurso do Agroamigo contribuiu para a ampliação da produção, decorrente do acesso aos implementos do meio técnico-científico; 68% disseram estarem vivendo melhor; 27% informaram que o recurso auxiliou em maior organização das unidades produtivas; ao passo que 3,5% relataram terem perdido o sossego, a família passou

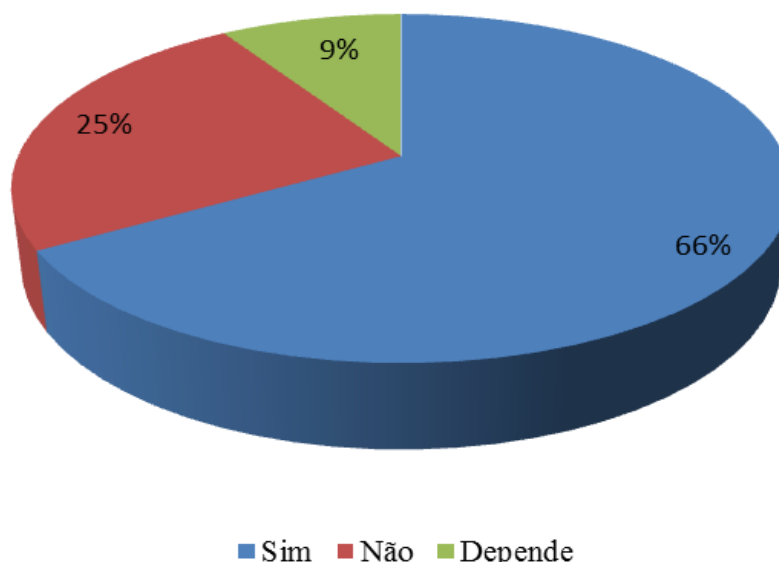
a se desentender e por vezes, em nada modificou a realidade da unidade produtiva. Decorrente do auxílio que representa o Agroamigo, no tocante a produção agrícola das unidades produtivas, é que 96% dos beneficiários do programa o apontaria como extremamente propício ao desenvolvimentos sócioeconômicos desses estabelecimentos.

Os agricultores, ao menos 20% deles, informaram que no último ano agrícola 2012/2013, obtiveram outros tipos de financiamento, como o Crediamigo, para o desenvolvimento de atividades comerciais, de modo informal, como a instalação de “bodegas”. Contudo, 72,5% dos agricultores não obtiveram outro tipo de financiamento, demonstrando que as atividades agrícolas praticadas nas unidades familiares são a prioridade para muitos pronafianos, que tem na terra o sustento de sua família. Apesar disso, alguns poucos agricultores relataram que necessitaram pegar dinheiro emprestados, ou garantir crediário em lojas agropecuárias com a finalidade de iniciar as práticas produtivas, enquanto o recurso do programa não era liberado.

Os agricultores, quando questionado sobre o que pensava em relação ao futuro dos filhos, apresentavam otimismo(96%), sendo que virtuosos pelas condições de desemprego urbanos e a nova conjuntura produtiva, 66,5% consideravam que os filhos dariam continuidade as atividades ligadas a agricultura; ao mesmo tempo que 24,5% desejam que os filhos desenvolvessem outras atividades, sobretudo as ligadas a formações acadêmicas; e 9% afirmaram que a profissão a ser desenvolvida pelos filhos dependerão de suas próprias vontades (Figura 40). Carvalho (2016) também refletiu o desejo dos pais pronafianos em relação ao encaminhamento dos filhos ao campo profissional em 2014, demarcando que

69,5% dos tomadores de crédito questionados em Sergipe disseram terem vontade de encaminhar os filhos para outras atividades, a depender da escolha deles e motivados, principalmente, pelo fato da lida com a terra ser muito sofrida [...] A ideia básica é que os filhos, dando prosseguimento aos estudos, podem ter uma profissão melhor, um futuro mais garantido quando comparado ao trabalho rural. Além disso, sabe-se que a maior parte dos jovens sitiantes não desejam dar prosseguimento ao trabalho pesado dos pais.

Figura 40 – Pretensão dos filhos em darem continuidade a atividade agrícola



Fonte: Trabalho de campo (2015-2016).

Por fim, 90% dos agricultores questionados apontaram acreditar que o Agroamigo evitou que trabalhadores ou familiares seus deixassem a área rural, pois criou novas possibilidades de trabalho e renda. Na opinião de alguns desses o Agroamigo possibilitou “produzimos e temos renda no meio rural” (R. C, 2016); “o Agroamigo trás oportunidade de os jovens trabalhar no campo” (A. J, 2016); e “maioria tem sua vida melhorada graças ao programa que trás a renda para o campo” (P. J., 2016). Todavia, 10% acreditavam que o benefício não contribuiu para a manutenção do homem no campo, pois a renda da unidade produtiva era considerada pouca para manter todos os membros, ou ainda porque estimulou o filho a buscar atividade diferente da dele, mediante estudo.

4.5 EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO BANCO DO NORDESTE COM O AGROAMIGO E CONSIDERAÇÕES

O Agroamigo, mesmo com todas as problemáticas inerentes aos financiamentos, tem sido um estímulo para o desenvolvimento das atividades agrícolas e para a manutenção do homem no campo. Fatos demarcados em relatos

de sucessos pelos próprios agricultores como se seguem, a partir de minha vivência junto ao Banco do Nordeste, como gerente de negócios do Pronaf.

5.5.1 O senhor W. morador de Neópolis, tem 47 anos de muito trabalho, conheceu o Agroamigo através de colegas e segundo ele: “É um programa que veio para o crescimento dos pequenos produtores, quem investe se dá bem e tem retorno”. O agricultor já com 12 anos de idade trabalhava com a mãe, plantando arroz. Por nascer em lar de classe baixa, teve que se mudar para outra residência, onde já haviam familiares próximos que trabalhavam com artesanato, assim surgiu o interesse pela atividade. Sem experiência de artesão, mas com vontade de ajudar economicamente a família, começou a fazer sua primeira obra, cestinhas de barro, estas ainda necessitavam de perfeição, todavia o agricultor não desistia de aperfeiçoar suas técnicas (Figura 41). A produção de seu trabalho era cedida para sua mãe levar para o comércio de Penedo, sempre visando ajudar a família. Segundo ele:

Interessei-me por artesanato de esculturas e presépios, e foi nessa época que o Banco do Nordeste estava oferecendo um treinamento com o tema arte de fogo. Pra mim foi bom que ensinei, mas também aprendi, continuei aperfeiçoando a técnica de criar presépios e realizei atendimento para 20 cidades de Sergipe. Com o lucro que tive do artesanato comprei um lote de onze tarefas (3,33 há) e comecei a criar gado [...] Não me envergonho de nada, pois sou agricultor desde pequeno e hoje também artesão e tudo que tenho veio através dessas atividades, e é por elas que consigo manter a minha família, esperando contribuir ainda mais, e penso também em ensinar essa arte para muitos que virão!

Figura 41 – Beneficiário do Agroamigo impulsionando a atividade artística.



Fonte: Banco do Nordeste (2016).

5.5.2 – M. de O., reside em Moita Bonita/SE e possui uma pequena unidade familiar com 7 tarefas. No ano de 2006, fez seu primeiro financiamento no Agroamigo de R\$ 960,00 para aquisição de uma matriz bovina. Com a renda do leite e da cria quitou todo o financiamento. Hoje ainda possui sua primeira vaca, pois quer guardar a lembrança da sua primeira conquista e o primeiro passo que a fez mudar de vida. No ano de 2010, iniciou a criação de suínos e com esta nova oportunidade, desenvolveu uma nova atividade e mais lucrativa, pois ao invés de vender crias, ela coloca na engorda e vende os suínos já prontos para o abate, além de transformar as melhores fêmeas em novas matrizes. Toda a ração é produzida em sua propriedade, diminuindo os custos. Em 2013, ainda mais confiante, orientada pelo Agente do Agroamigo, resolveu investir em uma nova atividade, que iria aumentar ainda mais seu lucro, adquirindo 12 matrizes e financiando a construção de um aprisco. Hoje é referência em toda região na criação de ovinos, possui 18 matrizes da raça Santa Inês, engorda as crias e as vende já para o abate, gera novas matrizes para revenda e alimenta os animais com produção própria. Não contente, a agricultura resolveu iniciar a criação de cabras leiteiras, e hoje possui 04 matrizes em picos de produção. Possui também a criação de 80 galinhas poedeiras, e revende os ovos na feira do município, garantindo renda extra para toda família. Como não se cansa de inovar, está renovando mais uma proposta, para criação de

15 ovinos de engorda, pois verificou que esta é atividade muito lucrativa e de fácil manejo, e já possui freguesia certa para escoar a produção (Figura 42).

Figura 42- Experiência feminina de sucesso com o Agroamigo.



Fonte: BNB, 2016.

5.5.3 – A. J. S. (2016) conheceu e passou a realizar o financiamento do Agroamigo no ano de 2007, utilizando-o para a compra de três suínos e a construção de uma pocilga com um compartimento. A mudança em sua vida começou a acontecer, realizando os pagamentos em dias, sendo beneficiária do bônus de 40%. A agricultora familiar deu sequência aos financiamentos e a mesma já realizou quatro financiamentos no total. Sua vida mudou, seu empreendimento cresceu, sua renda e de sua família deram um salto significativo e hoje já são seis compartimentos onde a agricultora, junto com sua família, criam vinte e cinco suínos. Além de trabalhar com a atividade de suinocultura, utiliza os dejetos dos animais para adubar o sítio de laranja, que adquiriram com a renda obtida da atividade. Segundo a cliente, no início, o seu terreno continha apenas uma casa onde residiam; hoje já possuem 4,3 tarefas (1,3 ha) de laranja, 01 carroça, 01 animal de serviço, 03 bezerros, 01 vaca leiteira, 01 moto, 01 motor de ração, acrescentou 03

cômodos e 01 galpão na residência. Ela é grata ao Agroamigo por proporcionar tanta melhoria em sua vida e de seus familiares, e por poder realizar tantos sonhos que antes nem imaginava concretizar (Figura 43).

Figura 43 – Agricultores Familiares de Itabaianinha beneficiários com o Agroamigo



Fonte: BNB, 2016.

5.5.4 – J. G. (2016) mora atualmente com seu marido e seus dois filhos, no município de Nossa Senhora das Dores. Desde menina já trabalhava em casas de farinhas com seus pais, e depois que se casou decidiu trabalhar com fabricação de doces para ajudar no sustento de sua família. A atividade foi crescendo e hoje

trabalha com toda sua família, tendo a venda de seus doces como sua principal fonte de renda da casa, todos estão envolvidos na atividade desde a raspagem da mandioca, à venda e na compra da matéria prima, seus produtos são comercializados nas feiras livre de Gracho Cardoso, Nossa Senhora da Glória e Aquidabã, além, de participar na Feira da Agricultura Familiar do Governo do Estado. A agricultora conta com o Agroamigo no financiamento voltado à manutenção e crescimento da produção. Os doces dessa agricultora são conhecidos em toda comunidade; e orgulhosa, diz que já foi até entrevistada por Regina Casé, para um programa da TV e é através de seus doces que ela educa, veste e alimenta seus dois filhos, compra móveis, eletrodomésticos e mantém sua residência. Jeane deixou de ser empregada na casa de farinha para hoje ser dona de seu próprio negócio, contribui para o desenvolvimento da comunidade, empregando pessoas para ajudar na preparação da matéria prima utilizada nos seus doces (Figura 44).

Figura 44 – Beneficiária do Agroamigo fabricando e comercializando doces



Fonte: BNB, 2016.

5.5.5 – D. L. M., há cerca de 04 (quatro) anos, iniciou um financiamento do Programa Agroamigo, com o sonho de melhorar de vida e trabalhar para si mesmo, ser dono do seu próprio negócio. Foi convidado para uma palestra informativa e

posteriormente recebeu a visita do agente em sua residência, contou que tinha um sonho, e decidiu criar coragem para dar início a esse sonho, que era de não trabalhar mais para ninguém e deixar de passar dificuldades. Sua primeira proposta foi para aquisição de aves de corte no valor de R\$ 2.000,00, atividade pouco desenvolvida em sua comunidade. Na primeira visita de acompanhamento do agente, foi verificado que o cliente estava tendo prejuízos, pois vendia os animais abaixo do valor de mercado. O agricultor familiar recebeu educação financeira para reverter o quadro; posteriormente conseguiu pagar seu primeiro financiamento e ainda obter lucro (Figura 45). Renovou o financiamento, passando a dar uma melhor qualidade na execução de suas atividades e com o lucro possibilitar os estudos para seus três filhos. O agricultor foi astuto, no sentido de aprender a gerenciar seus negócios e com sua visão empreendedora pesquisou na região como melhorar a alimentação e a saúde dos animais. Após as melhorias, ele conseguiu aumentar a produção e conseqüentemente o mercado, agregando os valores de venda. Inicialmente ele tinha uma produção de 200 animais e atualmente passou para 1000, cinco vezes mais e contando com perspectiva de crescimento, pois já está em construção uma nova granja. Ele continua aperfeiçoando sua produção e hoje sonha saltos maiores, comprando novos equipamentos e implementando tecnologia a sua atividade, com a aquisição de ventiladores para não prejudicar a produção.

Figura 45 – Beneficiário do Agroamigo com sucesso na avicultura



Fonte: BNB, 2016.

Por tudo isso, pode-se atestar que o Agroamigo é um programa com metodologia inovadora, que promove mudanças nas estruturas das unidades familiares. A metodologia faz a diferença na qualidade em conceder o crédito, com a orientação e acompanhamento do agente de crédito na própria comunidade, fazendo com que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atenda o produtor em sua unidade rural, tornando o crédito mais eficiente, e fundamentando assim, a fidelização do cliente, como exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Agroamigo é uma metodologia aplicada para viabilizar crédito aos agricultores familiares mais pobres destinadas às suas atividades produtivas, mas que não têm acesso ao mercado financeiro convencional. Os agricultores beneficiados com o programa não estão limitados ao desenvolvimento de atividades agrícolas, podendo investir também o crédito em atividades não agrícolas, como o turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural e artesanato. Assim, o Agroamigo define-se como uma iniciativa pioneira no Brasil, e mais relevante, destinada aos agricultores familiares pobres da região Nordeste.

Devido a metodologia e a estrutura a qual o programa está esquematizado, a concessão de microcrédito produtivo orientado, em termos gerais, é perceptível o sucesso que o mesmo vem alcançando ao longo dos anos. O número de tomadores de crédito cresceu a cada ano, e em 10 anos de atuação, tornou-se o maior programa de microfinanças rurais da América Latina. Em 2010, o Agroamigo concorreu ao Prêmio ENAP, tendo sido agraciado com o 2º lugar; em 2012, no VIII Prêmio Relatório Bancário, o Agroamigo foi contemplado com 1º lugar na categoria Excelência - Melhor em Produtos e Serviços no que tange a inclusão dos agricultores no mercado de crédito. Além disso, vem sendo reconhecido em nível internacional com o prêmio da LIDE, recebido em 2009 (BNB, 2016).

Mesmo a ideia de programa ser algo volátil, no sentido de poder ser extinto a qualquer momento, o Pronaf e do mesmo modo o Agroamigo tem se estruturado, e pode-se dizer que seria uma política pública com viés de política de crédito, haja vista já existirem há mais de 20 e 10 anos, respectivamente.

Este programa tornou-se um aporte no sentido de induzir a diversificação produtiva. O Agroamigo, é assim, uma política pública com suas particularidades, pois é estatal, ao tempo que é uma política de crédito que repassa valores a agricultores familiares pobres do campo nordestino, sendo em sua essência um contrato com cláusulas especiais, com direitos e obrigações.

Pelos termos, devido à sua participação no financiamento da agricultura familiar, o BNB vem se firmando como um importante parceiro do Governo Federal na implementação das políticas de apoio à agricultura familiar no Nordeste. Dessa forma, é que o banco é responsável pela operacionalização do Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Nordeste desde sua criação em 1996. O Agroamigo apenas aperfeiçoa seus mecanismos, agora voltado para um público historicamente excluído dos serviços financeiros hodiernos.

Em dez anos de atuação, tornou-se o maior programa de microfinanças rural do Brasil. Isso porque, anteriormente o Pronaf funcionava, na linha direcionada ao público do Agroamigo, mas as rotinas administrativas dificultou seu crescimento, além da configuração do problema da inadimplência. Assim, os projetos de financiamento eram formulados sem levar em conta as necessidades e peculiaridades do agricultor e das atividades desenvolvidas pela unidade familiar, bem como da sua capacidade de pagamento. Além disso, o tempo entre a solicitação do financiamento e a liberação do crédito levava mais de um ano. O custo de transação para o agricultor mostrava-se elevado, não apenas pela morosidade, mas, principalmente, pelos sucessivos deslocamentos às instituições mediadoras do programa. Agrega-se também que esses financiamentos não acompanhavam o calendário agrícola.

O Pronaf, neste interregno, tornou-se um importante instrumento para o financiamento da agricultura familiar e teve importante papel na dinamização do espaço rural de Sergipe e suas relações com o urbano. Contribuiu na expansão da produção de alimentos e que permita fixar os agricultores familiares e de abrir condições para que um dos principais gargalos do mundo rural do nosso tempo – evita o êxodo da juventude rural – possa ser “estancada a sangria demográfica”.

Contudo, para que a agricultura familiar apresente maior dinamismo nos sistemas de produção ainda é preciso investir na assistência técnica, gestão, comercialização e nas relações associativas desses agricultores, a fim de incentivar o prolongamento e envolvimento social e político na aplicação do microcrédito. Tais ações auxiliariam estes agricultores obterem retorno compensatório para garantir qualidade de vida a sua família. Deste modo, é necessário estimular que os agricultores se envolvam nos conselhos municipais e estaduais, associações, cooperativas para fiscalizar e cobrar melhor distribuição das políticas públicas para suas localidades. Sem desprezar que o Agroamigo também incorpora a função de acompanhar a aplicação do crédito, o que fortalece também os laços financeiros de combate à pobreza (ABRAMOVAY, 2010).

Diante disso, pode-se afirmar que o Pronaf B (Agroamigo) é uma linha de microcrédito criada com o objetivo de combater a pobreza rural, que tem se constituído em uma importante estratégia para o desenvolvimento do meio rural, haja vista estimular os agricultores a conhecer as entidades institucionais envolvidas, ao tempo, que proporciona a quebra de paradigmas, quanto ao medo de solicitar financiamento junto a entidades financeiras. Além disso, o Pronaf B (Agroamigo) tem crescido significativamente tanto em volume de recursos financiados, como em quantidades de contratos firmados, mesmo sendo esses aspectos variáveis ano a ano e em praticamente todos os municípios sergipanos.

Portanto, é dentro desse contexto, que esse trabalho de tese tornou-se importante analiticamente, pois tem na inovação do BNB com a criação do Agroamigo, cujo objetivo é melhorar o desenvolvimento das aplicações do Pronaf B, uma novidade com impactos socioespaciais no estado de Sergipe. O impacto decorre do volume e da qualidade da produção de seus beneficiários, alcançando baixos índices de inadimplência. Desse modo, a tese se consolida como mais uma contribuição no ecletismo analítico dos impactos do microcrédito rural no Brasil e quiçá no Nordeste, inclusive como mais um estudo dentro das dezenas de estudos já realizados em relação ao Pronaf, como bem, observa MATTEI (2006).

O Agroamigo é assim, um modelo diferenciado do modelo tradicional, agrega além da ação da agência bancária, um atendimento focado, pode-se afirmar, personalizado no Assessor de Microcrédito, cuja formação preferencial é de Técnico Agrícola. Tudo isso, para ofertar uma metodologia que proporcione subsídios para o aperfeiçoamento do programa, seja na elaboração ou na execução, sob a perspectiva da efetividade política e social do agricultor familiar.

Nesses moldes, o Agroamigo mantém ainda um grande desafio, viabilizar em seu processo de construção, caminhos para que o agricultor familiar se emancipe do microcrédito, melhorando suas condições econômico-sociais e ampliando suas perspectivas produtivas e de geração de renda. Isso porque a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos básicos consumidos pela população brasileira. O Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, revelou que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário.

Mesmo com pequena disponibilidade de área cultivável, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, dentre outros produtos. Responde, ainda, por 9% (R\$ 173,47 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) total do país, que foi naquele ano de R\$ 1,94 trilhão – desta forma, o PIB da agricultura familiar é responsável por 32% do PIB do agronegócio brasileiro, que no mesmo ano chegou a R\$ 540,19 bilhões, (FAO, 2014).

Ainda em relação ao Pronaf, ABRAMOVAY (2010) analisa o programa como uma política que segue a tendência mundial de fortalecimento dos mercados de microfinanças e a ampliação do modelo B, por exemplo, podendo criar desdobramentos capazes de alavancar segmentos economicamente estagnados, mesmo que tenha impactos locais ou até mesmo dentro da própria unidade familiar. A simples aquisição de um animal ou o pagamento de uma dívida pode trazer mudanças significativas, como uma questão bem simples: ter o que comer diariamente. Apenas essa mudança infere a possibilidade de superar questões estruturais como a insegurança alimentar.

A espacialização dos financiamentos rurais, em destaque, naqueles de menor montante, tem um viés socioeconômico relevante para os protagonistas: os pequenos produtores. Essas mutabilidades são observadas em escalas locais. As escalas variam de acordo com as classes e grupos sociais, e os pequenos agricultores, enquanto atores produtores do território, pertence a uma categoria social determinada, que utilizam os recursos disponíveis para viabilizar mudanças em suas estruturas produtivas, como a compra de um animal ou de um pequeno equipamento de uso no processo produtivo. Mesmo sendo um recurso limitado, suas alterações qualitativas são fortemente observadas no espaço rural sergipano.

Entender esse processo é de fundamental importância para a ciência geográfica, de referência analítica, frente às elaborações teóricas consolidadas da socioeconomia, da economia institucional ou até mesmo da sociologia econômica. Inexoravelmente ainda temos poucos trabalhos científicos quanto as repercussões socioterritoriais do Pronaf B. Nessa linha, o presente trabalho se fez importante, por aprofundar o papel das políticas públicas focadas na dinâmica das microfinanças.

Por fim, fica claro que o Pronaf é uma política que vem sendo alterada ao longo dos anos, buscando aperfeiçoar-se sempre que possível, atender aos

agricultores familiares em suas necessidades, facilitando o acesso ao crédito, através do Agroamigo. Além disso, busca ser eficiência e efetividade e capaz de atender estes agricultores familiares e aumentar sua produção, tentando não só inclui-los no mercado, como aumentando sua qualidade de vida no campo.

O sucesso do Pronaf B(Agroamigo) foi perceptível ao longo dos anos, tornando um programa quase que universal. O programa se tornou uma alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar no Brasil. A expansão das últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito do Pronaf em suas diferentes modalidades. Numa trajetória de 10 anos, o programa contribuiu para a consolidação de diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade desse programa em termos regionais, verificando-se uma variação contratual ano a ano, mas com ampliação do volume de recursos utilizados e direcionados as principais categorias de agricultores beneficiadas.

Desde 2005 que o Agroamigo vem mudando a vida dos produtores rurais pronafianos. É notório que houve um grande impacto em termo do antes e depois do Agroamigo nas vidas das famílias que vivem no meio rural. Esse impacto não acontece apenas na vida dos clientes que são diretamente atendidos, mais em toda comunidade, pois os recursos facilitam na constituição de capital de giro, fortalecendo toda cadeia produtiva formada pela agricultura familiar e consequentemente rebatendo no segmento comercial e da renda de toda a região, sem a presença de intermediários. Quando o financiamento é liquidado o produtor pode fazer a renovação do crédito no ato, agilizando todo processo e dando continuidade a geração de emprego e renda no meio rural.

Atualmente o crédito pode chegar até R\$ 15.000,00, e mais importante, é que esses chegam nas mãos e na mesa dos agricultores, causando verdadeiras mudanças, social e econômicas. Além do valor significativo do investimento, não se pode deixar de mencionar o maior diferencial causador de todo esse impacto, que é o Assessor de Crédito, pois ele é o responsável pela orientação e acompanhamento do andamento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, estando diretamente presente nas comunidades assumindo o papel de “agente transformador”, tornando o crédito mais cômodo, e sendo parte fundamental para fidelização do cliente.

No estado de Sergipe, o Agroamigo é visto pelos agricultores e instituições envolvidas nesse processo, como uma importante ferramenta para melhorias sociais, sendo de fácil acesso e fácil aplicação produtiva, com a colaboração dos atores do crédito. Esse microcrédito tem contribuído para o retorno de familiares migrantes para a unidade produtiva, ao tempo que diversifica a produção agrícola e possibilita mudanças infraestruturais nessas unidades produtivas. Além disso, os questionados sobre o Agroamigo no presente trabalho, 96% afirmaram-se estarem satisfeitos, o que de certo modo, reflete-se na aplicabilidade do recurso produtivo.

Portanto, o que podemos delimitar com toda essa análise é que o Agroamigo agrega metodologia inovadora, que promove mudanças nas unidades produtivas familiares de Sergipe. Nessa condição, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) torna-se instituição protagonista no sentido de atender o maior número de agricultores, com parceria junto ao Instituto Nordeste de Cidadania (INEC). A instituição tem tornado a concessão do crédito mais rápida e eficiente, fundamentando a fidelização do agricultor e demarcando a responsabilidade socioeconômica com o mundo rural e seus protagonistas. Lembrar que essa última afirmativa não é propaganda bancária.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. p.135-207.

_____. e VEIGA, J.E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília/DF: IPEA, 1998-1999.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
ABRAMOVAY (2001)

_____. Agricultura familiar e serviço público: Novos desafios para a extensão rural. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em < <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Entrevistas – Agricultura Familiar. 2010. Disponível em <<http://ricardoabramovay.com/novas-instituicoes-para-o-desenvolvimento-rural-o-caso-do-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novo desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Vol. 15, nº01, p 132-152, jan/abr, 1998. Disponível em < http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_e_servico_publico/6>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate à Inadimplência: O Caso do Agroamigo**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), São Paulo, 2008. Disponível em < www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_10_2008.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. UNESP/EDUSP – 2001. Disponível em < <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ALENCAR, M. T. de. **PRONAF como Instrumento de Atuação do Estado no Espaço Rural do Semi-árido Piauiense**. Tese de Doutorado: NPGEIO, São Cristóvão, 2010.

ALVES, E. e ROCHA, D. De P. Ganhar Tempo é Possível. In: GASQUES, J. G. Et. Al. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BB. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014**. Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,10891,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=11797&codigoMenu=11721&codigoRet=11812&bread=8_4>. Acesso em: 03 mai. 2014.

BACEN. D.O.U. 5/08/2008. **Credito Rural** - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=210368>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. Resolução 2310 , de 29/08/1996. Disponível em <www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2310_v2_L.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Resolução nº 2629**, de 10 de agosto de 1999. Disponível em <www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2629_v2_L.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Resolução nº 2.729**, de 14 junho de 2000. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2000&numero=2729>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Resolução 3.001**, de 24/07/2002. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2879_v2_L.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Resolução nº.3.206**, junho de 2004. Disponível em <http://www.editoramagister.com/doc_27579_RESOLUCAO_N_3206_DE_24_DE_JUNHO_DE_2004.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Resolução nº 3731**, 17 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3731_v1_O.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Resolução nº 4.028**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res_4028_v1_O.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2005-2012. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2012>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

_____. **MCR - Manual de Crédito Rural**. Disponível em <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BNB. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Relatório de Resultados**. Fortaleza, 2008.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Relatório de Resultados**. Fortaleza, 2009.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Relatório de Resultados**. Fortaleza, 2010.

_____. **Relatório da Administração**. 2014. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/documents/50268/54349/df_dezembro_2014/86eefcb5-1ce2-4c60-9dd4-39d9cf4fcfd6>. Acesso em 22 de jan. de 2017.

BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A. & DAMASCENO, W. S.(Orgs.). **Experiências dos Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

Barcellos, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – CPDA, 2014.

BARROS, G. S. A. de C. **Economia da Comercialização Agrícola**. Piracicaba/SP: ESALQ, LES, CEPEA, 2007. Disponível em < http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/l_economia_comercializacao_agricola.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2008.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCD – Unicamp, 2006a.

_____. **Estabelecidos e outsiders nas políticas de crédito: o caso do Pronaf B.** in: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006b. Disponível em <www.sober.org.br/palestra/5/1087.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.

_____. **PRONAF B:** Peculiaridades de uma política de crédito no Nordeste Rural Brasileiro. Alasru, 2011. Disponível em <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/21-GT-Fernando-Bastos.doc>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BITTENCOURT, A. e ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**. Vol 16, no 1: no prelo, 2003. Disponível em <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/inovacoes_institucionais/3>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BITTENCOURT, G. **Microcrédito e microfinanças no governo Lula**. 2005. Disponível em <<http://fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/apresentacao%20Microcredito%20Novo.ppt>>. Acesso em 8 de março de 2014.

_____. **Abrindo a caixa preta** – o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003).

BOLLIGER, Flavio. Brasil agropecuário: duas fotografias de um tempo que passou. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1049-1080

BRASIL. **CMN (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL)**, Altera disposições do PROAGRO, constituindo no seu âmbito o “Proagro Mais”, para atender aos pequenos produtores vinculados ao Pronaf, 2004. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2004/pdf/res_3234_v1_o.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. **Lei no 6.969**, de 10 de dezembro de 1981. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128277/lei-6969-81#art-1>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. **Resolução n.º. 2.191**, de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional. Crédito rural – Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1995. Disponível em < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v4_L.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. (CONSEA) CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Diretrizes de segurança alimentar e do desenvolvimento agrário para o Plano Safra 2003-2004** (Subsídios técnicos do CONSEA). Brasília (DF): CONSEA, 2003. Disponível em < <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/II%20Confer%C3%Aancia%20Nacional%20de%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R. e GUANZILORI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003. Disponível em < www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____. Et. Al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em < https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf> Acesso em: 10 de jan. 2016.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. 9ª ED. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a geografia).

CARNEIRO, Maria J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos sociedade e agricultura, v.8, p.70-82, 1997.

CARVALHO, D. M. de. **Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE**. São Cristóvão: PPGEIO, 2010. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Trajetórias do Pronaf em Sergipe: Desenvolvimento e Mudanças Sócio-Espaciais**. São Cristóvão: PPGEIO, 2016. (Tese de doutorado).

CASTRO. I. E. de. **Geografia e Política: Territórios, escalas de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. O espaço geográfico: Limites e possibilidades do conceito. In: Olhares Geográficos: modos de ver e viver no espaço/Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L (Org's.). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

_____. Et. al. **Geografia: conceitos e temas**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHAYANOV. A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. Disponível em <
<http://boliviaagraria.files.wordpress.com/2011/06/chayanov-organizacion-campesina.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. **The Theory of Peasant Economy**. The University of Wisconsin Press. S/A. Disponível em <
http://www.uky.edu/~tmute2/geography_methods/readingPDFs/chayanov-intro.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COELHO, J. D. (Org.). **Informe Rural Etene: Agricultura Familiar no Nordeste**. Banco do Nordeste: Ano 4, 2010, nº05. Disponível em <
www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ano4_5.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2010.
Constituição da República Federativa do Brasil.

CORRÊA, R. L. Espaço um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; e CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 3ª Edição, 1990.

_____. **A rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; e CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Espaço e Simbolismo. In: **Olhares Geográficos – Modos de Ver e Viver o Espaço**. Org. I. E. Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

DELGADO, G. C. **O Capital Financeiro e a Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira**. Campinas, SP, julho de 1984. Tese de doutorado. Disponível em <

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017777&fd=y> >. Acesso em: 04 fev. 2014.

_____. Política Econômica, liberalização comercial e Agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P. e LEITE, S. P. **Análise Comparada de Políticas Agrícolas: Uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

_____. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2012.

_____. Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: LEITE, S. e et. al. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. de A. **Family Farming In The Agricultural Census Of 2006: The Legal Mark And The Options For Their Identification**. Revista Sociedade e Agricultura. Vol. 05. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-05802010000100002&script=sci_arttext >. Acesso em: 02 jan. 2013.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.

FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994. Disponível em <http://www4.fao.org/cgi-bin/faobib.exe?rec_id=563327&database=faobib&search_type=link&table=mona&back_path=/faobib/mona&lang=eng&format_name=EFMON>. Acesso em 28 de junho de 2010.

FAVARETO, A. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** Revista Estudos Avançados. Vol.24, No.68. São Paulo, 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100021&script=sci_arttext >. Acesso em: 08 de jul. 2012.

_____. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. Disponível em <

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 20ª Edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. **Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico**. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. A Fantasia Organizada. In: D'Aguiar, R. F. **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a. (Tomo I)

_____. A Fantasia Desfeita. In: In: D'Aguiar, R. F. **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b. (Tomo II)

GRISA, C. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: Entre ideias, interesses e instituições. IN: **52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Goiânia, 2014. Disponível em <
<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3645.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GROSSI, M. E. D.; SILVA. G. S. **Novo Rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: IAPAR, 2002, V. 1.

GUANZIROLI, C.E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **CONGRESSO SOBER**, 44., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2006. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06a169.pdf>. Acesso em 05 março.2014.

_____. et. al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

_____. **Espaços de esperança**. Edições Loyola, 2000.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006, Agricultura familiar, Primeiros resultados.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. **Notas Técnicas:** Censo Agropecuário 2006 Agricultura familiar Primeiros resultados. 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Censo Agropecuário:** Agricultura Familiar, primeiros resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2014.

_____. **Efetivo/Rebanho Sergipe.** Rio de Janeiro: 1995-2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=2&z=t&o=24&u1=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u2=26>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. **Tabela: 1258** - Número de estabelecimentos, Área, Valor total da produção, Renda, Despesa e Fincanciamento dos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1258&z=t&o=11>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Tabela 2237** - Produção, Venda, Valor da produção e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, por produtos da lavoura temporária, condição produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica, grupos de área total e grupos de área colhida - (MDA). 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2237&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **Tabela 1112** - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e agricultura familiar. 2006 Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1112&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **Tabela 1431** - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e sexo do produtor - (MDA). 2006. Disponível em <

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1112&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **Tabela 1271**- Produtos da lavoura permanente nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO. Disponível em <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1271&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **Tabela 3939**- Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Disponível em <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3939&z=t&o=24>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **Tabela 1749** - Efetivo da pecuária nos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, em 31/12 por espécie de efetivo, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade.
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1749>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceito e um exemplo de medida. 2012. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. **Desenvolvimento Rural**: Conceito e Medida. Caderno de Ciência e Tecnologia. Vol. 21,n.3 - set./dez., 2004. Disponível em
<<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em: 15 agosto 2012.

_____. O novo padrão agrícola brasileiro: dos complexos rurais aos Cais. In: Delgado, G. e et. al. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

_____. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. IN: SCHNEIDER, S. A **Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ª Ed. Porto Alegres: Editora da UFRGS, 2009.

_____. BERGAMASCO, S. M. P. P. e OLIVEIRA, J. A. de. Novas possibilidades de pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. São Paulo, p. 16-27, dez. 2008.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rural**. Paris: Armand Colin, 1990.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 588 p.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 01 – Uma realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford (R.U.) e Cambridge (EUA): Blackwell, 1978.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Programa agrário da social-democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. 214 p.

_____. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.
LINS (1997).

LOPES, E. S. A. e COSTA, José Eloízio. **Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe**: Para além da dimensão econômica. 2007. (Relatório de pesquisa).

MACIEL, I. S. R. **AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DO AGROAMIGO EM CAUCAIA-CE**. Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em < <http://www.mapp.ufc.br/images/disserta%C3%B5es/2008/DISSERTACAO-de-Iracy-Soares-Ribeiro-Maciel-230609.pdf>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

MDA/CONDRAF. **Diretrizes Para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2006. Disponível em < http://www.faper.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5&Itemid=106>. Acesso em: 08 jul. 2012.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014**: Transformando Vidas. Plantando o Futuro. Disponível em < <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. **Plano Safra 2004/2005**. 2004. Disponível em < http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/Plano_Safra_2004.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Censo:** agricultura familiar produz mais em menor área. 10 de outubro de 2009. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/censo-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-%C3%A1rea-0> >. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. **Plano Safra 2012/2013.** 2012. Disponível em < http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf >. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2012. MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, R. Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p. (Texto Mimeo).

MARTINS, J. de S. Clientelismo e corrupção no Brasil Contemporâneo. In: **O Poder do Atraso:** Ensaios de Sociologia da história lenta. Hucitec: São Paulo, 1994.

_____. **O Sujeito Oculto.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **A Chegada do Estranho.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **A sociedade vista do abismo:** Estudos sobre exclusão social, pobreza e classes sociais. 2º edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 47p.,1996.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD – Estudos), 2005. Disponível em < <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=319> >. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas.** FSC – Departamento de Economia. Texto para Discussão, n.5, 2001.

_____. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C

entre 2000 e 2010. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 49, 2011, Belo Horizonte (MG), Anais. Belo Horizonte (MG): SOBER, 2011.

_____. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul-set. 2014. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/ren-numeros_publicados/docs/ren_2014_n4_21_v1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MÉSZÁROS, István (2004). “Revolução social e divisão do trabalho”. In: MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial. p. 327-357.

_____. (2004). “A constituição da solidariedade”. In: MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial. p. 359-458.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. ISSN 0103-4014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

_____. & Macedo Pedroso, M. T. **Agricultura Familiar: É preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

_____.; BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola. Junho de 2013. Ano XXII, Nº.02. Disponível em <<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: Quantos Ancadouros! In: FERNANDA, B. M. Et. Al. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Chance and Economic Performance**. Cambridge University Press. 2ª Edição, 2007.

_____. **Understanding the process of economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. Understanding the Process of Economic Change. In: **Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth**. Mercatus Center: George Mason University. Washington D.C: 24 June, 2003. Disponível em <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnacx402.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

OLEALDE, A.R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**⁴. S/A. Disponível em <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em 03 de março de 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PACHECO, C. A. P. e CARVALHO, H. W. L. de. **O Milho em Sergipe**. Jornal Eletrônico da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG. Ano 06 - Edição 35 - Abril de 2012. Disponível em <<http://gao.cnpms.embrapa.br/artigo.php?ed=NQ==&id=NA==>>. Acesso em: 05 maio 2015.

PAIVA, R. M. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação**. Pesquisa e Planejamento, v. 5, n. 1, p. 117-161, jun. 1974.

PEREIRA, L. C. B. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Caderno MARE da reforma do estado; v.01).

PLOEG, Jan Douwe V.D. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2008.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 [1976].

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da Agricultura Familiar**. Embrapa, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-23.

RÉMY, J., VOYÉ, L. **A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?** Porto, Afrontamento, 1993.

SCHRÖDER, M. & SOUZA, I. C. de. Agricultores pobres e acesso ao PRONAF: a importância dos arranjos institucionais na intermediação da política pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31., 2007, 21 Caxambu/MG. Anais... Caxambu/MG: ANPOCS, 2007. (CD-ROM).

SACHS, I. Gestão social para desenvolvimento. In: BACELA, T. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009 (Série desenvolvimento rural sustentável: Vol.10).

_____. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, set/ dez. 2001.

SANTOS, A. F. e ANDRADE, J. A. **Nova Geografia de Sergipe**. 1º grau. Aracaju, SE: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, 1998.

SANTOS, L. A. **A Produção do Espaço Agrário Sergipano: Estruturação e Arranjos (1850-1925)**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2011 (Tese de Doutorado).

SANTOS, M. Espaço e dominação: Uma abordagem marxista. In: **Economia Espacial**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5ª Ed. São Paulo. Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. Reimp. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª Ed. 1ª Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma geografia nova:** Da Crítica da Geografia a uma geografia Crítica. 6ªed. 1ªreimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. O retorno do território. In: **território, globalização e fragmentação**. In: Santos, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. (Org.). São Paulo: Ed. Hucitec/ANPUR. 1994, p.15-20.

_____. E SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2010, vol.30, n.3, pp. 511-531. ISSN 0101-3157. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

_____. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais** – vol.18 Nº. 51. fevereiro/2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____. (Orgs.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ªEd. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. e CRISA, C. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. IN: **34º Encontro Anual da ANPOCS**. outubro de 2010. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1538&Itemid=350>. Acesso em: 06 fev. 2014.

SEAGRI/DEAGRI1/SER1. **Inofrmativo Técnico SEAGRI: Pronaf: Fontes de Recursos.** Nº03, junho de 2011. Disponível em < www.bndes.gov.br/.../export/.../InformativoSEAGRI_03_2011.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SEMARH. Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos PROÁGUA Nacional. **Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos:** Reenquadramento dos Corpos d'Água do Estado de Sergipe (Resolução CONAMA nº357/2005) (RE-4). Consórcio PROJETEC/TECHNE Engenheiros Consultores. Agosto de 2010. Disponível em < http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse//resources/RE04_Reenquadramento.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SEMARH. Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos PROÁGUA Nacional. **Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos:** Articulação e Compatibilidade dos Interesses do Estado e dos Estados Vizinhos da Bahia e de Alagoas. (RE-14). Consórcio PROJETEC/TECHNE Engenheiros Consultores. Agosto de 2010. Disponível em < http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse//resources/RE14_Articulacao_dos_Interesses_do_Estado_e_dos_Estados_Vizinhos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G.. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: **CONGRESSO ANUAL DA SOBER**, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais. Poços de Caldas: Sober, 1998.

_____. **A nova dinâmica da Agricultura brasileira.** Campinas, SP: Unicamp, 1996.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. In: **Segurança Alimentar e Nutricional.** Campinas, 2008, p. 62-75. Disponível em < http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/5_artigo_14119_Seguranca_alimentar_e_a_alta_de_precos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. Os desafios da Agricultura brasileira. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, p. 157-184, 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480%3Aa-agricultura-brasileira-desempenho-desafios-e-perspectivas&catid=265%3A2010&directory=1&Itemid=1>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. (Coord.) e et. al. **Estrutura Agrária e produção de subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. **O Que é Questão Agrária**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, L. I. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do PAC Saneamento e Urbanização no estado da Paraíba João Pessoa-PB, 26 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/26-07-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-pac-saneamento-e-urbanizacao-no-estado-da-paraiba>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

SOUSA, M. A. de. **Desenvolvimento endógeno e territorialização da confecção de bordados em Sergipe**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 08, nº 16, jul/dez 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

SOUZA, F. N. de. **O Ciclo Canavieiro e as Transformações espaciais em Capela/SE**. São Cristóvão: NPGEIO, 2008 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, J. O Mundo desencantado. In: A Gênese do Capitalismo Moderno. Organização, apresentação e comentários: Jessé Souza. Tradução: Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006 (Coleção Ensaio Comentado).

STANEK, O. O Trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. . In: LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

SZMRECSÁNYI, T, et. al. **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo:HUCITEC, 1997.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. EDUSP: HUCITEC,1991.

_____. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**. Nº15(43). Ano 2001. P.101-119. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. A face rural do desenvolvimento. In: **27º Encontro Nacional de Economia**. Belém: 1999.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 234 p.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIM, A. M., Et. Al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN: GIARRACA, N. (Comp.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001, p.31-44. Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/rural.html>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

_____. Agricultura Familiar ou Latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 21, out., 2003.

_____. **O Mundo Rural como um Espaço de Via:** Reflexões sobre a propriedade da terra, Agricultura Familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo (SP)/Salvador (BA): Hucitec/CEPA-BA, 1986.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Entrevistador (a): _____ Apelido _____

Data ____/____/ 2015

Início da Entrevista _____hs

Município _____

Localidade _____

01. Nome do beneficiário do AGROAMIGO – PRONAF B E COMUM

02. Data Aprovação do Projeto _____

04 – Valor do Financiamento _____

05 – Atividade principal financiada

(01) Agricultura _____

(02) Pecuária _____

(03) Fruticultura _____

(04) Comércio varejista _____

(05) Fibras e têxteis _____

(06) Outro (Especificar) _____

I - FAMÍLIA E TRABALHO

1 - Caracterização da família do beneficiário (relacionar também os membros da família que, morando ou não no domicílio, contribuem com/ou dependem da renda familiar).

Nº	Nome	Sexo (A)	Idade	Estado civil (B)	Relação com Beneficiário (C)	Grau Instrução (D)	Ocupação Principal (E)	Local onde Trabalha (F)	Ocupação secundária (G)	Local onde Trabalha (H)
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
11										
12										
13										
(A) 1 - Feminino 2 - Masculino		(B) 1 - Casado (a) 2 - Solteiro (a) 3 - Viúvo(a) 4 - Separado(a) 5 Divorciado(a) 6 - Junto (a) 98 - Outros		(C) 1 - Chefe da família 2 - Cônjuge 3 - Filho(a) 4 - Pai/Mãe 5 - Irmão/Irmã 6 - Sogra/Sogra 7 - Outros parentes 8 - Agregados 98 - Outros		(D) 1 - Analfabeto (a) 2 - Sabe ler e escrever 3 - 1º Grau incompleto 4 - 1º Grau completo 5 - 2º Grau incompleto 6 - 2º Grau completo 7 - Curso técnico 8 - 3º Grau incompleto 9 - 3º Grau completo 98 - Outra				
(E) e (G) 1-Agricultor(a) conta própria; 3 - Trabalhador(a) doméstico 5 - Marisqueiro (a) 7 - Servidor público 9 - Aposentado(a)/Pensionista 98 - Outro						(F) e (H) 1 - Na Unidade Produtiva/domicílio 2 - Fora do estabelecimento em atividade agrícola; 3 - Fora do estabelecimento em outras atividades 4 - No estabelecimento e fora em atividade agrícola 5 - No estabelecimento e fora em outras atividades 6 - Não trabalha 98 - Outros				

II – ESTRUTURA FUNDIÁRIA

06. Qual a área da propriedade financiada? _____ há

07. Qual a condição da propriedade financiada (marque somente uma opção)

() Própria

() Posse

() Arrendada

() Parceria

() Outro. Qual _____

08. Qual o tipo de tração utilizada na propriedade? (marque mais de 01 alternativa se necessário).

() Tração animal

() Tração manual

() Tração mecânica

09. Quais os equipamentos e máquinas de que dispõe? (marque mais de 01 alternativa se necessário).

() Arado

() Adubadeira

() Pulverizador

() Semeadeira

() Trilhadeira

() Colheitadeira

() Nenhum

() Outros Especificar _____

10. Quais as benfeitorias existentes na propriedade? (Marque quantas forem necessárias).

() Cerca

- () Silos
- () Curral
- () Tanque
- () Casa
- () Galinheiro
- () Pocilga
- () Obras de irrigação
- () Outros (especifique) _____

11. Qual a principal forma de abastecimento de água utilizada na propriedade?

- () Rede geral – DESO
- () Carro pipa
- () Torneira pública ou chafariz
- () Poço ou nascente
- () Rio, açude ou barreiro
- () Água do vizinho
- () Outro (especifique)

III – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12. A assistência técnica recebida tem melhorado o desempenho da sua propriedade?

- () Sim () Não Por que? _____

13. De quem recebe assistência técnica? (marque mais de uma alternativa se necessário)

- () Técnico (a) de empresa privada de ATER () Técnicos (a)
- EMATER/EMDAGRO () Técnicos (a) de Sindicato
- () Técnicos (a) de cooperativas () Técnicos (a) autônomos
- () Técnicos (a) de ONG's
- () Técnicos (a) de associações de produtores () Técnicos (a) de
- cooperativas () Colônia de pescadores/SEAP

14. Recebeu curso de capacitação para obtenção do financiamento do AGROAMIGO – CRESCER E MAIS – PRONAF B E PRONAF COMUM .

() Sim () Não

15. Qual o tipo de capacitação que recebeu?

- () Administração de negócios
() Capacitação técnica para produção
() Administração do estabelecimento
() Outro (especifique)

16. O curso realizado levou de alguma forma à melhoria do desempenho da sua propriedade?

- () Sim. De que forma. _____
() Não. Por que _____

IV – SOBRE O FINANCIAMENTO DO AGROAMIGO – CRESCER E MAIS

17. Considera que conhece bem as obrigações referentes ao pagamento do financiamento obtido (prazos, juros, etc).

() Sim () Não _____.

18. Está tendo alguma dificuldade para pagar o empréstimo?

() Sim () Não _____

19. Enfrentou alguma dificuldade quando solicitou o financiamento do Agroamigo – Crescer e Mais

() Sim _____ () Não

20. Que dificuldade encontrou quando solicitou o financiamento do Agroamigo – Crescer e Mais? (Marque mais de uma alternativa se necessário).

() Elaboração do projeto

- () Documento pessoal ou da propriedade
 () Muita burocracia
 () Exigências de garantias pelo Banco
 () Demora na liberação do financiamento
 () Juros muito elevados
 () Prazo de pagamento muito curto
 () Outros (especifique): _____

21. Como tomou conhecimento do Agroamigo – Pronaf B e Comum? (marque mais de uma alternativa se necessário)

- () Associação () Banco () Emater/Deagro () Político
 () Sindicato () Parente () Cooperativa () Técnico de extensão pública
 () Prefeitura () Igreja () Jornal/rádio/televisão () Técnico de extensão privada
 () Colônia de pescadores () Divulgação do CMDRS () Outros: _____

22. Como recebeu o financiamento do Agroamigo – Pronaf B e Comum?

- () Dinheiro () Depósito em conta () Em cheque ()
 Outros: _____

23. Situação atual do financiamento do Agroamigo – Pronaf B Pronaf Comum.

Ano em que teve acesso ao crédito	Valor total (R\$ 1,00)	Pagou			Ainda vai Pagar		
		No. De Parcelas	Mês	Valor (R\$ 1,00)	No. De Parcelas	Mês	Valor (R\$ 1,00)
1. 2005							
2. 2006							
3. 2007							
4. 2008							
5. 2009							
6. 2010							
7. 2011							
8. 2012							
9. 2013							
10.2014							

23. Existe outro membro na família que recebe PRONAF?

- () Sim () Pronaf A () Pronaf Comum () Pronaf Mulher
 () Pronaf Jovem
 () Não () Pronaf Mais Alimento () Pronaf Agroecologia ()
 Outros _____

24. Com quem obteve a declaração de aptidão (DAP)?

- () Sindicato () Assistência Técnica Pública
 () Assistência Técnica Privada
 () Colônia de pescadores/SEAP.

25. Pagou para receber a declaração de aptidão?

- () Sim () Quanto? R\$ _____ () Não.

26. Que garantia foram solicitadas pelo banco do Agroamigo – Pronaf B e Comum.

- () Nenhuma () Algum () Qual _____

27. Foi exigida alguma documentação do imóvel para o financiamento do Agroamigo – Pronaf B e Comum.

- () Nenhuma () Alguma () Qual _____

28. Que documentação pessoal foi exigida para o financiamento do Agroamigo – Pronaf B e Comum? (marque mais de uma alternativa se necessário).

() CPF	() RG	() Comprovante de votação	() Comprovante de residência	() Certidão SPC/Serasa	() Outro:
------------	-----------	-------------------------------	----------------------------------	----------------------------	---------------

29. Como se sentiu ao chegar no banco?

- () À vontade () Constrangido () Temeroso () Humilhado
 () Acanhado () Outro _____

30. Para que pretendia o financiamento? (marque mais de uma alternativa se necessário).

- () Custeio agrícola () Custeio pecuário () Construção de tanque/cisterna
 () Compra de animais () Atividade não agropecuária () Cerca
 () Compra de máquinas e equipamentos () Reforma de instalações
 () Pagar outras dívidas () Outros investimentos_____

V – SOBRE O IMPACTO DO AGROAMIGO – PRONAF B E COMUM

31. Número de pessoas que trabalham na propriedade?

a. Categorias	b. Antes do credito	c. Depois do crédito
01. Assalariado permanente		
02. Assalariado temporário		
03. Familiares e Agregados		

32. Depois que recebeu financiamento do Pronaf (Agroamigo) sua produção

- () Aumentou. Quanto em % _____
 () Diminuiu. Quanto em % _____
 () Ficou na mesma _____

33. Atribui ao Agroamigo – Pronaf B e Comum responsabilidade pela modificação na quantidade de sua produção?

- () Sim () Não () Em parte

34. Depois que recebeu financiamento do PRONAF – AGROAMIGO sua renda:

- () Aumentou. Quanto em % _____
 () Diminuiu. Quanto em % _____
 () Ficou na Mesma.

35. Qual o percentual de sua renda destinada ao seu consumo e de sua família?

- () Menos da metade () Metade () Mais da metade () Tudo

36. Em que mudou a vida de sua família após a utilização do Agroamigo – Pronaf B e Comum? (marque mais de uma alternativa se necessário).

- () Passou a produzir mais e melhor () A família passou a viver melhor
 () As pessoas se organizam mais () Em nada modificou
 () A família passou a desentender-se () Não teve impacto importante
 () Perdeu tranquilidade () Outro: _____

37. Indicaria o Programa para outras pessoas?

- () Sim () Não. Por que? _____
 () Não sabe/não respondeu

38. Além do Agroamigo–Pronaf B e Comum, obteve outros financiamentos/empréstimos no último ano agrícola 2012/2013?

- () Sim () Não () Não sabe/não respondeu

39. Em caso afirmativo, informar:

Tipo	Finalidade (A)	Valor (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) (mês/ano)	Legenda: (A)
1 Intermediário					1 Custeio
2 Agiota					2 Investimento
3 Comerciante/atacadista					3 Comercialização
4 Outros					

40. Atribui ao Agroamigo – Pronaf B e Comum responsabilidade pela modificação no total de sua renda?

- () Sim () Não () Em Parte

VI – ASPECTOS GERAIS DA RESIDÊNCIA/FAMÍLIA

41. Qual o tipo de construção do domicílio?

41.1 – Antes do Pronaf – Agroamigo

- () Casa de taipa
 () Casa de tijolo
 () Casa de tijolo, reboco
 () Casa de tijolo, reboco e piso
 () Casa de tijolo, forrada, reboco e piso
 () Outro – Especificar: _____

41.2 – Depois do Pronaf – AgroAmigo

- () Casa de taipa
 () Casa de tijolo
 () Casa de tijolo, reboco
 () Casa de tijolo, reboco e piso
 () Casa de tijolo, forrada, reboco e piso
 () Outros. Especificar: _____

42. Número de cômodos existentes na moradia (excluindo corredor e área externas – alpendres, área de serviço Externa, varandas).

42.1 – Antes do AgroAmigo**42.2 – Atualmente**

- | | | |
|---|--------|--------|
| () Até 02 (dois) cômodos | () | () |
| () De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos | () | () |
| () De 05 (cinco) a 06 (seis) cômodos | () | () |
| () Acima de 06 (seis) cômodos | () | () |

43. Qual o seu grau satisfação quanto às suas condições de moradia, neste domicílio?

43.1 – Antes do Pronaf - Agroamigo

() Satisfeito () Insatisfeito () Média Satisfação

43.2 – Depois do Pronaf - Agroamigo

() Satisfeito () Insatisfeito () Média Satisfação

44. De onde vêm os alimentos consumidos pela sua família? (Enumere por ordem de importância: 1º; 2º; 3º; 4º e 5º)

() Vem da produção da roça () Feira-livre () Supermercado ()
Bodega/Venda/Mercearia () Outros

45. Como vê o seu futuro e de sua família?

() Com otimismo
() Com pessimismo
() Com insegurança
() Outro (especifique) _____

46. Seus filhos pretendem continuar desenvolvendo a atividade rural? Justifique:

() Sim
() Não
() Depende. De que? _____

47. Você acha que o PRONAF – AGROAMIGO evitou que trabalhadores ou familiares seus deixassem a área rural:

() Sim. Porque? _____
() Não. Porque ? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA - Mediadores
FOCO DA PESQUISA: AGROAMIGO

IDENTIFICAÇÃO: _____
DADOS DO ENTREVISTADO: _____

1ª) QUAL O PAPEL DESSA ENTIDADE NO ACESSO DE AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF? (questão de facilitação da DAP?)

2ª) QUAIS AS ETAPAS E CUSTOS PARA O ACESSO DOS AGRICULTORES AO PRONAF? QUE EXIGÊNCIAS SÃO FEITAS AOS AGRICULTORES A FIM DE ACESSAR O AGROAMIGO?

3ª) QUAIS DOCUMENTOS SÃO SOLICITADOS JUNTO AO SISTEMA BANCÁRIO? QUANTAS VEZES PRECISAM IR AO SISTEMA BANCÁRIO PARA O CRÉDITO SER LIBERADO?

4) QUAL O PRAZO DECORRIDO ENTRE A SOLICITAÇÃO DO CRÉDITO E A LIBERAÇÃO DO DINHEIRO?

5ª) COMO OS AGRICULTORES CONSEGUEM A DAP? QUAIS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS? QUAL SUA FINALIDADE FRENTE AO SISTEMA BANCÁRIO?

6) QUE TIPO DE ORIENTAÇÃO OS AGRICULTORES RECEBEM PARA A APLICAÇÃO DO CRÉDITO DO PRONAF?

7) QUAL O PERCENTUAL DE PRONAFIANOS QUE RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR ESSA ENTIDADE? (Percentual aumenta ou diminui? Porque?)

8) QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES QUE SÃO BENEFICIADOS COM O AGROAMIGO? (de onde vem o sustento? Quais os principais produtos? Trabalham em atividades agrícolas? São migrantes? Mulheres e aposentados são beneficiados?)

9) É POSSÍVEL INFORMAR QUAL É A FONTE DE RENDA MAIS IMPORTANTE QUE O AGRICULTOR BENEFICIADO COM O AGROAMIGO DESENVOLVE PARA MANTER A ROÇA E A FAMÍLIA NO MUNICÍPIO/SERGIPE?

10) EXISTEM AGRICULTORES FAMILIARES QUE AO MESMO TEMPO ACESSAM O PRONAF E A BOLSA FAMÍLIA? COMO VOCÊS ANALISAM ESSA CORRELAÇÃO DE POLÍTICAS?

11) VOCÊ ACREDITA QUE PRONAF CONTRIBUI PARA ALICERÇAR A ECONOMIA LOCAL? COMO? (COMPRA DE INSUMOS E VENDA DE PRODUTOS)?

12) CHEGAM A UTILIZAR O DINHEIRO DO PRONAF PARA ATENDER OUTRAS NECESSIDADES? QUAIS?

13) COMO O PRONAF PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR? FORMA PATRIMÔNIO?

14) A RENDA QUE SOBRESSAÍ DA ATIVIDADE FINANCIADA É SUFICIENTE PARA PAGAR A DÍVIDA DO PRONAF? QUAL A RENDA MÉDIA DESSES AGRICULTORES?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - BNB

FOCO DA PESQUISA: PRONAF A, B e COMUM

IDENTIFICAÇÃO: _____

DADOS DO ENTREVISTADO: _____

1ª) QUAL O PAPEL DO BNB NA EFETIVAÇÃO INSTITUCIONAL DO AGROAMIGO? COMO ESSA ENTIDADE AGE?

2ª) COMO SE DÁ O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROAMIGO?

3ª) QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES QUE SÃO BENEFICIÁRIOS DO AGROAMIGO? (de onde vem o sustento? Quais os principais produtos? Trabalham em atividades agrícolas? São migrantes?)? Mulheres e aposentados são beneficiados?

4ª) QUE EXIGÊNCIAS SÃO FEITAS AOS AGRICULTORES AFIM DE TEREM ACESSO AO AGROAMIGO? (documentos necessários? Acesso a DAP?)

5ª) QUAIS OUTRAS ENTIDADES DÃO SUPORTE NA EFETIVAÇÃO DO PRONAF? COMO (ATUAÇÃO DE MEDIADORES).

6ª) QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES E AVANÇOS PARA O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO AGROAMIGO, DESDE SUA CRIAÇÃO?

7ª) COMO VOCÊ ANALISA A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM O SISTEMA BANCÁRIO?

8ª) QUAIS AS ETAPAS E CUSTOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES ACESSAREM O AGROAMIGO?

9ª) QUANTAS VEZES PRECISAM IR AO SISTEMA BANCÁRIO PARA O CRÉDITO SER LIBERADO?

10ª) QUAL O PRAZO DECORRIDO ENTRE A SOLICITAÇÃO DO CRÉDITO E A LIBERAÇÃO DO DINHEIRO?

11ª) COMO O UTILIZAM O DINHEIRO DO AGROAMIGO(ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS)?

12ª) QUAL A INDICAÇÃO DO BANCO EM RELAÇÃO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DIRECIONADA AOS BENEFICIÁRIOS DO AGROAMIGO?

13ª) ACHA QUE EXISTE MUITA BUROCRACIA PARA O AGRICULTOR CHEGAR A TER ACESSO AO AGROAMIGO? O QUE PODERIA SER MELHORADO PARA BENEFICIAMENTO DE MAIOR NÚMERO DE AGRICULTORES?

14ª) QUAL É O ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA? O QUE PENSAS SOBRE A CULTURA DO NÃO PAGAMENTO ADOTADA POR ALGUNS DOS BENEFICIADOS COM O AGROAMIGO?

15ª) VOCÊ ACREDITA QUE O AGROAMIGO CONTRIBUI PARA ALICERÇAR A ECONOMIA LOCAL? COMO? (Compra De Insumos E Venda De Produtos)

16ª) COMO O AGROAMIGO PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR? FORMA PATRIMÔNIO?

17ª) A RENDA QUE SOBRESSAÍ DA ATIVIDADE FINANCIADA É SUFICIENTE PARA PAGAR A DÍVIDA DO AGROAMIGO? QUAL A RENDA MÉDIA DESSES AGRICULTORES?